



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Clarissa Pains Silva

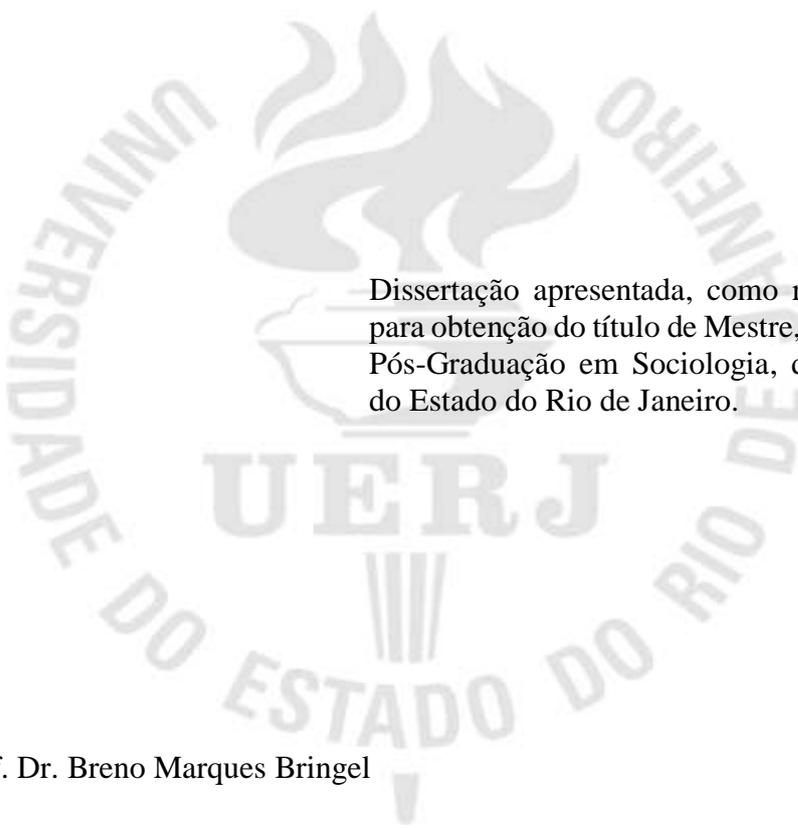
**“Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: disputas, apropriações e  
ampliação da ofensiva (2011-2021)**

Rio de Janeiro

2022

Clarissa Pains Silva

**“Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: disputas, apropriações e ampliação da  
ofensiva (2011-2021)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2022

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

S586 Silva, Clarissa Pains.

“Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: disputas, apropriações e ampliação da ofensiva (2011-2021) / Clarissa Pains Silva. – 2022.

117 f.: il.

Orientador: Breno Marques Bringel.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados - Teses. 2. Poder legislativo - Teses. 3. Análise crítica do discurso - Teses. 4. Sociologia política - Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 316.334.3

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

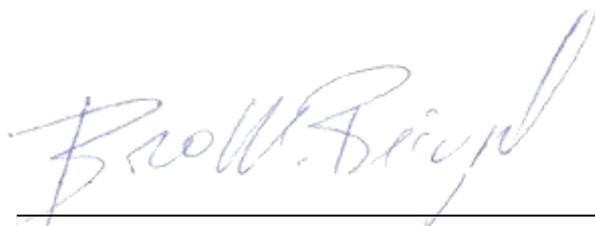
Clarissa Pains Silva

**“Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: disputas, apropriações e ampliação da  
ofensiva (2011-2021)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de Março de 2022.

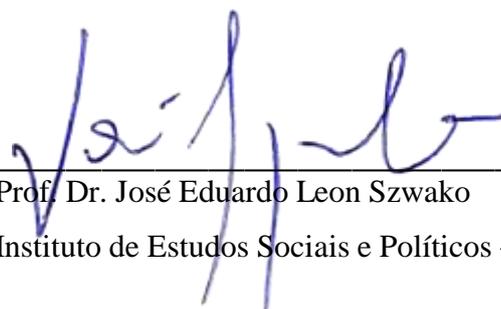
Banca Examinadora:



---

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ



---

Prof. Dr. José Eduardo Leon Szwako

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ



---

Prof.ª Dr.ª Flávia Millena Biroli Tokarski

Universidade de Brasília

Rio de Janeiro

2022

## **DEDICATÓRIA**

Para meus pais e ídolos, Maria da Penha e Valentim, e para Murilo, meu marido e maior incentivador.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente:

Ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por me dar condições de realizar esta pesquisa.

Ao meu orientador, Breno Marques Bringel, pelas sugestões preciosas que contribuíram muito para dar forma ao trabalho. Foram elas que me ajudaram a refletir mais profundamente e me trouxeram ideias sobre as quais ainda nem sequer havia pensado. Sem a atenção dada por meu orientador, sem dúvidas o trabalho seria outro, muito menos desenvolvido.

Ao meu marido, Murilo Amorim, por revisar meus textos, dar sugestões que invariavelmente melhoravam o trabalho e por sempre dar o apoio e o bom humor de que eu preciso para seguir.

Aos meus pais, Maria da Penha Pains Silva e Valentim Silva, e a toda a minha família, pela estrutura e suporte que sempre me deram.

À universidade pública como um todo, que permite a realização de estudos científicos de alta qualidade e que colabora tanto para o desenvolvimento humano do país. Isso ficou ainda mais visível durante a pandemia de covid-19, quando o conhecimento produzido em universidades públicas foi tão essencial — e emergencial — para a proteção da saúde da população. Esta pesquisa foi desenvolvida integralmente durante a pandemia, o que representou um desafio, mas significou também uma conquista extremamente gratificante.

Se os homens definem as situações como reais, elas serão reais em suas consequências.

*W. I. Thomas*

Yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay (Eu não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem).

*Ditado popular castelhano*

## RESUMO

SILVA, Clarissa Pains. *Ideologia de gênero na Câmara dos Deputados: disputas, apropriações e ampliação da ofensiva (2011-2021)*. 2022. 117f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta pesquisa pretende responder a seguinte questão: a noção de “ideologia de gênero” tem sido usada na Câmara dos Deputados como ferramenta retórica para defender ou atacar que tipos de tema, com que frequência e sob qual lógica argumentativa? O objetivo é mostrar de que forma se dá a aplicação prática, no legislativo brasileiro, desse recurso discursivo ao longo da última década (2011-2021). Busca-se assim, a partir do olhar da sociologia política, avançar na compreensão sobre como grupos neoconservadores brasileiros incorporam essa expressão às suas lutas – o que difere de país para país – e quais são os impactos disso na disputa política nacional. A presente pesquisa inicia-se com um panorama geral de como a “ideologia de gênero” se desenvolveu e se difundiu globalmente desde que formulada por católicos conservadores e pelo próprio Vaticano em meados dos anos 1990. Em seguida, analisa-se de forma mais aprofundada os usos dessa expressão na América Latina e no Brasil. Por fim, é realizado um levantamento, por meio do sistema online da Câmara dos Deputados, de todas as menções ao termo “ideologia de gênero” nas propostas legislativas e nos discursos em plenário feitos no período estudado. Os dados obtidos permitem considerar que a ferramenta retórica da “ideologia de gênero” adquiriu papel de destaque na Câmara a partir do ano de 2015 e que, desde então, o escopo de atuação de parlamentares que incluem essa expressão em seus discursos e propostas tem se expandido progressivamente, alcançando temas que *a priori* não têm relação direta com questões de gênero, como acordos comerciais internacionais.

Palavras-chave: Ideologia de gênero. Ofensiva antigênero. Câmara dos Deputados. Propostas legislativas. Discursos.

## ABSTRACT

SILVA, Clarissa Pains. “*Gender ideology*” in the Chamber of Deputies: disputes, appropriations and expansion of the offensive (2011-2021). 2022. 117f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This research aims to answer the following question: has the notion of “gender ideology” been used in the Chamber of Deputies as a rhetorical tool to defend or attack what types of themes, how often and under what argumentative logic? The objective is to show how this discursive resource has been applied in practice in the Brazilian legislature over the last decade (2011-2021). Thus, from the perspective of political sociology, the aim is to advance the understanding of how Brazilian neoconservative groups incorporate this expression into their struggles – which differs from country to country – and what are the impacts of this on the national political dispute. This research begins with an overview of how “gender ideology” has developed and spread globally since it was formulated by conservative Catholics and by the Vatican itself in the mid-1990s. Then, the research analyzes more deeply the uses of this expression in Latin America and Brazil. Finally, a survey is carried out, through the online system of the Chamber of Deputies, of all mentions of the term “gender ideology” in legislative proposals and in plenary speeches made during the period studied. The data obtained allow us to consider that this rhetorical tool acquired a prominent role in the Chamber from 2015 on, and that, since then, the scope of action of congressmen who include the “gender ideology” in their legislative proposals and speeches has been progressively expanded, reaching topics that *a priori* have no direct relationship with gender issues, such as international trade agreements.

Keywords: Gender ideology. Anti-Gender Offensive. Chamber of Deputies. Legislative proposals. Speeches.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Linha do tempo de acontecimentos-chave do desenvolvimento da “ideologia de gênero” na América Latina.....	54
Figura 2 –	Linha do tempo de acontecimentos-chave do desenvolvimento da “ideologia de gênero” no Brasil.....	64
Gráfico 1 –	Número de propostas legislativas contendo, em sua ementa ou inteiro teor, a expressão “ideologia de gênero” apresentadas na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2021.....	74
Gráfico 2 –	Número de propostas legislativas que incluam o termo “ideologia de gênero”, distribuídas pelos partidos políticos que as apresentaram (2011-2021).....	77
Gráfico 3 –	Deputados com maior número de propostas contendo “ideologia de gênero” na Câmara (2011-2021).....	79
Gráfico 4 –	Estados aos quais pertencem os deputados que fizeram propostas de combate à “ideologia de gênero” (2011-2021).....	80
Gráfico 5 –	Distribuição, por Região, da origem das propostas contra “ideologia de gênero” (2011-2021).....	81
Gráfico 6 –	Divisão das propostas legislativas apresentadas no período 2011-2021 de acordo com seis grandes temas.....	83
Gráfico 7 –	Quantidade, ano a ano, de discursos de deputados em plenário contendo a expressão “ideologia de gênero” (2011-2021).....	86
Gráfico 8 –	Temas de maior incidência nos discursos que continham a expressão “ideologia de gênero” feitos em plenário pelos deputados (2011-2021).....	89
Gráfico 9 –	Deputados que mais fizeram discursos em plenário que incluíam o termo “ideologia de gênero” (2011-2021).....	97
Gráfico 10 –	Categorias argumentativas utilizadas por deputados que discursaram em plenário contra a “ideologia de gênero” (2011-2021).....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Comparação entre os percentuais atuais de deputados de cada Região e os percentuais de iniciativas antigênero originadas em cada Região de 2011 a 2021.....	82
------------	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC –	Base Nacional Comum Curricular
CDHM –	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CPI –	Comissão Parlamentar de Inquérito
LGBTQIA+ –	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e afins
CEB –	Comunidade Eclesial de Base
CNBB –	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CIPD –	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da ONU
CMM –	IV Conferência Mundial sobre a Mulher
CNJ –	Conselho Nacional de Justiça
DEM –	Democratas
ECA –	Estatuto da Criança e do Adolescente
Eco 92 –	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ES –	Espírito Santo
EUA –	Estados Unidos da América
Farc –	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FNDE –	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LMPT –	<i>La Manif Pour Tous</i>
MDB –	Movimento Democrático Brasileiro
MST –	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU –	Organização das Nações Unidas
ONGs –	Organizações Não Governamentais
PC do B –	Partido Comunista do Brasil
PDT –	Partido Democrático Trabalhista
PEC –	Proposta de Emenda à Constituição
PL –	Partido Liberal
PL –	Projeto de Lei
PNE –	Plano Nacional de Educação
PR –	Partido da República
PRB –	Partido Republicano Brasileiro
PROS –	Partido Republicano da Ordem Social
PSD –	Partido Social Democrático
PSDB –	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB –	Partido Socialista Brasileiro
PSC –	Partido Social Cristão
PSL –	Partido Social Liberal
PT –	Partido dos Trabalhadores
PTB –	Partido Trabalhista Brasileiro
SP –	São Paulo
STF –	Supremo Tribunal Federal
STJ –	Superior Tribunal de Justiça

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>GÊNESE GLOBAL E CONTROVÉRSIAS</b> .....	16
1.1	<b>Cruzada do Vaticano</b> .....	17
1.2	<b>Crise das esquerdas</b> .....	27
1.3	<b>Disputas geopolíticas e difusão da luta antigênero</b> .....	30
1.3.1	<u>Combate à “ideologia de gênero”: uma campanha transnacional</u> .....	31
1.3.2	<u>Mo(vi)mento neoconservador</u> .....	39
1.4	<b>Crise da democracia liberal e recriação de antigos antagonismos</b> .....	42
2	<b>USOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA</b> .....	50
2.1	<b>Impactos nos países da região</b> .....	51
2.2	<b>Para além dos direitos sexuais e reprodutivos</b> .....	58
2.3	<b>Trunfo decisivo no Brasil</b> .....	62
3	<b>O RECURSO À “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2011-2021)</b> .....	71
3.1	<b>Nota metodológica</b> .....	72
3.2	<b>Propostas legislativas</b> .....	73
3.3	<b>Discursos em plenário</b> .....	86
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	101
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	106

## INTRODUÇÃO

Uma rápida passada de olhos por portais de notícias brasileiros permite observar a alta frequência de matérias que trazem um dos mais recentes termos *queridinhos* do neoconservadorismo: a “ideologia de gênero”<sup>1</sup>. Seja na voz de um possível candidato à Presidência da República ao escrever uma carta aos cristãos se comprometendo a combater a “ideologia de gênero” (MORO..., 2022), seja na voz de um influente pastor que diz considerar vacinação infantil contra a covid-19 um infanticídio que tem como pano de fundo a tal “ideologia” (TWITTER..., 2022). Essa expressão, que busca naturalizar as questões de gênero, ao mesmo tempo em que as “ideologiza”, é usada para se contrapor à defesa de direitos de mulheres e da população LGBTQIA+<sup>2</sup>, e tem se feito quase onipresente no cenário brasileiro dos últimos anos.

Tendo em vista esse contexto, este trabalho pretende mapear os principais temas, atores e tipos de argumentação utilizados por quem recorre à retórica da “ideologia de gênero” dentro da Câmara dos Deputados do país. Ao responder como se dá a aplicação prática, no legislativo brasileiro, dessa noção criada pelo Vaticano e por conservadores católicos em meados dos anos 1990, será possível avançar na compreensão de como grupos neoconservadores brasileiros incorporam essa expressão às suas agendas e lutas — o que difere de país para país — e dos meandros pelos quais a lógica argumentativa deles segue.

Para esta pesquisa, foi escolhido para análise o período de 2011 a 2021. Em relação ao momento inicial, 2011 marca o primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff, primeira mulher presidente do Brasil e que viria a sofrer um processo de *impeachment* com características marcadamente misóginas (ARGOLO e RUBIM, 2018, *passim*). Também em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo, levando grupos neoconservadores a um esforço de reorganização estratégica. Há também, nesse ano, acontecimentos-chave dessa ofensiva, como o ataque ao programa governamental Escola sem Homofobia, que teve a distribuição de seu material nas escolas suspensa após ter sido acusado de estimular a homossexualidade entre crianças. O episódio retornaria sete anos depois,

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, a expressão “ideologia de gênero” aparecerá sempre entre aspas para deixar explícito que não se trata de um conceito teoricamente legitimado que descreve um dado da realidade, mas, sim, de uma ferramenta retórica criada para o fim específico de combater políticas de gênero, conforme analisa Sonia Corrêa (2021, p. 53).

<sup>2</sup> A sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e demais denominações afins. Ainda que não seja de uso tão corrente na imprensa e pela população em geral quanto o termo LGBT, optarei por utilizar a sigla LGBTQIA+ por ser a mais atualizada dentro do próprio movimento.

rotulado como *distribuição de “kit gay”*, em denúncia falsa que foi um dos pilares da bem-sucedida campanha de Jair Bolsonaro à Presidência.

O termo final do recorte temporal de análise se justifica na intenção de conferir a maior atualidade possível à pesquisa, haja vista tratar-se de processos sociais ainda em curso. Com isso, busca-se observar um período significativo antes da chegada de Bolsonaro ao governo e seus primeiros anos de mandato para avaliar todo o processo de mudança com ele já no Planalto, o que permite identificar com mais clareza alterações e tendências.

Para os fins deste estudo, o trabalho foi dividido em três partes. Na primeira, é feita uma análise da trajetória da “ideologia de gênero” no mundo, com foco em seu surgimento no seio da Igreja Católica e nas disputas que se seguiram em variados países até que a expressão se disseminasse. Este movimento permite compreender o momento de surgimento do debate, suas influências, elementos constitutivos e atores fundamentais em sua formulação. Na segunda parte, há uma contextualização do tema na América Latina, mostrando como a “ideologia de gênero” se estabeleceu no continente e como seu uso tem afetado políticas públicas que, por vezes, nem sequer se relacionam diretamente com direitos sexuais e reprodutivos, assuntos que eram os alvos originais das campanhas antigênero. Isto permite observar que há diferentes tipos de dinâmicas de difusão e de apropriação do debate, tendo em vista uma série de especificidades dos lugares, das culturas políticas e das correlações de forças existentes em cada país. Por fim, a terceira parte se debruça especificamente sobre a Câmara dos Deputados do Brasil, mostrando o uso que os parlamentares fazem da expressão em seu dia a dia, seja em forma de propostas legislativas — como projetos de lei ou emendas à Constituição —, seja em forma de discursos realizados em plenário. Assim, a presente pesquisa *afunila* o escopo à medida que se desenvolve, partindo de uma análise global até chegar ao estudo específico da Câmara dos Deputados, passando pela situação geral latino-americana.

A pesquisa sugere a existência de dois momentos diferentes no plano global dentro do debate sobre “ideologia do gênero”: um primeiro, de *formulação* da “ideologia de gênero”, na década de 1990, quando a expressão ainda não era usada de modo prático na política e ainda não havia se difundido, ficando restrita a embates travados pela Igreja Católica e alguns grupos religiosos; e um segundo momento, de *difusão* da “ideologia de gênero”, a partir dos anos 2010, quando a expressão cunhada pelo Vaticano vira ferramenta política em diversos países, influenciando de forma direta os rumos políticos dessas nações. Esses dois momentos, que se distinguem mas se relacionam profundamente, serão abordados neste trabalho, que destacará ainda como a crise das esquerdas nos anos 1990 foi o cenário ideal para a *fermentação* da noção de “ideologia de gênero”. Outro ponto de importante entendimento da pesquisa é que o caráter

transnacional da “ideologia de gênero” não quer dizer que a expressão simplesmente tenha sido adotada e usada politicamente de maneira simultânea em vários países, como uma grande coincidência temporal. A transnacionalidade vai além disso: entre outros aspectos, ela ocorre a partir de trocas físicas entre países, com encontros e fóruns de políticos, por exemplo, que influenciam uns aos outros e “importam” ideias para suas terras-natais, buscando contextualizá-las a partir dos entraves e debates específicos de cada realidade; ocorre, também, a partir de ressonâncias possibilitadas cada vez mais pela internet, que divulga, aproxima e difunde ideias numa velocidade jamais vista.

Vale destacar, ainda, que esta pesquisa buscou recorrer a uma ampla bibliografia sobre o tema. Para além do debate mais habitual, houve o esforço em incorporar o debate de países do leste europeu, como Polônia e Hungria, que não costumam aparecer em estudos brasileiros, mas que têm grande importância para que se entenda a difusão da noção de “ideologia de gênero” globalmente. Portanto, ao fazer uso dessa diversidade de fontes bibliográficas, a intenção deste trabalho é fornecer uma contribuição mais significativa ao campo. Quanto à metodologia adotada, foram analisadas todas as 66 propostas legislativas e os 261 discursos em plenário que continham a expressão “ideologia de gênero” realizados na Câmara dos Deputados entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021. O levantamento foi feito a partir do site oficial da Câmara. Sabe-se que o recorte inevitavelmente deixa de fora muitos discursos e propostas que tenham a ver com o combate neoconservador à “ideologia de gênero” mas não utilizam essa expressão propriamente dita. No entanto, a opção por delimitar e restringir o corpus desta forma se justifica porque, em primeiro lugar, contribui para afastar subjetividades, já que não é necessário interpretar se a intenção do parlamentar era ou não tratar de “ideologia de gênero”; e, em segundo lugar, a busca pelo termo exato permite o mapeamento de todas as vezes em que a expressão “ideologia de gênero” foi usada justamente para que seja possível compreender melhor em que contexto esse uso específico se dá.

Também no esforço de gerar contribuições, a presente pesquisa fornece um panorama sobre o uso político da “ideologia de gênero” na América Latina e no Brasil, de forma sistematizada, incluindo linhas do tempo, algo que não se encontra facilmente na literatura. Em geral, o debate latino-americano sobre o tema costuma ser muito fragmentado, com olhares sobre um ou dois países, mas com raras leituras que buscam tratar de forma mais articulada e conjunta o debate sobre “ideologia de gênero” com uma perspectiva de totalidade mais continental. Além disso, após a realização de uma vasta revisão de literatura, não se tem notícia de pesquisas empíricas sobre a aplicação dessa expressão dentro da Câmara, particularmente dentro do período proposto (2011-2021), que é muito recente. Sendo assim, a expectativa é de

que este trabalho possa despertar novos entendimentos e correlações e contribuir para novas agendas de pesquisa.

## 1 GÊNESE GLOBAL E CONTROVÉRSIAS

Na segunda década do século XXI, a expressão “ideologia de gênero” entrou de vez para o vocabulário político global (CORRÊA, 2019; BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020). Para aprender a lidar com esse novo termo, os sentidos que ele carrega e as consequências que engendra, é necessário compreender suas origens, como ele tem sido usado social e politicamente desde então e quais seus impactos na vida das populações de tantos países — dentre eles o Brasil — atualmente.

Ao longo deste primeiro capítulo, discuto a genealogia da ideia de “ideologia de gênero”: desde como foi gestada no Vaticano até como ganhou ressonância em uma série de países mais ou menos simultaneamente, alimentando um discurso neoconservador — e sendo alimentada por ele — que ganhou espaço crescente na última década com a ascensão das “novas direitas”. Cabe salientar que o exercício aqui proposto não tem a pretensão de realizar uma “história das ideias” nos moldes da história intelectual, nem tampouco uma “história do conceito”, mais afim ao pensamento político. Será abordado, especificamente, a partir da sociologia política, o caráter transnacional das campanhas antigênero, o que faz com que a retórica do combate à “ideologia de gênero” se beneficie de uma experiência acumulada, perpassando um grande número de nações, numa espécie de movimento coordenado. Essa transnacionalidade, ademais, não impede uma adaptação do uso do termo e dos significados que ele possui em cada uma dessas nações, de acordo com o contexto nacional.

É importante destacar que a trajetória da “ideologia de gênero” está marcada por controvérsias e nuances que não nos permitem defini-la, de forma maniqueísta, como um *ataque do mal contra o bem*, isto é, uma ofensiva única e exclusivamente de neoconservadores contra atores progressistas. Houve vezes, por exemplo, em que integrantes dos movimentos feministas se juntaram a neoconservadores em campanhas antigênero para combater direitos de pessoas trans, como veremos a seguir. Há, ainda, análises que apontam para uma associação entre a existência de movimentos antigênero e déficits das próprias democracias liberais. Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, abordaremos a gênese da “ideologia de gênero” e como ela chegou até o final da última década, numa perspectiva mundial.

Será possível observar duas temporalidades bem marcadas: a primeira seria algo como um *embrião originário* da “ideologia de gênero”, um momento de *formulação* da expressão, quando ela ainda não tinha um uso explicitamente político, sendo utilizada dentro da doutrina

religiosa católica nos anos 1990<sup>3</sup>; e a segunda, no período pós-crise de 2008, quando ela começou a ser difundida em muitos países como forma de justificar políticas de austeridade e práticas conservadoras, não mais aparecendo sempre necessariamente associada ao discurso religioso. Esses dois momentos distintos da genealogia do uso do termo — de *formulação* e de *difusão* — poderão ser acompanhados nas páginas a seguir.

### 1.1 Cruzada do Vaticano

Às vésperas do Natal de 2012, no dia 21 de dezembro, o discurso de votos natalícios que Joseph Ratzinger, então Papa Bento XVI, proferiu aos fiéis relegou a segundo plano a celebração da data mais importante do calendário cristão. Mais do que o Natal, o pano de fundo daquele pronunciamento era a votação do projeto de lei francês que previa “casamento para todos”, isto é, o reconhecimento legal do casamento entre pessoas de mesmo sexo:

Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino-chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o ataque à forma autêntica da família (constituída por pai, mãe e filho), ao qual nos encontramos hoje expostos – um verdadeiro atentado –, atinge uma dimensão ainda mais profunda. [...] Ele cita o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher; torna-se mulher” – “On ne naît pas femme, on le devient”. Nestas palavras, manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo “gender”, é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. O homem contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano. Nega a sua própria natureza, decidindo que esta não lhe é dada como um facto pré-constituído, mas é ele próprio quem a cria. [...] Homem e mulher são contestados como exigência, ditada pela criação, de haver formas da pessoa humana que se completam mutuamente. Se, porém, não há a dualidade de homem e mulher como um dado da criação, então deixa de existir também a família como realidade pré-estabelecida pela criação. (Bento XVI, 2012, s/p.).

Durante sua fala, o então Papa jogou luz sobre a ameaça do que chamou de “revolução antropológica” feita a partir de uma “nova filosofia da sexualidade”, na qual o ser humano

---

<sup>3</sup> Como o uso da expressão “ideologia de gênero” nos anos 1990 era feito pelo Vaticano, uma instituição não só religiosa mas também política, não se pode negar que o uso do termo, em última instância, era também político. No entanto, tratava-se de um uso inicial, mas restrito de atores políticos. Muito mais restrito do que o que se verá na década de 2010.

negaria sua natureza e, assim, negaria a própria dignidade humana e a família tal qual proposta por Deus. Na visão de Junqueira (2018, p. 482), esta foi a “mais contundente e impactante condenação sobre o tema” já feita por Bento XVI, que havia abordado o assunto em muitas falas públicas anteriores, mas nunca com tamanha veemência.

No discurso de Natal de 2008, o tema já havia aparecido, num tom duro, ainda que menos inflamado: o Papa usou o pronunciamento, à época, para descrever *gender* como algo que, ao significar uma autoemancipação do ser humano em relação a Deus, representaria sua autodestruição.

O que com frequência é expresso e entendido com a palavra “gender”, resolve-se em definitiva na auto-emancipação do homem da criação e do Criador. O homem pretende fazer-se sozinho e dispor sempre e exclusivamente sozinho o que lhe diz respeito. Mas desta forma vive contra a verdade, vive contra o Espírito criador. (Bento XVI, 2008, s/p.).

Assim como outros religiosos e leigos críticos da chamada “ideologia de gênero”, Bento XVI preferia usar o termo em inglês — *gender* — de modo a explicitar seu caráter estrangeiro, alienígena, promovendo certo estranhamento e desconfiança (JUNQUEIRA, 2018, p. 463). Além disso, em suas falas ele mostra a capacidade de condensar as principais características que compõem o posicionamento oficial do Vaticano acerca do tema: a ideia de que o entendimento que feministas e pessoas LGBTQIA+ têm sobre questões de gênero é antinatural e, portanto, é ao mesmo tempo anticientífico e anti-criação; a noção de que existe uma complementaridade entre homem e mulher, conceito teológico desenvolvido por Karol Wojtyła, o Papa João Paulo II, e reafirmado desde então pelos dois pontífices que vieram depois dele; e a percepção de que há uma “revolução antropológica” em curso, que quer mudar culturalmente a população mundial e que precisa ser combatida.

Essas ideias já existiam, de forma consolidada e organizada na Cúria Romana, inclusive em livros e documentos oficiais, desde os anos 1990. Na verdade, a gestação delas vem mesmo de antes — o próprio Joseph Ratzinger trabalhava no desenvolvimento desse conjunto de ideias nos anos 1980, por exemplo, quando ainda era cardeal —, e é consenso na literatura (CASE, 2016; CAMPANA e MISKOLCI, 2017; CORRÊA, 2019) que a organização sistemática dessas noções foi posta em prática em meados da década de 1990. O contexto é importante: foram realizadas nessa época as primeiras conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) que inseriram a palavra “gênero” em seus debates e documentos finais, e, nesses encontros, os movimentos feministas e LGBTQIA+ tiveram conquistas significativas, como o reconhecimento do conceito de direitos reprodutivos e a recomendação de políticas universais

de educação em sexualidade. Esses grandes encontros internacionais atendem pelos nomes de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (conhecida como Eco 92 ou Rio 92), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, no Cairo (CIPD, 1994), e IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (CMM, 1995).

Predomina entre pesquisadoras e pesquisadores do tema a interpretação de que o debate sobre gênero tem início no encontro de Pequim, em 1995, embora haja autores que identificam a origem da discussão no evento do Cairo ou mesmo na Eco 92, realizada anteriormente, no Rio de Janeiro. Tendo participado *in loco* de todas essas conferências, Sonia Corrêa (2019, p. 6) destaca, ao reconstruir os acontecimentos de cada um dos eventos citados, que, embora as conversas sobre gênero tenham começado no encontro do Cairo, em 1994, a controvérsia em torno do conceito se instalou de fato no ano seguinte, na capital chinesa, porque foi só aí que o significado de gênero passou a incluir questões relativas à sexualidade (CORRÊA, 2019, p. 8).

Corrêa é ainda mais específica ao afirmar que a “crise eclodiu na etapa final da rota à Pequim” (2019, p. 6), isto é, nos eventos preparativos para organizar a conferência em 1995. Foi em uma sala de trabalho de um desses eventos que Corrêa testemunhou um representante do Sudão defender que a palavra gênero ficasse entre colchetes no documento das Nações Unidas. Ele foi imediatamente acompanhado por representantes de países da América Central como Nicarágua e El Salvador, nações com forte influência do Vaticano (2019, p. 4-5).

Três anos antes disso, na Rio 92, a autora lembra que

[...] nem gênero, nem sexualidade, nem direito ao aborto estiveram em pauta. O Documento do Rio incluía a definição clássica de igualdade entre os sexos e a tensão negocial se deu em torno a questões que hoje podem parecer muito prosaicas: o direito ao planejamento familiar e o termo ‘saúde reprodutiva’ que pouco antes havia adentrado a conversação entre estados membros da ONU pelas mãos da OMS. (CORRÊA, 2019, p. 6)

Ou seja, a novidade da primeira conferência de grande porte promovida pela ONU na década de 1990, no Rio de Janeiro, seria a introdução do termo “saúde reprodutiva”, e os debates se centraram na oferta de planejamento familiar e nos impactos que isso poderia ter no bem-estar de mulheres e populações inteiras mundo afora. Diferentes sexualidades e os impactos dos papéis de gênero na vida das pessoas passaram bem ao largo das discussões realizadas no Rio.

Já no Cairo, em 1994, houve um marco importante: pela primeira vez, o termo “gênero” foi gravado em um documento intergovernamental. Assim como “saúde reprodutiva” se instalou em 1992, desta vez era o momento de “gênero” entrar para o vocabulário dos documentos da ONU. Como lembra Corrêa (2019, p. 7-8), “legitimou-se conceito de direitos

reprodutivos; o aborto foi reconhecido como grave problema de saúde pública; recomendaram-se políticas universais de educação em sexualidade e afirmaram-se as muitas formas de família”. No entanto, a ideia de “gênero” em si não chegou a ser alvo de controvérsia em nenhum momento durante essas discussões do Cairo. Na visão de Sonia Corrêa (2019, p. 8), “não houve maior polêmica em torno ao conceito de gênero porque (...) a terminologia então legitimada denotava, fundamentalmente, a desigualdade entre homens e mulheres, não implicava as muitas ‘confusões da sexualidade’”.

Desse modo, conclui-se que “gênero” tal qual inscrito no documento final do Cairo — como uma forma de abordar igualdade entre homens e mulheres — foi, de certo modo, *aceito*. Foi somente quando grupos conservadores perceberam uma alegada “proliferação de sexualidades e gêneros” (CORRÊA, 2019, p. 9), ainda na preparação para Pequim, que o termo se transformou em inimigo declarado.

Na negociação durante a Conferência de Pequim, o Vaticano atuou em várias frentes, perdendo em todas, exceto em uma: a Santa Sé foi bem-sucedida em barrar a inclusão do termo “orientação sexual” no documento final do encontro, vencendo a votação por uma pequena margem de votos na última plenária. Todas as outras batalhas, porém, foram perdidas: a luta para que direitos das mulheres não fossem considerados direitos humanos — tendo como base as teses do Papa João Paulo II sobre o “gênio feminino” —, a tentativa de impedir que fossem incluídos parágrafos relativos a uma revisão das leis que criminalizavam o aborto e a tentativa de eliminar parágrafos sobre educação sexual para meninas (CORRÊA, 2019, p. 9-10).

Assim, o encontro de Pequim marcou uma virada de chave para o Vaticano e para estudiosos leigos relacionados com a Santa Sé, que entenderam que seria necessária uma divulgação ao grande público das interpretações da Igreja Católica acerca dos movimentos feministas e LGBTQIA+ globais. Interpretações estas que já eram gestadas no seio da Igreja desde a década de 1980, mas que ainda não tinham passado por um processo de organização de ideias e que ainda não tinham sido compiladas e divulgadas para fora do Vaticano. Dois livros, ambos publicados na segunda metade da década de 1990, cumprirão em parte essa função: “O Sal da Terra: O Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do novo milênio”<sup>4</sup> (1996), do então cardeal Joseph Ratzinger e “A agenda de gênero: redefinindo igualdade”<sup>5</sup> (1997), da jornalista católica estadunidense Dale O’Leary. Neles, a “ideologia de gênero” é descrita como uma trama internacional que, utilizando-se como pretexto a luta pela igualdade, pretende destruir as bases

---

<sup>4</sup> No original: *Salz der Erde: Christentum und katholische Kirche im neuen Jahrtausend*.

<sup>5</sup> No original: *The gender agenda: redefining equality*.

da família “natural”, formada por homem e mulher. No ano seguinte, 1998, a expressão seria registrada pela primeira vez em um documento oficial da Igreja Católica, no ofício “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, de autoria da Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020, p. 18).

No livro de Ratzinger, à época prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano, fica externada uma extensa lista de preocupações em relação ao *gender*, como ele se refere, e à “insurreição do homem contra os limites” biológicos da criação (Ratzinger, 1996). A publicação de O’Leary afirmou que existiriam segundas intenções nas demandas feministas e LGBTQIA+, que tentariam camuflar sua “ideologia radical” no uso aparentemente despretensioso do termo “gênero”:

Sem alarde ou debate, a palavra “sexo” foi substituída pela palavra “gênero”. [...] os formulários, como os pedidos de crédito, costumavam pedir uma indicação de nosso sexo, mas agora eles pedem nosso gênero. Com certeza parece bastante inocente. [...] As militantes feministas aprenderam a partir de suas derrotas. Quando elas não puderam vender sua ideologia radical para as mulheres em geral, elas lhe deram uma nova roupagem. Mas, se você acha que a mudança sinaliza um renascimento da sensibilidade neo-vitoriana, você não poderia estar mais errado. Essa mudança e uma série de outras coisas que você pode não ter percebido são todas partes da Agenda de Gênero. (O’LEARY, 1997, p. 11).

Com esses textos já publicados — o que propiciou um discurso mais ou menos uniforme por parte do Vaticano —, as conferências que marcaram uma “revisão +5” daquelas do Cairo e de Pequim, realizadas respectivamente em 1999 e 2000, foram palco de uma estratégia coordenada da Igreja Católica para atacar a noção de gênero “do começo ao fim das negociações” (CORRÊA, 2019, p.10). Uma série de delegações alinhadas com a Santa Sé alegaram, sempre que o termo aparecia no debate, que ele “remetia a homossexualidade, pedofilia e outras ‘perversões sexuais’” (CORRÊA, 2019, p.10). Entretanto, apesar dessa estratégia, a Santa Sé voltou a sair derrotada, vendo o termo “gênero” ser amplamente usado nos documentos finais — como o seria daí em diante, em todo documento oficial das Nações Unidas que tratasse do tema. Sonia Corrêa (2019, p. 11-12) afirma estar “convencida de que esse novo fracasso político da Santa Sé foi o que alavancou o grande investimento teológico contra o gênero que iria tomar forma em anos subsequentes”.

Em 2003, seria lançado o “Lexicon de Termos Ambíguos e Discutidos sobre a Vida Familiar e Ética” e, em 2004, a “Carta dos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração dos Homens e das Mulheres na Igreja e no Mundo”, dois importantes textos que iriam servir de pilares — juntamente com os livros de Ratzinger e O’Leary — para a argumentação neoconservadora no século XXI.

O Lexicon consiste numa espécie de dicionário de termos sobre família, sexualidade, gênero e temas correlatos, mostrando a definição do Vaticano sobre esses assuntos. “Para a sua escrita colaboraram mais de 70 ‘especialistas’ de diversos países, membros ou consultores de Conselhos Pontifícios e docentes de universidades católicas, muitos/as deles/as membros da Opus Dei” (JUNQUEIRA, 2018, p. 471). O Lexicon teve seu original em italiano publicado em 2003 e logo foi traduzido para outros idiomas — para as línguas da América Latina, português e o espanhol, já no ano seguinte; para o francês em 2005; para o inglês em 2006; para o alemão e o árabe em 2007; e para o russo em 2009. Entretanto, segundo Junqueira (2018, p. 476), “até 2011, o sintagma ‘teoria/ideologia do gender’ parece ter circulado sem alarde apenas em alguns textos da Igreja e, episodicamente, na imprensa católica e conservadora e em eventos do associacionismo católica”. Outros autores também atestam isso: o trabalho desenvolvido pela Santa Sé apenas começou a ser disseminado para fora dos círculos relacionados à Cúria a partir do ano de 2011 (GARBAGNOLI, 2014a, 2014b; PATERNOTTE, 2015).

Considera-se que o Lexicon foi um dos grandes responsáveis por essa ampla disseminação na interpretação do Vaticano sobre questões de gênero. De acordo com Mary Anne Case (2016), o que essa publicação fez foi organizar sistematicamente noções que fazem parte da chamada Teologia do Corpo, muito desenvolvida por João Paulo II, mas que teve contribuições de diversos Papas a partir de Pio XII — que ocupou o posto de 1939 até 1958. Ela foi aos poucos se moldando e atingiu seu ponto maduro com o pontífice polonês, que, mesmo antes de ascender ao papado, já exercia grande influência sobre o tema.

A Teologia do Corpo afirma que as características da mulher — em particular a vocação para a maternidade — são naturais, derivando de sua própria anatomia. E, como principal diferença em relação ao modo como a mulher era entendida na Igreja até então, ela passa a não mais ser vista como inferior ao homem, mas complementar (JOÃO PAULO II, 1994). Essa complementaridade garante um status de igual dignidade entre homens e mulheres, porém pressupõe que essa concepção só pode existir em relações heterossexuais, já que a complementaridade dos corpos é condicionada à capacidade de reprodução. Essa concepção doutrinária acabou por implicar uma postura moralista ainda mais rígida do que a Igreja tinha até então. “Com efeito, o papado de Wojtyła foi marcado pela radicalização do discurso da Santa Sé sobre moralidade sexual (notadamente quanto a aborto, contracepção e homossexualidade)” (JUNQUEIRA, 2018, p. 471). Os postulados dessa teologia passaram a ser acionados com frequência a partir da década de 1990, sendo muito presentes no Lexicon, por colocarem a complementaridade heterossexual no casamento como origem da harmonia social e da própria existência da sociedade. Portanto, longe de rejeitar assuntos relacionados a

sexualidade, Wojtyla fez da heterossexualidade e da família heterossexual o ponto central de sua antropologia e de seus dogmas (ROBCIS, 2015). Nada mais natural que, no Lexicon, o Vaticano resolvesse utilizar a filosofia de família aprofundada pelo Papa João Paulo II como um “meio para conter o que as autoridades eclesiásticas chamavam de ‘ideologia da cultura da morte’ [muito por conta do aborto e da não reprodução sexual natural no caso de homossexuais] subjacente à ‘teoria/ideologia de gênero’” e que os postulados dessa teologia fossem considerados “estratégicos para enfrentar as propostas avançadas a partir de Cairo e Pequim, dentre as quais, aos olhos do Vaticano, a ‘teoria/ideologia de gênero’ seria um dos mais desventurosos legados” (JUNQUEIRA, 2018, p. 471).

Foi sobre essa base teológica que Wojtyla e Ratzinger — Prefeito da Congregação para Doutrina da Fé de 1981 a 2005 e, mais tarde, Papa, entre os anos de 2005 e 2013 — debruçaram-se para eleger a “teoria/ideologia de gênero” como inimigo principal a ser combatido na virada do milênio. Em grande parte dos países europeus, o sintagma utilizado é “teoria do gênero”, enquanto na América Latina, é “ideologia de gênero”. Essas foram as expressões *vencedoras* após uma série de *testes* feitos pela Santa Sé entre os anos 1990 e início dos anos 2000. Segundo Junqueira (2018, p. 459), nesse período foi feito um grande “esforço para encontrar combinações que melhor funcionassem nos espaços midiático e político”, o que ocasionou as mais variadas “formas de declinação nos documentos da Cúria Romana, das conferências episcopais e de seus aliados”, todas significando essencialmente a mesma coisa.

Eis alguns exemplos: teoria do gender, ideologia (do) gender, ideologia de gênero, ideologia da ausência de sexo, ideologia confusa de gênero, loucura de gênero, teoria do gênero sexual, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria artificiosa do gender, teoria do gênero queer, teoria do gênero transexual, teoria do gênero radical, ideologia radical de gênero, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultrafeminista do gender, ideologia do Women’s empowerment, ideologia pós-feminista do gênero, ideologia do pensamento único homossexualista, ideologia comunista do gênero, teoria americana do gender, ideologia mundialista (ou globalista) do gênero, ideologia LGBT, ideologia do lobby gay, ideologia ocidental homossexual e pró-aborto, ideologia sodomita, ditadura do gender, ditadura ideológica do gender, totalitarismo de gênero, gender-terror, genderismo, ou simplesmente gênero ou gender, em si mesmo, uma ideologia” (JUNQUEIRA, 2018, p. 459-460).

Outros textos foram importantes nessa construção, como o já mencionado livro da jornalista estadunidense O’Leary, católica membro do Opus Dei e que havia participado da Conferência da ONU em Pequim em 1995. Em sua publicação, ela alerta que “a agenda do gênero navega nas comunidades não como um navio de grande porte, mas como um submarino, que se revela o menos possível (O’LEARY, 1997, p. 21). É comum também aos autores antigênero evocar o conceito de “novilíngua” de George Orwell para acusar feministas e a

comunidade LGBTQIA+ de manipular a linguagem para camuflar seus reais objetivos (LÓPEZ TRUJILLO, 2005, p. 8), isto é, fazer belos discursos em defesa da igualdade quando, na verdade, isso é usado para mascarar tentativas de “subverter a ordem natural e o bom senso” (KUHAR E PATERNOTTE, 2018, p. 509).

Para a América Latina, especificamente, foi de grande relevância um livro publicado em 2010, na Argentina, tendo tido primeiramente forte impacto na defesa da existência da noção de “ideologia de gênero” em seu país de origem e, logo na sequência, em todo o continente latino-americano — foi também traduzido para o português. De autoria do argentino Jorge Scala, o livro “A ideologia de gênero. Ou o gênero como ferramenta de poder” considera que esta seria “provavelmente a ideologia mais radical da história, posto que — ao impor-se —, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente, acabaria com a sociedade” (SCALA, 2010, p. 7).

Um dos pontos centrais que baseiam esta pesquisa é o fato de que, embora a noção de uma suposta “ideologia de gênero” a ser combatida já existisse desde os anos 1990, o assunto foi retomado, de forma virulenta e não somente por religiosos católicos e leigos relacionados ao Vaticano, apenas no início da segunda década do século XXI. Assim, uma das questões subjacentes a esta pesquisa é por que o tema, que não é exatamente novo, adquiriu tamanha centralidade na última década. O início desse ganho de centralidade ocorreu no princípio da década de 2010, e, entre os indícios que corroboram essa afirmação estão, por exemplo, a publicação de grande impacto do livro de Scala, em 2010; a análise de que foi em 2011 que a ideia de “ideologia de gênero” começou a circular para fora dos círculos da Igreja Católica, como já foi aqui citado; o tom mais enfático e veemente adotado pelo então Papa Bento XVI no discurso de 2012 que abre esta seção; e as primeiras mobilizações de rua contra a suposta “ideologia de gênero”, realizadas a partir de 2011, conforme veremos nas páginas seguintes.

É preciso sublinhar que a ação neoconservadora em relação a esse assunto não se resume à ação do Vaticano. A Igreja Católica foi a elaboradora de primeira hora desse discurso, mas, nos últimos anos, ele se enraizou também entre evangélicos e entre muitos outros grupos integrantes do neoconservadorismo — religiosos ou não —, que cresceram especialmente com o fortalecimento político das novas direitas, sobretudo na segunda década deste século.

Assim como outros grupos passaram a fazer uso da “ideologia de gênero”, o discurso adotado para discutir esse tema passou a se distanciar dos argumentos religiosos, servindo-se cada vez mais de argumentos pretensamente racionais, científicos ou jurídico. Houve, portanto, uma secularização do discurso. Ao mesmo tempo em que isso foi consequência da utilização do termo por neoconservadores não religiosos, essa secularização foi também motor para que

o assunto penetrasse ainda mais no meio neoconservador, porque passou a atrair de forma crescente um grande número de pessoas. A necessidade de um combate à “ideologia de gênero” virou o que Grzebalska, Kovátz e Petö (2017) chamam de “cola simbólica”, aglutinando diferentes ideias — diferentes atores, inclusive —, que de outro modo dificilmente seriam reunidos.

A oposição à “política de gênero” e ao “marxismo cultural” — que são vistas como uma só coisa para os que atacam a suposta “ideologia de gênero”, e que na próxima seção deste trabalho discutiremos em detalhes — deu às novas direitas a capacidade de juntar em torno de uma causa comum atores diversos que, sem isso, poderiam resistir a cooperar uns com os outros: diferentes denominações de igrejas cristãs, judeus ortodoxos, partidos da extrema direita e conservadores tradicionais, por exemplo. Ainda segundo Grzebalska, Kovátz e Petö (2017), “ideologia de gênero” passou a ser entendida como um termo que abarca múltiplas questões progressistas associadas com a esquerda sob um mesmo guarda-chuva. É, assim, um *termo guarda-chuva*, uma “cola simbólica” entre variadas noções de esquerda e entre facetas da ordem socioeconômica atual.

É importante sublinhar que, na literatura, o ganho de centralidade do discurso sobre “ideologia de gênero” nos últimos anos é interpretado a partir de dois eixos, não necessariamente conflitantes entre si: o da reação e o da composição com as novas direitas (RAWLUSZKO, 2019, p. 2). O primeiro dá destaque à natureza reacionária dos movimentos antigênero, liderados inicialmente pela Igreja Católica, funcionando como uma resposta do Vaticano aos avanços feministas e da comunidade LGBTQIA+ em termos de conquistas legais e implementação de políticas públicas nas décadas de 1970 e 1980. O segundo *frame interpretativo*, por sua vez, enfatiza a proatividade das campanhas antigênero: em vez de uma simples reação passiva, haveria uma ação sistemática pensada para elaborar “narrativas influentes usadas por forças de direita para unificar diferentes grupos sociais que estão descontentes com os efeitos econômicos da globalização neoliberal” (RAWLUSZKO, 2019, p. 2). Assim, a ascensão das novas direitas globalmente e a crescente disseminação do discurso de combate à “ideologia de gênero” estariam estreitamente associadas, retroalimentando-se. E isso só foi possível porque, embora tenha sido criada pelo Vaticano, essa elaboração discursiva passou a ocupar na última década espaços para além da Cúria Romana, virando a tal “cola simbólica” ao ser adotada pelos mais diversos grupos que compõem o neoconservadorismo.

Segundo Belinda Dear (2018, p. 4), além de unir elementos díspares com o objetivo de construir um alvo coerente para campanhas neoconservadoras, a “ideologia de gênero” se apresenta como uma ameaça essencialmente estrangeira. E é nesse aspecto do discurso que o

atual pontífice, Papa Francisco, mais se faz notar: ele foi o primeiro a usar a noção de “colonização ideológica” para se referir ao gênero como uma importação estrangeira ameaçadora (BRACKE e PATERNOTTE, 2016, p.143). Essa expressão, conforme analisam Roman Kuhar e David Paternotte (2017, p. 20), significa uma espécie de projeto neocolonial especialmente de países da Europa ocidental e dos Estados Unidos, que tentariam exportar seus valores considerados decadentes. Essa é uma visão que tem se tornado particularmente popular em contextos pós-socialistas, em nações da Europa Central e do Leste — como Polônia, Hungria e Croácia. Mas também tem sido usada na América Latina, em países como Brasil, Argentina e Colômbia.

A eleição do argentino Jorge Bergoglio — o primeiro Papa latino-americano da História — pode ser lida, de acordo com Vaggione (2013), como um aceno à América Latina, pois, se João Paulo II teve como fantasma a ser enfrentado o comunismo, e Bento XVI, a laicidade, o fantasma principal a ser combatido por Francisco seria o “rebanho indisciplinado” pela diversidade sexual e pela bandeira da igualdade de gênero, capaz de abrir mão da identificação religiosa em favor da defesa de direitos de gênero, sexuais e reprodutivos. E, no que se refere ao tema, o argumento sobre seu estrangeirismo está no centro do discurso do atual Papa. É significativo que Francisco, ao se referir à “ideologia de gênero”, prefira usar a expressão “colonização ideológica”. Está embutida nessa ideia a acusação de que entidades internacionais e intergovernamentais como a ONU e fundos privados como a Open Society ou a Fundação Ford forcem países pobres a aceitar moralmente leis e regulações consideradas problemáticas em troca de apoio a projetos e suporte financeiro (CAMPANA e MISKOLCI, 2017, p. 510). O segundo Sínodo da Família (2014-2015) foi palco de muito debate sobre essas interferências estrangeiras, tema da exortação apostólica pós-sinodal *Amoris Laetitia*, na qual o Papa Francisco disse considerar “inaceitável que as Igrejas locais sofram pressões nesta matéria e que os organismos internacionais condicionem a ajuda financeira aos países pobres à introdução de leis que instituem o ‘matrimônio’ entre pessoas do mesmo sexo” (FRANCISCO, 2016).

O antigo combate ao comunismo parece ter se convertido, na última década, em luta contra a esquerda latino-americana, algumas vezes identificada como chavezcastrismo em uma referência que une Cuba e Venezuela como contraexemplos a serem evitados. Se João Paulo II chegou ao papado no contexto de luta contra o comunismo na Europa, a renúncia de Bento XVI e a eleição de Francisco sugerem que a Igreja Católica considera que o eixo de enfrentamento mudou para a América Latina. Seu inimigo atual seria a “ideologia de gênero” e, ainda que a grande maioria dos governos de esquerda latino-americanos, mesmo aqueles chefiados por mulheres, não tenham aprovado o aborto ou logrado eliminar a desigualdade entre homens e mulheres, foi durante seu exercício – mesmo se não em decorrência deles – que o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado. (MISKOLCI, 2017, p. 743)

Para Junqueira (2018, p. 485), o Papa Francisco tem demonstrado astúcia: no interior da Cúria, tem enfraquecido adversários por meio de reestruturações da burocracia da Santa Sé e das instituições financeiras vaticanas, ao mesmo tempo em que faz concessões pragmáticas a determinados grupos considerados insubmissos. Já para fora da Cúria, tem apostado na representação midiática de um Papa diferente, acessível, simples e revolucionário. Suas posturas em relação a questões de gênero e sexualidade, no entanto — ou justamente por conta disso —, têm se mostrado de certa forma dúbias, flutuantes:

Ao tratar do tema, [o Papa Francisco] endossa pressupostos reacionários de cunho sexista e heterossexista dessa teologia [a Teologia do Corpo] e desses movimentos [antigênero] ao, por exemplo, reiterar a concepção de família natural (heterossexual e garantidora do modelo da diferença e da complementaridade dos sexos), opor-se ao casamento homossexual e condenar a “colonização ideológica” do *gender* nas escolas. Ao fazê-lo, (...) parece, porém, cuidar de não reafirmar de modo explícito a concepção igualmente ratzingeriana de atos homossexuais como “intrinsecamente maus” (JUNQUEIRA, 2018, p. 485).

Francisco não contesta os axiomas da Teologia do Corpo, tão disseminados por João Paulo II e Bento XVI, porém tem assumido “posturas oscilantes ou ambivalentes quanto ao *gender* e aos movimentos antigênero” (JUNQUEIRA, 2018, p. 485). Isso torna desafiador interpretar seus discursos e, de certo modo, cria empecilhos para se entender exatamente como a Igreja Católica lidará com o tema nos próximos anos e de que formas isso afetará a política global.

## 1.2 Crise das esquerdas

É importante que se destaque o contexto político em que essa cruzada vaticana se estabeleceu, ao longo dos anos 1990. Essa década marca a era pós-muro de Berlim, a partir de 1989, e do fim da União Soviética, em 1991, bem como o fortalecimento de um neoliberalismo radical mundo afora, herdeiro das ideias de figuras como a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, além de uma série de governantes latino-americanos, como o ditador chileno Augusto Pinochet e o peruano Alberto Fujimori. Com isso, observa-se uma certa hegemonia da direita global, uma espécie de *fim das utopias*, representando um momento de profunda crise das esquerdas, de modo geral.

Maria Francisca Pinheiro Coelho (2009) vaticina que houve “mudanças no paradigma da esquerda” nos anos 1990, causadas pelo “colapso do socialismo real”. “A esquerda mal tinha se reorientado na nova conjuntura política, refazendo bandeiras da década de 1960, como substituir o conceito de revolução por democracia, quando vivenciou o fim de uma utopia” (COELHO, 2009). Segundo a autora, naquela década começavam a surgir dentro das esquerdas teorizações sobre a importância das bandeiras democráticas, para além da luta contra a desigualdade. Entretanto, o marxismo-leninismo continuava sendo uma forte representação daquele arquétipo político. Assim, quando o “socialismo real”, representado pela União Soviética, teve seu fim, o impacto negativo sobre as esquerdas foi grande, levando a um momento de crise — uma crise quase de identidade. As direitas souberam aproveitar esse abalo do espectro político adversário para impor sua linguagem neoliberal, que já se estabelecia em muitos países desde o final dos anos 1970 e mais significativamente no anos 1980.

Conforme afirma Breno Bringel (2020, p. 160), os “sujeitos políticos do campo liberal-conservador” viram os anos 1990 como “a idade de ouro, o momento idílico do neoliberalismo, em que tiveram seu apogeu”. O autor ressalta que o processo de redemocratização que o Brasil viveu ao longo dos anos 1970 e 1980 foi compreendido por esse campo liberal-conservador “como uma espécie de concessão necessária” (BRINGEL, 2020, p. 160). Ele também destaca que nunca houve um rompimento de fato com o pensamento neoliberal, que passou a ser a *linguagem comum* da política, adotada tanto por direitas quanto por esquerdas.

Quando as direitas chegam, então, à década de 1990, o histórico apoio das igrejas conservadoras a elas se mostrou fundamental ao assumir o papel de fornecer

[...] um discurso moral de apoio às direitas, que articula a defesa da ordem patriarcal e da família tradicional como base de uma sociedade ordenada, com uma “teologia da prosperidade”, muito presente nos evangelismos, que propõe horizontes de sucesso baseados no esforço individual, no empreendedorismo, na meritocracia e no mercado capitalista, sem problematizar os obstáculos estruturais para isso (HOETMER, 2020, p. 20).

Conforme explica Pleyers (2020), há de se levar em grande consideração a virada conservadora da Igreja Católica ao longo dos anos 1980 e 1990, quando ela passou a atacar a teologia da libertação, e o concomitante crescimento das igrejas neopentecostais conservadoras. Isso ocorreu em diversas partes do mundo, mas Pleyers usa como exemplo o caso do Brasil. Em curto prazo, esses dois movimentos — o declínio da teologia da libertação na Igreja Católica e a ascensão dos neopentecostais conservadores — não mostraram impactos tão visíveis, em grande medida porque as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) mantiveram suas

ações junto aos mais pobres em organizações, partidos e movimentos sociais estabelecidos. Mas, em longo prazo, destaca o autor, esses dois movimentos que aconteceram em paralelo foram responsáveis por uma mudança religiosa-cultural que culminou, por exemplo, na eleição de Jais Bolsonaro à presidência.

Embora nunca tenha sido dominante na Igreja Católica, a teologia da libertação influenciou muitos cristãos progressistas — algo que chamou atenção durante a ditadura militar no Brasil, por exemplo —, prevendo uma leitura das escrituras que busca jogar luz sobre as causas da opressão dos pobres. “A conhecida sentença do cardeal brasileiro Dom Helder Câmara, no início dos anos 1980, resume a situação: ‘Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista’” (PLEYERS, 2020).

O giro conservador do Vaticano começou a ganhar força com o pontificado de João Paulo II, que condenava ideias centrais para as esquerdas. Como os teólogos da libertação se interessavam muito por ciências sociais, por teóricos marxistas e por questões tradicionalmente caras à esquerda global, passaram a ser vistos como inimigos do *verdadeiro* cristianismo. “O papa polonês associou os interesses, apresentados por adeptos da Teologia da Libertação, pelas análises marxistas à opressão do regime comunista ateu em seu país de origem” (PLEYERS, 2020). A partir daí, criou-se um vácuo nas áreas mais populares e periféricas, com presença cada vez menor da Igreja Católica. Esse vácuo foi preenchido de forma crescente por igrejas neopentecostais, e a atuação dos setores mais conservadores dessas igrejas passou a ser predominante.

Nesses locais, as igrejas neopentecostais assumiram a missão da educação popular nas favelas e se tornaram incubadoras de pequenos empreendedores e militantes conservadores, cuja visão religiosa levava a defender a questão moral e, em particular, a moral associada à sexualidade (aborto, casamento, homossexualidade etc.) (PLEYERS, 2020)

O declínio da teologia da libertação — ou do cristianismo da libertação, conceito ainda mais amplo e considerado mesmo anterior à teologia da libertação, tendo sido cunhado pelo sociólogo Löwy (1997) — teve consequências “que apenas foram reveladas três décadas depois, nos anos 2010” (PLEYERS, 2020). É fundamental que se ressalte que não se trata de uma competição entre católicos progressistas e neopentecostais conservadores, e sim entre um conjunto de visões do cristianismo que tratam as questões sociais como o centro de seu compromisso e um conjunto de visões conservadoras, para as quais questões morais — dentre

elas o divórcio, a homossexualidade, o aborto e o combate à suposta “ideologia de gênero” — estão no âmago do compromisso cristão. Tanto católicos quanto neopentecostais se inserem nesses dois grupos. “Os campos em confronto nessa batalha não seguem os limites das religiões oficiais” (PLEYERS, 2020).

Esse contexto se tornou, então, propício ao uso inicial, ainda na década de 1990 — mesmo que basicamente religioso e feito por atores políticos bem restritos —, da ideia de repúdio à “ideologia de gênero”. Nos anos 2000, com o chamado ciclo progressista — em especial na América Latina, com figuras como Lula, no Brasil —, essa noção ficará latente, sendo retomada de forma significativa apenas na década de 2010, quando ideais neoliberais e neoconservadores — em grande medida representados por figuras como Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil — assumem novamente o protagonismo, em alguns países com força ainda maior do que aquela vista nos anos 1990. Trata-se, portanto, de um efeito de longo prazo — sentido de forma palpável apenas na década de 2010 — causado pela crise das esquerdas observada na última década do século XX, da qual faz parte a derrocada das visões progressistas do cristianismo, substituídas gradativamente por visões religiosas conservadoras e reacionárias.

### **1.3 Disputas geopolíticas e difusão da luta antigênero**

Se já nos anos 1980 as ideias de Wojtyła e Ratzinger sobre a complementaridade entre homem e mulher existiam, e se o Vaticano fez intensa campanha antigênero já em meados dos 1990 — em meio a um cenário favorável a essa campanha, já que era um momento de crise do pensamento progressista —, por que é apenas na segunda década do século XXI que o tema ganha tamanha relevância social e política? E por que isso parece acontecer em tantos países do globo quase simultaneamente? Esta seção pretende responder precisamente estas perguntas, o que, mais à frente, servirá de importante base contextual para que seja possível entender com alguma clareza como o desenvolvimento do tema se dá no Brasil.

Meu argumento é de que, mais do que conhecer as origens religiosas do termo “ideologia de gênero” e os desdobramentos que isso implica, é importante compreender a geopolítica que está por trás da aplicação dessa expressão por tantas autoridades mundiais. É a movimentação geopolítica que pode ajudar a explicar a ascensão desse termo — não raro junto com a ascensão de novas direitas e de grupos religiosos conservadores. Nas próximas páginas,

abordaremos o caráter transnacional da contraofensiva antigênero e a estreita relação entre ela e o descrédito do modelo de democracia liberal e de entidades de governança global como as Nações Unidas.

### 1.3.1 Combate à “ideologia de gênero”: uma campanha transnacional

Um fantasma começa a rondar a Europa — e, aliás, muitas partes da América Latina e Estados Unidos — no início da década de 2010: o fantasma da “ideologia de gênero”. Na verdade, desde 2005 já existiam mobilizações antigênero em algumas nações europeias, marcadamente Espanha, Itália, Croácia e Eslovênia, tendo em geral como alvo o casamento entre pessoas do mesmo sexo e educação sexual (KUHAR e PATERNOTTE, 2017, p. 300). Entretanto, foram as grandes mobilizações ocorridas na França e na Itália no período 2012-2014 que alavancaram a retórica de “colonização ideológica” e aceleraram sua disseminação para outros países e continentes, como destaca Belinda Dear (2018, p. 6). Ainda segundo a autora (2018, p. 9), foi somente a partir desse período que uma “colaboração transnacional entre países pôde ser traçada”: no momento em que “ideologia de gênero” surge no debate público francês, é possível começar a rastrear marcantes similaridades em nomes de grupos de mobilização, materiais usados para divulgar a causa e linhas de argumentação em países como Alemanha, Croácia e Finlândia, além da Itália. A França foi, assim, o primeiro país em que a expressão “ideologia de gênero” ganhou “ampla tração popular” (DEAR, 2018, p. 9).

Foi em 2011 que o discurso anti-“ideologia de gênero” debutou no debate político francês, com o ataque ao uso de livros de Biologia nas escolas que supostamente ensinariam a “teoria de gênero” — expressão pela qual a ideia ficou mais conhecida por lá. Pouco tempo depois, em novembro de 2012, começaram a ser realizadas as primeiras mobilizações de rua antigênero, do movimento *La Manif Pour Tous* (LMPT – A Manifestação Para Todos, em tradução livre), que se opunha ao casamento entre pessoas de mesmo sexo. O tema havia acabado de entrar em discussão no Parlamento francês — na mesma época em que o então Papa Bento XVI proferiu seu discurso do Natal de 2012, como já mencionado no início do capítulo. O casamento igualitário seria adotado meses depois, em maio de 2013.

O *La Manif Pour Tous* usava como argumento a ideia de que o projeto de lei que permitiria o casamento entre pessoas do mesmo sexo abriria caminho para outras leis “antinaturais” como inseminação artificial para casais de lésbicas e adoção para casais gays.

Como algumas feministas tinham o entendimento de que a realização de barriga de aluguel deveria ser considerado algo antifeminista, os manifestantes anti-“ideologia de gênero” tentavam angariar apoio dessas feministas ao alegar que autorizar casamento igualitário seria, de fato, um primeiro passo para autorizar a barriga de aluguel (KOVÁTS e PÕIM, 2015, p. 132).

O LMPT afirmava ser independente e não ter ligações religiosas, e, assim, tentava apelar para argumentos de “senso comum”, da “ordem natural” e valores tradicionais. Essa linha de argumentação, que se distanciava da esfera religiosa para atrair um amplo número de adeptos, foi seguida por outros grupos neoconservadores também. Entretanto, de acordo com Sara Garbagnoli (2016, p. 196-197), todos os grupos estavam relacionados à estrutura do Vaticano ou a associações católicas de uma forma ou de outra, e um dos maiores exemplos era o próprio LMPT, que era ligado à Conferência Francesa dos Bispos e, segundo Kováts e Põim (2015, p. 134), a Organizações Não-Governamentais fundamentalistas estadunidenses tais como o *Center for Bioethics and Culture Network*. No discurso de combate à “ideologia de gênero” usado pelos manifestantes era possível observar claramente a retórica do Vaticano, em especial a alegação de que a família “natural” seria a heterossexual e de que o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção feita por esses casais ofereceriam algum tipo de ameaça às crianças.

Apesar das intensas mobilizações de rua, o LMPT não alcançou seu principal objetivo de curto prazo, que era impedir que o casamento igualitário virasse lei na França — ainda que uma lei com uma série de limitações, na avaliação de ativistas LGBTQIA+. Na Itália, o movimento anti-“ideologia de gênero” se mostrou, logo de cara, mais bem-sucedido. As primeiras mobilizações italianas surgiram entre 2013 e 2014, inspirando-se diretamente na campanha francesa: copiaram logomarcas, nomes e o estilo de forma geral. Os principais grupos italianos foram criados como equivalentes dos franceses. Por exemplo, havia o *La Manif Pour Tous-Italia*, conhecido pela sigla LMPT-I (GARBAGNOLI, 2016, p. 198). Diferentemente do que ocorreu na França, as manifestações na Itália conseguiram não apenas barrar um projeto de lei que garantia união civil entre pessoas do mesmo sexo, como também bloquear uma estratégia de política pública contra a homofobia e a transfobia e impedir a aprovação de um projeto de lei sobre crimes de ódio relacionados a orientação sexual e identidade de gênero.

Segundo Sara Garbagnoli (2016, p. 199), peculiaridades de cada contexto nacional diferenciam a forma como a campanha antigênero se deu na França e na Itália. Em território francês, por exemplo, já existia legislação anti-homofobia desde 2004, o que fez com que manifestantes antigênero se declarassem, ao menos formalmente, não-homofóbicos. Já na Itália, onde não havia qualquer tipo de lei parecida, o pudor em se afirmar homofóbico, e até

mesmo demonstrar orgulho da própria homofobia, era inexistente entre os manifestantes, o que alterava o tom dos protestos.

A situação geopolítica da Itália na Europa e a falta de uma frente unida formada por progressistas para barrar o discurso anti-“ideologia de gênero” foram duas razões para o sucesso do movimento neoconservador italiano, na avaliação de Belinda Dear (2018, p. 11). Quanto ao primeiro aspecto, a autora destaca que a posição da Itália no sul do continente europeu durante a crise econômica que começou em 2008 criou um contexto favorável para que a noção de “colonização ideológica” — usada pelo Papa Francisco — ganhasse força, colocando a “ideologia de gênero” como uma espécie de ameaça à identidade italiana em meio à crise capitalista que era identificada com o *estrangeiro*. Muito italianos *compraram* com facilidade a ideia de que a Europa havia se desviado dos seus valores católicos e se tornado cada vez mais secular e capitalista (GARBAGNOLI, 2016, p. 199), e que, se o restante do continente não se mostrava disposto a agir para retomar a tradição, seria papel da Itália fazer isso. “Durante um período de austeridade e incerteza econômica, isso criou um pânico moral em que a resistência à ‘ideologia de gênero’ se tornou um símbolo de resistência ao ‘Ocidente desviante’ e apresentou uma solução para as ansiedades das pessoas” (DEAR, 2018, p. 11).

Já quanto à segunda razão para o sucesso das campanhas antigênero na Itália, é possível afirmar que o efeito de “cola simbólica” descrito por Weronika Grzebalska, Andrea Pető e Eszter Kováts (2017) — que reuniu grupos diversos em torno do combate à suposta “ideologia de gênero”, desde a associação católica Forum delle Associazioni Familiari até grupos neofascistas como o Forza Nuova (GARBAGNOLI, 2016, p. 199) — fez com que, na prática, os atores progressistas se dividissem. Isso se deu porque os grupos progressistas não antagonizavam, ao mesmo tempo, com todas essas forças que se declararam antigênero. Assim, a oposição efetiva às campanhas antigênero ficou limitada. Por exemplo, muitas feministas italianas que seguem a linha da diferença sexual — ou seja, defendem que é preciso focar na existência de diferenças entre os gêneros para que se consiga direitos para as minorias — encontraram ressonância na tese do Vaticano sobre a diferença essencial e a complementaridade de homens e mulheres. Assim sendo, elas acabaram se aliando à Santa Sé na oposição a reformas que promoveriam a educação sexual em escolas porque elas eram percebidas como promotoras da negação da diferença sexual (COLPANI, 2017, p. 223). Também eram comuns nessa ocasião — e ainda são, não só na Itália, mas em outros países europeus, na América Latina e nos Estados Unidos — disputas sobre o significado da palavra “gênero” e conflitos entre determinadas estratégias feministas e estratégias de ativistas trans (DEAR, 2018, p. 40). Como pode-se observar, se os atores neoconservadores são diversos, os progressistas também têm sua

cota de diversidade, estando longe de ser aquele bloco monolítico e homogêneo que muitas análises políticas ou acadêmicas tendem a supor.

No período 2013-2015, com o sucesso legislativo da Itália na bagagem, as campanhas anti-“ideologia de gênero” se espalharam pela Europa Central e do Leste, em países como Polônia, Croácia e Hungria. Na Croácia, a exemplo da Itália, as mobilizações conseguiram barrar a aprovação legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo (GRZEBALSKA, 2016, p. 1). Na Polônia e na Hungria, o movimento antigênero conseguiu atrasar a ratificação da Convenção de Istambul — a convenção do Conselho da Europa que aborda a prevenção e o combate à violência contra a mulher e a violência doméstica. O argumento usado pelos manifestantes era que o uso do termo “gênero” no texto seria um *cavalo de Troia* para impor de forma disfarçada a “ideologia de gênero”. Além disso, o governo polonês vetou um projeto de lei que regulamentava direitos de pessoas transgênero e encerrou a realização de fertilizações *in vitro* com financiamento público (GRZEBALSKA, 2016, p. 1). Segundo Graff (2016, p. 269), a eficácia das campanhas na Polônia foram particularmente grandes, tendo transformado a palavra “gênero” praticamente em sinônimo de “perversão” na mídia polonesa atual.

O combate à “ideologia de gênero” se faz presente já nessa época também na América Latina, sendo intensificado a partir de 2016, quando o movimento é identificado em vários países da região ao mesmo tempo. Essa campanha antigênero tem papel relevante, por exemplo, na campanha contra o acordo de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) — os opositores conseguiram levar milhares às ruas do país na Marcha de la Familia, em 10 de agosto de 2016, um mês antes de o acordo ser assinado — e no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no Brasil, no mesmo ano, com grande parte dos deputados de oposição alegando a “defesa da família” ao proferirem o voto pela destituição. Ainda em 2016, é realizada a marcha da Frente Nacional por la Familia, no México, e é lançada a campanha *#ConMisHijosNoTeMetas* (“Não mexa com meus filhos”, em tradução livre do espanhol), no Peru, dando início a grandes manifestações no país que alcançariam seu ápice no primeiro semestre de 2017 (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020, p. 23). As mobilizações latino-americanas se tornariam crescentes, transformando-se, em 2018, em peças-chave na oposição à paridade de gênero na representação política no Paraguai (CAMINOTTI e TABBUSH, 2020, p. 29) e no resultado das eleições presidenciais no Brasil, com a vitória do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro. Veremos em detalhes essa mobilização no continente latino-americano e suas consequências no próximo capítulo.

Recentemente, mesmo países escandinavos, referência em igualdade de gênero, têm visto a retórica do combate à “ideologia de gênero” se tornar recorrente no debate político. Um

exemplo é a Dinamarca, onde, em 2018, após o governo de coalizão de centro-direita lançar um “Plano de ação para promover segurança, bem-estar e igualdade de oportunidades para pessoas LGBTI” (*Handlingsplan til fremme af tryghed, trivsel og lige muligheder para LGBTI-personer*), houve uma intensa campanha de organizações evangélicas para que a iniciativa não fosse adiante. Elas alegavam que uma “ideologia queer” estava infiltrada no governo e que graves consequências sociais resultariam disso. O então primeiro-ministro, Lars Løkke Rasmussen, fez um discurso contundente afirmando que o país deveria se opor à “visão conservadora da natureza humana do passado” e que as pessoas que têm atitudes pró-LGBTQIA+ é que “são a Dinamarca” (RASMUSSEN, 2018). Essa fala gerou críticas imediatas por parte dos evangélicos, que condenaram o primeiro-ministro por ter associado a postura pró-LGBTQIA+ à essência da nação. É possível dizer que, na Dinamarca, como em muitos outros lugares, as discussões sobre gênero e diversidade se misturaram a uma luta discursiva sobre identidade nacional.

Um aspecto inegável, portanto, é que a contraofensiva antigênero, que teve como elaborador de primeira hora o Vaticano, tornou-se na segunda década do século XXI uma campanha transnacional, sendo usada como recurso político — bem-sucedido, com frequência — em diversos países mais ou menos ao mesmo tempo. Embora tenha surgido no Vaticano, o discurso se adaptou a diferentes contextos nacionais — e enfatizou justamente o caráter nacionalista dos argumentos antigênero. Apesar de existirem especificidades nacionais, todas essas campanhas compartilham uma narrativa básica, centrada na ideia de que existe uma maioria sofrendo sob a imposição de uma “ideologia de gênero” (KUHAR e PATERNOTTE, 2017, p. 253). A simultaneidade dos movimentos e as diferentes apropriações de uma mesma lógica narrativa em tantos países indicam que, ao invés de lidar com casos isolados, estamos testemunhando um fenômeno transnacional (KUHAR e PATERNOTTE, 2017; KOVÁTS, 2018). É fundamental destacar, ainda, que esse movimento não deve ser entendido como uma mera continuação de antigas mobilizações conservadoras contra gênero e sexualidade (KUHAR e PATERNOTTE, 2018). “Fazendo uso de estratégias comuns de mídia social e com uma grande rede de chamados especialistas, os proponentes desta campanha têm sido capazes de explorar a política de direita em ascensão nos últimos anos, que parece ter vindo para ficar” (DEAR, 2018, p. 12).

Essa política de direita tem sido fortemente identificada com o neoconservadorismo. Ao analisar esse conceito, Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 37) afirmam que uma das dimensões pelas quais ele deve ser compreendido é precisamente a transnacionalidade. Nas iniciativas desse novo conservadorismo é possível identificar, ainda que se considere as

particularidades de cada país, uma agenda comum e linhas de argumento que perpassam as nações, não se restringindo a contextos nacionais isolados. Conforme explicam os autores, “o neoconservadorismo articula suas agendas, suas estratégias e seus discursos por meio de campanhas e reuniões internacionais”. Eles dão como exemplo o Congresso Iberoamericano por la Vida y la Familia, realizado anualmente desde 2017 — quando ocorreu no México —, sempre sediado em algum país latino-americano. Entre os temas discutidos na conferência, estão iniciativas para impedir a agenda de igualdade de gênero e de diversidade sexual no continente. Outro exemplo colhido pelos autores é III Cumbre Transatlántica por los Valores, realizada em 2019 em Bogotá (Colômbia) pela organização Political Network for Values/Red Política por los Valores, cuja direção é feita por políticos de Estados Unidos, Espanha, Hungria e México, contando com vários países da América Latina como membros do conselho consultivo. O portal da organização afirma que

(...) o objetivo do evento era “oferecer uma resposta” à ofensiva do relativismo moral, em especial a “ideologia de gênero” e o antinatalismo no globo, assim como reafirmar os princípios da dignidade humana, o direito à vida, o papel imprescindível da família e do matrimônio, além do fortalecimento das liberdades de religião, de consciência e de educação, segundo os valores cristãos. (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020, p. 38).

Os autores lembram que essa característica da transnacionalidade tem a ver, inclusive, com a própria origem das campanhas antigênero no seio do Vaticano, uma vez que a Igreja Católica tem, já em sua estrutura, um caráter transnacional. Mesmo lidando com diferentes cenários em cada país, a Santa Sé tem presença global, sendo

(...) um mecanismo político globalizado, que articula instâncias internacionais (haja vista a presença da Santa Sé na ONU), regionais (como o Conselho Episcopal Latino-Americano - Celam - e a condição de Observador Permanente da Organização dos Estados Americanos — OEA), nacionais (conferências episcopais) e locais (paróquias). (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020, p. 37).

Porém, para além do catolicismo, é importante destacar que, particularmente na última década, a influência dos evangélicos estadunidenses sobre os pentecostais da América Latina também tem sido crescente, com cada vez mais trocas entre líderes regionais e movimentos “pró-vida”. Por exemplo, a organização Capitol Ministries, dos EUA, que tem como objetivo treinar religiosos para a seara política e ensinar a utilizar a Bíblia para justificar políticas de extrema direita, abriu, apenas entre 2017 e 2019, ministérios em seis países latino-americanos: Brasil, México, Paraguai, Honduras, Costa Rica e Uruguai. A organização chega a ter apoio

financeiro e logístico do vice-presidente do governo Donald Trump, Mike Pence. A meta era “basicamente ‘converter’ políticos e servidores públicos a uma visão cristã evangélica da política que se casa perfeitamente com a visão da ultradireita americana” (DIP e VIANA, 2019) e a organização vê em países como o Brasil terreno fértil para expandir sua iniciativa, em especial durante a gestão Bolsonaro.

A propósito do presidente do Brasil, aliás, sua campanha eleitoral em 2018 recebeu apoio direto de influentes cristãos estadunidenses, como a ex-deputada Michele Bachmann e o pastor Mario Bramnick, que divulgaram na internet vídeos em apoio a Bolsonaro, afirmando que ele era representante dos valores cristãos. Tanto Bachmann quanto Bramnick faziam parte, na ocasião, da Iniciativa da Casa Branca para a Fé e a Oportunidade, grupo de líderes cristãos nomeados como assessores especiais de Trump (MACIEL, 2019).

Esses apoios, presenciais ou não, contribuem para a dinâmica de difusão da ação coletiva transnacional das novas direitas. É importante aqui destacar que a transnacionalidade não significa apenas uma simultaneidade de acontecimentos em variados países, mas vai além: significa a existência de redes que produzem laços transnacionais e de ressonâncias, hoje fortemente possibilitadas pela internet e pelas redes sociais. É fundamental que se destaque isso para que evitar a falsa impressão de que o caráter transnacional das direitas contemporâneas seja uma grande coincidência, como se, de repente, parte significativa da população e das autoridades de muitos países, ao mesmo tempo, resolvesse adotar estratégias políticas extremamente parecidas para se sobrepor a ciclos progressistas.

Não se trata de coincidência. Os estudos de Sidney Tarrow (2012) ajudam a perceber o papel central dos mecanismos que atuam na difusão de movimentos sociais, tanto dentro do mesmo país quanto perpassando vários, como é o caso abordado no presente trabalho. No texto “Dynamics of Diffusion: Mechanisms, Institutions, and Scale Shift”<sup>6</sup>, Tarrow (2012, p. 209) classifica três formas de difusão: a relacional, a não-relacional e a mediada. A primeira depende de encontros físicos que permitam a criação de confiança e a transmissão direta de ideias e experiências. O já mencionado *Congreso Iberoamericano por la Vida y la Familia*, por exemplo, enquadra-se nesse tipo de difusão. Por sua vez, a difusão não-relacional é aquela que dispensa esse contato direto, isto é, aquela em que os indivíduos apreendem a nova ação coletiva via meios impessoais, como a mídia, especialmente a internet. Eis um exemplo hipotético: se um vídeo de um grupo anti-“ideologia de gênero” postado em uma plataforma online na Polônia ganha ressonância entre algumas pessoas da Hungria, fazendo com que elas queiram copiar os

---

<sup>6</sup> Em tradução livre: “Dinâmicas da Difusão: Mecanismos, Instituições e Mudança de Escala”.

argumentos e/ou a estética do vídeo polonês, esse tipo de difusão é não-relacional. Trata-se de uma dinâmica cada vez mais comum nas últimas décadas, com a globalização, o advento da internet e as novas formas de comunicação via redes sociais.

Por fim, a última forma é a difusão mediada: aquela em que existem terceiros para fazer a conexão entre os que iniciaram a ação coletiva e os que irão emulá-la. Isto é, não há vínculo pré-existente entre esses grupos. É a iniciativa de terceiros que estabelecerá esses vínculos. Um bom exemplo dado por Tarrow (2012, p. 211) é a difusão do repertório gandhiano entre as manifestações por direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960. Ele mostra como ativistas americanos viajaram para a Índia para conhecer Gandhi e, ao retornar aos EUA, *transplantaram* o que entenderam das ideias de não-violência gandhianas para a realidade dos defensores dos direitos civis americanos, e isso moldou as ações desses defensores. Nos EUA, os ensinamentos de Gandhi foram adaptados e ganharam um “tom cristão” (TARROW, 2012, p. 211). “Se o modelo gandhiano de difusão esperasse a difusão relacional direta, teria de esperar muito tempo”, destaca o autor, acrescentando ainda que, como é comum que aconteça, a incorporação do repertório inspirado por Gandhi não ocorreu sem controvérsias: “[...] funcionou bem para os setores médios da população negra no sul, mas não nos guetos do norte, onde a não-violência deu lugar a tumultos violentos que alienaram muitos afro-americanos, bem como os apoiadores brancos liberais do movimento” (TARROW, 2012, p. 211).

Segundo o estudioso, a tendência geral de quem pesquisa movimentos sociais tem sido focar na difusão relacional, “porque as inovações viajam mais facilmente ao longo de linhas de interação estabelecidas” (TARROW, 2012, p. 209). Foi assim que aconteceu com a disseminação do milho híbrido ou de novas práticas médicas — para dar exemplos que fogem do escopo de movimentos sociais, o que mostra que os mecanismos da difusão estão presentes em basicamente toda atividade humana. Entretanto, é preciso considerar que a era de comunicação quase instantânea que vivemos impacta significativamente no modo como as ações coletivas se difundem. “Novas formas de protesto muitas vezes se espalham entre pessoas que nunca se conheceram”, uma vez que, com a “imigração massiva e transporte barato e fácil, informações sobre ação coletiva também podem se espalhar por terceiros (...) que conectam pessoas que de outra forma não teriam contato umas com as outras”. (TARROW, 2012, p. 209). É justamente isso o que percebemos ao analisar a difusão da noção de “ideologia de gênero”: a ideia que começou como um campo de batalha religioso, sendo usada a princípio pelo Vaticano, tornou-se uma noção internalizada por grupos de fora do mundo religioso, reunindo indivíduos que até então jamais tinham lutado juntos em algum *front*.

Tarrow (2012, p. 214) também ressalta a importância de atentar para o que ele chama de mudanças de escala das ações coletivas. Essas mudanças de escala acontecem quando se leva a coordenação para um nível diferente, envolvendo novos atores e instituições. Pode ser uma mudança para um nível *acima* ou *abaixo* na política, a fim de entrar em um ambiente que seja mais favorável à causa. Por exemplo, a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor usou exatamente a estratégia de mudança de escala para cima ao levar a temática da discriminação de crianças negras em escolas à Suprema Corte dos EUA na década de 1950, ganhando visibilidade nacional e conseguindo mudar leis a partir daí. Mudanças de escala para baixo também podem ter efeitos poderosos, como foi o caso do posicionamento adotado por grupos pró-criacionismo, também nos EUA. Eles batalharam na Suprema Corte contra o ensino nas escolas da teoria da evolução das espécies, mas, depois de derrotados, a tática foi “mirar nos conselhos de educação das escolas locais e estaduais, pressionando-os a autorizar o ensino da ciência da criação [os grupos antievolucionistas passaram, nessa época, a chamar o criacionismo de “ciência da criação”, como tentativa de torna-lo mais palatável como conteúdo didático] na sala de aula e incluir essa perspectiva ao lado da teoria evolucionária nos livros didáticos que os distritos escolares compraram” (TARROW, 2012, p. 219). As ideias de “ciência da criação” e “design inteligente” foram elaboradas por esse movimento antievolucionista como forma de se posicionar frente à rejeição do pensamento criacionista na Suprema Corte, o que mostra também que a interação com as instituições provoca adaptações e mudanças de enquadramento que, em conjunto com as mudanças de escala, buscam atingir um público maior e ampliar o número de apoiadores.

### 1.3.2 Mo(vi)mento neoconservador

É válido, neste trabalho, especificar os motivos que levam a acreditar que o neoconservadorismo — termo usado inicialmente nos Estados Unidos dos anos 1970 para expressar uma resposta aos movimentos de contracultura — tem, atualmente, como um de seus aspectos centrais o combate à chamada “ideologia de gênero” e representa uma novidade em termos de enfrentamento político para fins de controle da sexualidade e da reprodução. Esta parte da pesquisa dialoga e se ancora, em grande medida, em duas publicações: “Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina” (2020), de autoria de Biroli, Machado e Vaggione, e já mencionado acima; e “O novo conservadorismo

brasileiro: de Reagan a Bolsonaro” (2019), de Marina Basso Lacerda. A primeira afirma que essa nova roupagem do movimento tem cinco dimensões bem características. Uma delas é o caráter transnacional, já citado, e as outras quatro são as seguintes: o neoconservadorismo aglutina diferentes setores, tais como religiosos, ultraneoliberais e militares; opera em contextos democráticos; tem relação estreita com o neoliberalismo; e trabalha para excluir as agendas feminista e LGBTQIA+ do total de direitos humanos.

Já Marina Basso Lacerda (2019) define o neoconservadorismo como um sistema de pensamento baseado em quatro pilares, que são a defesa da família tradicional centrada no combate à “ideologia de gênero”; o militarismo — que compreende o idealismo punitivo interno e ideário anticomunista externo —; o neoliberalismo; e o sionismo, que é a defesa do Estado de Israel. O chamado “neoconservadorismo brasileiro”, especificamente, caracteriza-se pela articulação dessas pautas, que por sua vez têm inspiração no neoconservadorismo estadunidense que elegeu Ronald Reagan em 1980.

Defendo que as duas publicações trazem aspectos fundamentais que, combinados, traçam uma radiografia precisa para que compreendamos do que trata o neoconservadorismo atualmente e a centralidade que a contraofensiva antigênero adquire nele. Para nos aprofundarmos mais, gostaria de jogar luz sobre dois aspectos trazidos pelas autoras: a associação de neoconservadorismo com neoliberalismo e a luta dos neoconservadores para excluir do que é considerado direito humano as pautas relativas a gênero e sexualidade. Em relação ao primeiro ponto, é importante salientar que ele está na origem do chamado “familismo”, já que

um dos aspectos mais importantes da aliança entre neoliberais e conservadores, que engendra o neoconservadorismo, é que eles convergem em uma narrativa de crise que tem como lócus a família. A presença mais intensa das mulheres no mercado de trabalho remunerado na segunda metade do século XX é vista como fator desestabilizante do casamento e da boa criação dos filhos. (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020, p. 26).

Assim, as ideias de que dentro da família — que só é considerada “normal” e “natural” se for heterossexual — existem papéis para o homem e para a mulher que se não forem respeitados geram crise, e que o Estado não deve interferir em questões consideradas de âmbito exclusivamente familiar — como a educação dos filhos — estão no centro do pensamento “familista”, que põe a “defesa da família tradicional” no topo da lista de prioridades para o desenvolvimento da nação. Esse pensamento, que tem centralidade no neoconservadorismo, combina fortemente com a visão neoliberal, que reduz significativamente o papel do Estado em

uma série de questões da vida: da proteção da saúde, incentivando o cuidado privado em vez do público, ao estímulo ao *homeschooling*, o ensino em casa, no qual os pais decidem o conteúdo educacional que transmitem aos filhos em vez de a escola fazer isso. Trata-se da privatização de esferas que até então eram tradicionalmente consideradas públicas. Com isso também concorda Lacerda (2019, p. 58), segundo a qual “O eixo da linguagem neoconservadora é a ideia de privatização. (...) O fortalecimento da família e dos papéis tradicionais de gênero seria necessário (...) para que as pessoas não dependessem de políticas públicas”.

Quanto ao entendimento em relação aos direitos humanos, considero importante sublinhar que uma das dimensões do neoconservadorismo, de acordo com Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 30), é a tentativa de se apropriar da pauta de direitos humanos, ao “redefinir sentidos e limites para os direitos, não simplesmente recusá-los”. É um esforço dos grupos neoconservadores de excluir do rol de direitos humanos aqueles demandados por feministas e LGBTQIA+, e, em paralelo, dar destaque à alegada necessidade de incluir como direitos humanos, por exemplo, os direitos de nascituros — para evitar a descriminalização do aborto — e dos pais — para que decidam o que as crianças em idade escolar devem aprender. Essa tendência começou quando o Vaticano percebeu o grande espaço que a linguagem dos direitos humanos havia adquirido a partir das Conferências das Nações Unidas nos anos 1990, e tem sido usada com grande frequência em especial em países da América Latina, conforme os autores relatam abaixo:

Essa apropriação do discurso dos direitos humanos foi observada também no debate sobre a legalização do aborto na Argentina em 2018 e 2019, quando setores opostos à reforma legal abreviaram as normas internacionais para afirmar que os direitos humanos protegem a vida desde a concepção. A tendência a traduzir suas posições morais em termos de direitos não se limita aos católicos. Os pentecostais, que se tornaram hegemônicos no campo evangélico da América Latina, também têm usado a gramática dos direitos humanos para defender a liberdade de crença, as prerrogativas das instituições religiosas e, em algumas sociedades, a inserção dos princípios morais cristãos nos quadros constitucionais. (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020, p. 31).

A isso os autores chamam de “juridificação da moralidade” (2020, p. 30), fenômeno que tem se acentuado. Não só a Argentina, mas o Brasil também é um bom exemplo: as disputas em torno dos sentidos e limites para os direitos humanos se estabeleceram de forma explícita em 2009, com o lançamento do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos pelo governo federal. A partir daí, os debates políticos passaram a opor, de modo direto, a demanda feminista pela descriminalização do aborto ao direito do nascituro à vida, e as demandas por combate incisivo à homofobia aos direitos de liberdade religiosa e de expressão. As discussões globais

sobre o que deveria e que não deveria ser considerado direitos humanos, e como isso está estreitamente relacionado ao entendimento sobre “ideologia de gênero”, serão retomadas na próxima seção.

A transnacionalidade do neoconservadorismo abarca, por certo, todas essas questões, fazendo com que, grosso modo, os países que têm a “ideologia de gênero” em seu vocabulário social e político vivenciem essas dimensões aqui relacionadas.

#### 1.4 Crise da democracia liberal e recriação de antigos antagonismos

Segundo a húngara Eszter Kováts (2018a; 2018b), os movimentos a que chamamos comumente de antigênero não têm como alvo último o “gênero” em si, mas a democracia liberal. A partir desse prisma, o surgimento desses movimentos é sintoma de uma crise maior e é explicado pela instrumentalização do “combate à ideologia de gênero” como uma “cola simbólica” (GRZEBALSKA, KOVÁTS e PETÖ, 2017). Essa análise, bastante recorrente em países do Leste Europeu, como Croácia e Polônia, além da própria Hungria, não é tão comum na literatura brasileira ou latino-americana sobre o tema, porém acredito que ofereça contribuições importantes para o debate.

Os movimentos de mobilização contra a “ideologia de gênero” são em geral — na América Latina, em grande parte — entendidos como uma reação conservadora contra conquistas em termos de igualdade entre mulheres e homens e de direitos para a população LGBTQIA+. Esta perspectiva de *backlash*, de reação, é bastante tentadora, mas simplifica demais um cenário complexo, na avaliação de Kováts (2018b, p. 8).

As interpretações que limitam este fenômeno [dos movimentos antigênero] a uma “luta entre valores” (por exemplo, enquadrando-os como contra-movimentos/reações contra a igualdade) funcionam mais como um obstáculo para a compreensão do que está em jogo, repudiando ou obscurecendo este importante realinhamento estrutural e reproduzindo falsas dicotomias. (KOVÁTS, 2018b, p. 76).

Com base na crítica da autora húngara, eu defendo que o movimento antigênero, mais do que representar uma reação, oferece *soluções culturais* para uma crise estrutural que vivemos atualmente — e por isso tem tanta aderência. Essa crise é a crise da democracia liberal. Chegou-se a um momento na História da Humanidade em que a democracia liberal se tornou sinônimo

de “regime ideal”, sendo considerada o “padrão” esperado, principalmente no Ocidente, de modo que questioná-la, da forma que for, é visto com maus olhos. No entanto, em anos recentes, muitos cidadãos de países onde há democracias liberais começaram a identificar, com mais frequência do que até então, aspectos negativos que entendem como sendo associados especificamente a esse regime.

A crise financeira global de 2008 foi um marco, nesse sentido. Ela explicitou a fragilidade das nações liberais e do sistema econômico internacional, gerando uma série de incertezas. Uma escola de pensamento defende que as campanhas antigênero que vemos se multiplicar não constituem mobilizações contra a igualdade em si (KOVÁTS, 2018a, 2018b; RAWLUSZKO, 2019), mas, sim, que são uma espécie de metáfora para a insegurança gerada pela ordem socioeconômica atual (GRZEBALSKA, KOVÁTS e PETÖ, 2017). A oposição à chamada “ideologia de gênero” significaria, então, uma oposição ao *status quo*, além do fracasso da representação democrática. “[O combate à] ‘ideologia de gênero’ é uma forma de nomear uma série de frustrações com certos consensos hegemônicos e ‘sentidos comuns’ políticos” (HANSEN, 2021, p. 63). Embora algumas mobilizações antigênero já existissem em alguns países antes da crise de 2008, foi nos anos que se seguiram a ela que o movimento se intensificou em todo o mundo.

Para conter a crise, políticas de austeridade foram adotadas, em especial na Europa, com cortes de gastos públicos que afetaram diretamente e instantaneamente a vida das pessoas. “Cidadãos europeus deixaram claro com suas manifestações — muitas pacíficas e outras violentas — que não concordavam em ter de pagar o preço de uma crise provocada por ações irresponsáveis de bancos” (CRISE..., 2021). O preço social e político da crise foi alto, gerando várias trocas de governos em diversos países. Os partidos de direita ganharam espaço. Na Espanha, por exemplo, o Partido Socialista perdeu as eleições de 2011 para a oposição conservadora, e no Reino Unido a esquerda trabalhista foi derrotada com ampla maioria nas urnas em 2010, substituindo o primeiro-ministro Gordon Brown pelo conservador David Cameron. A propósito, em nações como Reino Unido e Itália, a crise econômica especialmente somada a uma onda de imigração da África e do Oriente Médio levou a um fortalecimento da direita como um todo. Anos mais tarde, em 2016, este seria um dos aspectos que levaram os britânicos a aprovar o chamado Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, decisão que impulsionaria o conservador Boris Johnson a ocupar o cargo de premiê, em 2019. Nas eleições do ano anterior na Itália, foram registradas votações expressivas para o partido de extrema direita Liga Norte e para o Movimento 5 Estrelas, de caráter antissistema, elegendo vários políticos das duas siglas (CRISE..., 2021).

Há que se destacar, entretanto, que nem só os conservadores tiveram conquistas. Na Espanha, por exemplo, o movimento dos “indignados” levou à criação do partido de esquerda Podemos, lançado em 2014. Mas é interessante notar que, mesmo em certos países onde, imediatamente após o estouro da crise, foram eleitos políticos não conservadores, o cenário mudou drasticamente algum tempo depois (CRISE..., 2021). Na França, em 2012, chegou ao poder o socialista François Hollande, desbancando o então presidente, o conservador Nicolas Sarkozy. Porém, no pleito de 2017, o partido de extrema direita de Marine Le Pen chegou com força ao segundo turno, tendo a vitória impedida pelo surgimento de Emmanuel Macron como líder de um novo movimento autointitulado de centro, o Em Marcha. Um exemplo ainda mais forte é o dos Estados Unidos, que elegeram em 2008 Barack Obama — primeiro presidente negro do país e com ideias consideradas progressistas dentro do cenário político neoliberal estadunidense —, mas, em 2016, alçaram ao poder o magnata conservador Donald Trump.

O estudo dos movimentos antigênero “fornece pistas importantes para a compreensão das razões por trás da ascensão” (KOVÁTS, 2018b, p. 3) das direitas na segunda década do século XXI. De acordo com o frame analítico proposto por Eszter Kováts (2018b), a cruzada contra a alegada ameaça da “ideologia de gênero” incorpora déficits dos chamados atores progressistas, e os movimentos ou partidos que se mobilizam nesse sentido fazem uso desses déficits repolitizando determinadas questões em uma linguagem polarizada. Analisando o caso da Polônia, Marta Rawluszko (2019, p. 2) conclui que os oponentes da “ideologia de gênero” têm a interpretação de que os Estados-nação estão escapando do controle dos cidadãos, e o que vem corroborando essa percepção e sendo usado como um exemplo desse processo é a maneira pela qual esses Estados introduzem políticas locais de igualdade de gênero. As democracias liberais modernas são, assim, retratadas como cada vez mais antidemocráticas e “empregam amplamente a imagem de estruturas políticas nas quais as decisões que têm um impacto direto sobre o dia a dia das pessoas é feito em outro lugar, sem que os cidadãos sejam informados ou consultados no processo” (RAWLUSZKO, 2019, p. 3). A autora argumenta que é preciso, então, entender a crítica feita dentro da retórica antigênero “dentro do contexto mais amplo de democracias decrescentes e confiança em declínio nas instituições estatais” (Id., Ibid.).

Ao se debruçar sobre o caso da Polônia, Rawluszko (2019) identificou que a *europização* do país, a partir da entrada na União Europeia na condição de país pós-comunista, teve como um de seus resultados diretos a implantação de políticas de gênero — o que associou esse tipo de política não à identidade ou às demandas nacionais, no contexto daquele povo, mas às determinações do bloco europeu, externas. A autora também conclui que essa europeização se aliou a tendências que ela chama de elitistas e tecnocráticas e que foi marcada por um déficit

democrático relevante, marcado pela implementação de políticas de igualdade de gênero sem o envolvimento da população de forma mais ampla ou um debate público.

As guerras de gênero são alimentadas não apenas por controvérsias sobre gênero e igualdade LGBT, mas também por preocupações crescentes em relação ao controle dos cidadãos sobre as políticas estatais. Em outras palavras, se medidas de igualdade de gênero são promovidas por causa de compromissos internacionais e são deixadas principalmente nas mãos de burocratas, elas fornecem involuntariamente um ímpeto para a mobilização anti-gênero. (RAWLUSZKO, 2019, p. 3)

Muitos países pós-comunistas vivem essa situação, na tentativa de recuperar o “atraso” em relação ao Ocidente (GRABOWSKA, 2012), em especial durante o processo de adesão à União Europeia, quando uma série de governos pós-comunistas passaram a aprovar leis *a toque de caixa*, sobre as quais mal haviam discutido (KRASTEY, 2010, p. 117). A perda de qualidades democráticas, chamada de desdemocratização, atingiu uma série de países nos últimos anos. Segundo estudo que mapeia 200 itens relacionados a liberdade política e controle legal em 179 países desde o ano de 1900, o mundo vive uma onda de desdemocratização que se acentuou em 2019, com mais países perdendo características de democracias do que ganhando — 107 países recuaram, enquanto somente 69 avançaram (PINTO, 2020).

É possível combinar essa análise da desdemocratização com a crítica de Chantal Mouffe (2000; 2015; 2013) ao excesso de consenso que tem permeado as democracias liberais, tendo como consequência não intencional justamente a desdemocratização delas. Para Mouffe, consensos excessivos levam a uma despolitização da arena política, e, como resultado, o descontentamento com os partidos políticos se instala e fortalece outros tipos de identidades coletivas. As pessoas começam a se identificar e se mobilizar em torno de valores morais inegociáveis ou formas essencialistas de identificação, como, por exemplo, as religiosas, nacionalistas ou étnicas, porque que fornecem uma posição política que contesta o *status quo*. Assim, o confronto democrático passa ser substituído por um confronto entre esses aspectos não negociáveis (MOUFFE, 2005, p. 30).

Na visão da autora, a saída para as democracias seria parar de buscar consensos totalmente inclusivos, com um “nós” que não admite exceção, e encontrar maneiras de viabilizar relações “nós-eles” que não se transformem em antagonismos — embate entre inimigos —, e sim em agonismos — embate entre adversários (MOUFFE, 2013, p. 7).

Partindo dessa perspectiva, autores como Kováts (2018a; 2018b), Jenny Gunnarsson Payne (2019) e Malte Breiding Hansen (2021) mobilizam a teoria de Mouffe para discutir diretamente os movimentos antigênero. Payne argumenta que as ideias relacionadas a gênero

passaram a desempenhar um papel central na construção de fronteiras políticas. Hansen avalia que consensos excludentes tendem a alimentar antagonismos contra os movimentos feministas e LGBTQIA+ e, nesse sentido, precisam ser abandonados. Kováts aborda o tema de forma ainda mais direta ao afirmar que as campanhas contra a “ideologia de gênero” são o resultado, ainda que não intencional, de dois grandes consensos hegemônicos entre os atores progressistas: o consenso neoliberal e o dos direitos humanos.

O consenso neoliberal — isto é, o pacto entre os partidos de centro-direita e de centro-esquerda por trás da forma neoliberal de globalização, na qual não há alternativas reais para os eleitores — impede, segundo Mouffe (2005), qualquer visão concorrente para a ordem econômica atual. Com isso, o neoconservadorismo nacionalista aparece como uma espécie de resposta ao consenso neoliberal (CHETCUTI, 2014, p. 253).

Nos livros ideológicos das forças que se opõem ao que percebem como a ameaça da “ideologia de gênero”, a conexão é regularmente feita entre atores supranacionais como as Nações Unidas (ONU) ou a União Europeia (UE), corporações globais e a disseminação de “ideologia de gênero”. Embora isso pareça ser uma teoria da conspiração ingênua na melhor das hipóteses ou uma distorção consciente do medo no pior dos casos, essa linha de pensamento também aponta para uma reflexão sobre as hierarquias globais, sobre questões de centro e periferia, sobre os emaranhados de economia e política, no encolhimento do espaço de manobra dos estados nacionais, bem como na exigência de controle [...]. Se levarmos esses aspectos a sério, os movimentos contra a “ideologia de gênero” podem ser entendidos de forma diferente do que apenas como partes de uma teoria da conspiração ou uma estratégia política reacionária. (KOVÁTS, 2018, p. 81).

Mouffe (2016) afirma que as novas direitas traduzem os problemas sociais em um código étnico. E isso é identificado de formas diferentes em cada país a partir da relação “centro-periferia” entre eles: na França, por exemplo, o principal ator acusado da “teoria de gênero”, expressão mais usada pelos franceses, são os Estados Unidos (PERREAU, 2016); já nos EUA, são os chamados “corpos supranacionais” ou o “consenso global”; e, nas regiões periféricas ou semiperiféricas, é frequente relacionar a “ideologia de gênero” com o mundo desenvolvido, o Ocidente e/ou a ONU (KOVÁTS, 2018, p. 81-82).

Em “O paradoxo democrático” (2000), Mouffe discute a tensão entre os valores liberais — incluindo os direitos humanos — e o “governo do demos”. Ela considera que é preciso haver uma negociação contínua entre esses dois princípios e que, nas últimas décadas, o consenso liberal prevaleceu sobre o regime democrático. Um exemplo, dado por Kováts (2016) em sua análise com base na teoria de Mouffe, é como a chegada da abordagem dos direitos humanos na Europa Central e do Leste coincidiu — não apenas temporalmente, mas também em relação

a alguns dos atores envolvidos — com a necessidade de acompanhar as exigências de adesão ao capitalismo neoliberal durante as transformações democráticas. Não é exagero afirmar, a propósito, que atualmente o foco das Organizações Não Governamentais (ONGs) de direitos humanos é em grande medida influenciado pela agenda dos doadores ocidentais (KOVÁTS, 2018, p. 82-83).

Esse consenso, segundo a autora, esconde o fato de que há um possível conflito de interesses entre diferentes reivindicações e grupos de direitos humanos: por exemplo, entre feministas e ativistas trans em torno de certas reivindicações de políticas de identidade trans, entre representantes dos direitos LGBTQIA+ e feministas sobre a questão da barriga de aluguel ou ainda entre defensores dos direitos de pessoas com deficiência física e feministas quando se trata do debate sobre “sexo como direito humano” (KOVÁTS, 2018, p. 83). Mouffe (2005, p. 30) destaca que um número crescente de reivindicações têm sido aceitas sob a égide dos direitos humanos — e, uma vez lá, elas se tornam moralmente inegociáveis, o que entra em conflito com características intrínsecas à democracia. Isso, numa perspectiva conservadora, gera uma banalização do conceito de “direitos humanos”, já que *tudo* pode ser considerado direito humano. E é nessa retórica que os movimentos neoconservadores encaixam a “ideologia de gênero”, como representante dos atores envolvidos nesses grandes consensos que, aos olhos do neoconservadorismo, limitam as liberdades e o controle dos cidadãos sobre o que acontece em seu país. Não à toa, para alguns autores (KOVÁTS, 2018b; RAWLUSZKO, 2019), a suposta ameaça da “ideologia de gênero” se espelha na antiga *ameaça do comunismo*. Isto é, revive a mesma lógica de antagonismo baseado no medo, a partir de um *nós versus eles*.

A retórica do combate à “ideologia de gênero” parece muitas vezes uma espécie de encruzilhada na qual caíram os atores progressistas, de forma transnacional, nos últimos anos — em especial, na última década. Para sair dela, estudiosos apontam diferentes propostas, entre elas a de Chantal Mouffe, já anteriormente mencionada, que sugere a necessidade de se substituir a lógica do antagonismo pela do agonismo: em vez de debates políticos entre inimigos, em que um anula necessariamente o outro, deveria haver debates plurais entre adversários circunstanciais. Dito de outra forma, “o ponto crucial aqui é mostrar como o antagonismo pode ser transformado para disponibilizar uma forma de oposição nós/eles compatível com a democracia pluralista” (MOUFFE, 2005, p. 19). Para tanto, a autora considera o agonismo muito eficiente, porque a partir dessa perspectiva as partes em conflito reconhecem a divisão política *nós versus eles*, no entanto se percebem como pertencentes à mesma associação política e reconhecem a legitimidade de seus oponentes (Ibid., p. 20).

Considero essa tese interessante, embora soe mais teórica do que prática, pois é difícil visualizá-la em exemplos palpáveis.

Existem ainda outras *saídas para a encruzilhada* defendidas por alguns autores, desta vez tendo como frente o uso que se faz do termo “ideologia de gênero”. Se até bem pouco tempo a principal via para lidar com o fenômeno da retórica da “ideologia de gênero” era negar absolutamente a existência desse termo enquanto conceito acadêmico, centrando esforços em seu desaparecimento por meio do descrédito e da deslegitimidade, hoje há duas correntes que apontam para caminhos distintos: uma das propostas é que os atores progressistas se apropriem do termo “ideologia de gênero” e disputem seu sentido com os neoconservadores (HAMLIN, 2020); e a segunda alternativa seria denunciar o termo como uma fraude, mas sem deixar de reconhecer sua existência (CARNAC, 2014; JUNQUEIRA, 2018).

Ao defender a primeira linha, Cynthia Hamlin se baseia na própria história das ideias envolvendo o termo. Em seu “Ideologia de gênero: Uma análise de seus sentidos disputados”, ela mostra que uma das primeiras explorações teóricas em torno dessa ideia — embora a palavra “gênero” propriamente não seja utilizada — é feita pela socióloga britânica Viola Klein, que, entre os anos 1940 e 1960, dedica-se a destrinchar de que modo uma ideologia construída acerca do que é a feminilidade e a masculinidade — isto é, do que socialmente é “aceitável” ser associado ao feminino ou ao masculino — determina um papel inferior às mulheres. Nos trabalhos de Viola Klein, essa “ideologia” relacionada ao que hoje entendemos por gênero era precisamente a ideia de que havia certos papéis que só poderiam ser desempenhados por homens e certos papéis que eram destinados apenas a mulheres. Para Hamlin (2021, p. 1002), acadêmicas feministas como Viola Klein acabaram por contribuir, ainda que involuntariamente, para o processo de distorção conceitual do termo. Com o tempo, grupos conservadores extraíram determinadas passagens de obras de teóricas feministas em que defendiam a busca de equidade de gênero e atribuíram a isto a conceituação “ideologia de gênero” — ou seja, o sentido, aos olhos conservadores, é exatamente contrário àquele pensado por acadêmicas progressistas.

Hamlin considera importante disputar, atualmente, o próprio sentido de “ideologia de gênero”, numa tentativa de, ao invés de feministas e LGBTQIA+ simplesmente rechaçarem o termo, associarem-no à ideia oposta à do novo conservadorismo: assim, “ideologia de gênero” seria a ideologia construída socialmente e de forma conservadora que está na origem da opressão do gênero feminino. O argumento de Hamlin é que contribuições sociológicas importantes de acadêmicas como Klein “correm o risco de ser apagadas se a resposta científico-

social ao discurso da nova direita for reduzida a ignorar o conceito como parte do léxico das ciências sociais” (2021, p. 1003).

A segunda corrente, por fim, acusa a “ideologia de gênero” de ser uma fraude, uma invenção de mentes conservadoras, mas justamente por se tratar de uma invenção, ela *existe*, foi *criada*. Parte-se do princípio de que, se algo é propagado/disseminado, ainda que se trate de uma mentira, passa a existir. Se pessoas acreditam em algo, esse algo é real. Para Junqueira (2018, p. 486),

uma alternativa seria confirmar e denunciar a existência da “teoria/ideologia de gênero” como fábulação ou arranjo componente de um projeto reacionário de poder. É estratégico e necessário afirmar a sua “existência” escancarando seus pressupostos ideológicos, sua elaboração fraudulenta, seu funcionamento retórico e seus fins políticos. “Teoria/ideologia do gender” existe: é uma invenção vaticana, urdida para acender uma controvérsia antifeminista e, assim, animar e orientar em termos discursivos e político-ideológicos uma reação ultraconservadora e antidemocrática, antagônica aos direitos humanos e, sobretudo, adversa aos direitos sexuais.

Sendo assim, é possível afirmar que nesses termos a “ideologia de gênero” existe, sim, ainda que apenas enquanto objeto discursivo polêmico (CARNAC, 2014). No entendimento de Sonia Corrêa (2021, p. 21), “tanto a argumentação que instala a ‘ideologia de gênero’ como objeto de estudo quanto sua contra-argumentação lhe conferem uma existência concreta e instalada nos debates públicos”. Ela também destaca que hoje o termo está presente transnacionalmente, tornando possível debates envolvendo uma série de países e assumindo versões que se adaptam a diversas localidades.

## 2 USOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

É fundamental destacar que, diferentemente do que era observado nos anos 1970 em alguns lugares da Europa — na França e no Reino Unido, por exemplo —, onde eclodia uma forte atuação dos movimentos feministas e onde o papel das mulheres na sociedade passava por uma profunda transformação que não apenas era cultural e política, mas também legal, “nos países latino-americanos o impacto inicial dessa revolução foi arrefecido por ditaduras militares marcadas por uma moral nacionalista familiar” (CAMPANA e MISKOLCI, 2017, p. 731). Os nascentes movimentos feministas e homossexuais da América Latina começaram fortemente associados ao combate à ditadura, e, por isso mesmo, eram comumente relegados a segundo plano. Comparativamente, eram vistos como uma espécie de luta menor. Sonia Alvarez (2014, p. 22) explica que a esquerda latino-americana em geral “relegava a ‘questão da mulher’ ao status de uma ‘contradição secundária’”. Do mesmo modo, de acordo com Céli Pinto (2003, p. 45), que traçou uma história do movimento feminista no Brasil, muitos integrantes da luta contra a ditadura militar brasileira (1964-1985) chegavam a considerar o feminismo como um “desvio pequeno-burguês”. Para os primeiros movimentos homossexuais, a situação era ainda pior, segundo Campana e Miskolci (2017, p. 731): não apenas eram negligenciados, como também ridicularizados por grande parte da esquerda, o que não deixava espaço para que lutas por direitos de homossexuais fossem adiante. Logo, com a preocupação da esquerda fortemente voltada para pautas de justiça social e maior igualdade econômica, tudo o que se relacionasse a gênero foi por muito tempo deixado de lado.

Isso, obviamente, não quer dizer que não tenham havido desde o início da Nova República no Brasil uma série de protestos, espaços de encontro e articulações centrais dos movimentos feministas. No entanto, quando a ideia de “ideologia de gênero” começou a ser propagada — o que segundo a literatura (CORRÊA, 2019; LEITE, 2019; CAMPANA e MISKOLCI, 2017) acontece nos anos 1990 por meio de documentos oficiais da Igreja Católica e textos e livros escritos tanto por membros da instituição quanto por católicos leigos —, a discussão de gênero não possuía força e capilaridade na população brasileira, assim como na latino-americana como um todo, tal como ocorreu durante a última década devido ao forte impulso e fortalecimento das lutas feministas.

Para muitos cidadãos desses países, o tema foi abordado pela primeira vez já sob a ótica de que uma “ideologia de gênero” estaria tentando destruir a base familiar e que, portanto, seria urgente combatê-la. Isso ocorreu principalmente na década de 2010, quando essa expressão

passou a ser frequentemente acionada por políticos e movimentos sociais da América Latina, o que, conforme analisam Campana e Miskolci (2017, p. 741-742), tem certa relação com o fato de mulheres terem chegado ao poder em algumas das principais nações da região, como Brasil (Dilma Rousseff), Argentina (Cristina Kirchner) e Chile (Michelle Bachelet). Isso se deu não necessariamente porque esses governos foram progressistas nas questões de gênero, fortalecendo políticas públicas na área — o governo Dilma, ao contrário, aliás, distanciou-se dos movimentos sociais, em comparação com seu antecessor, Lula —, mas porque houve uma expectativa de que isso *poderia* acontecer, levando a um certo “pânico moral”. Apesar de alguns avanços, tal como veremos, as ações desses governos não representaram uma ameaça radical à agenda moral dos conservadores, mas a postura destes grupos foi tal como se a ameaça já estivesse posta. Desde então, a disseminação do termo “ideologia de gênero”, feita por esses grupos, tem sido um pilar fundamental no enfrentamento dessa suposta ameaça às pautas morais.

## 2.1 Impactos nos países da região

Os últimos anos foram marcados pela legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em vários países da América Latina, com praticamente uma nação tomando a iniciativa a cada ano. Em algumas, a legalização veio pela via do Legislativo, com a elaboração formal de lei específica sobre o assunto (Argentina, 2010; Uruguai, 2013; e Chile, 2021); na maioria dos casos, porém, o reconhecimento do casamento igualitário se deu por decisão da Corte constitucional do país, como foi o caso do Brasil, com o Supremo Tribunal Federal tomando a posição em 2011. Outros países que também rumaram pela via do Judiciário nesse tema foram México<sup>7</sup> (2010), Colômbia (2016), Costa Rica (2018) e Equador (2019).

Essas decisões favoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, muitas delas seguidas de decisões sobre adoção de crianças por casais LGBTQIA+, tiveram reflexo em manifestações antigênero em basicamente todos esses países. A Argentina foi pioneira nesse cenário, sendo o primeiro país latino-americano — e o décimo no mundo — a aprovar o

---

<sup>7</sup> No México, foi legalizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo apenas na capital, Cidade do México. Não se trata, por tanto, de uma lei federal. Cada estado do país tem autonomia para tratar do assunto. Em 2015, a Suprema Corte do país endossou a constitucionalidade do casamento homossexual. Porém, em 2016, o Congresso mexicano rejeitou a legalização a nível federal.

casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 15 de julho de 2010. Por consequência, as manifestações antigênero eclodiram cedo na Argentina, com forte iniciativa da Igreja Católica, que fez manifestações em frente ao Senado argentino e definiu o projeto de lei como um “projeto do demônio” (APÓS..., 2010). Na semana em que o projeto foi votado, milhares de manifestantes convocados pela Igreja protestaram segurando cartazes com os seguintes dizeres: “Queremos papai e mamãe”, “Viva a família”, “Dizemos sim à verdadeira família” e “Unidos pela família argentina” (ARGENTINA..., 2010).

Apenas um mês depois, em agosto de 2010, foi a vez de o assunto entrar na agenda do México, no entanto de forma bem mais limitada do que na Argentina. Uma mudança no Código Civil para autorizar o casamento igualitário foi validada pela Suprema Corte mexicana — e não pelo Legislativo —, mas valendo somente para a Cidade do México, capital do país (SUPREMA..., 2010). A regulamentação do casamento entre pessoas do mesmo sexo é feita de modo independente em cada estado mexicano. Sendo assim, o México foi o segundo país da América Latina a aprovar tal iniciativa, mas somente para uma área específica de seu território. O mesmo aconteceu durante muito tempo com a prática do aborto, que foi descriminalizada<sup>8</sup> em 2007 apenas na Cidade do México e em três outros estados — enquanto os 28 estados restantes mantinham a criminalização —, até que em 2021 o aborto deixou de ser penalizado em todo país, por decisão da Suprema Corte (MÉXICO..., 2021).

Em 2016, o México tentou legalizar, em âmbito federal, o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Milhares de pessoas protestaram nas ruas da capital contra a proposta de legalização, que partia do próprio presidente Enrique Peña Nieto. No protesto, a maioria empunhava cartazes com alertas sobre o casamento gay e exigindo maior participação dos pais no controle da educação sexual nas escolas. As manifestações tiveram apoio declarado do Papa Francisco, que afirmou se unir aos manifestantes “em favor da família e da vida, que nestes tempos requerem especial atenção pastoral e cultural ao redor do mundo” (PAPA..., 2016). A proposta do presidente de incluir o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Constituição acabou não sendo aprovada pelo Congresso do país (CONGRESSO..., 2016).

No Brasil, foi também a Corte constitucional que interveio antes do Poder Legislativo. Em maio de 2011, o STF determinou que uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo em todo o país deveriam ter o mesmo tratamento legal dado a uniões estáveis entre heterossexuais (ANTUNES, 2021), e, poucos meses depois, como uma consequência do entendimento do STF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que o casamento entre homossexuais também

---

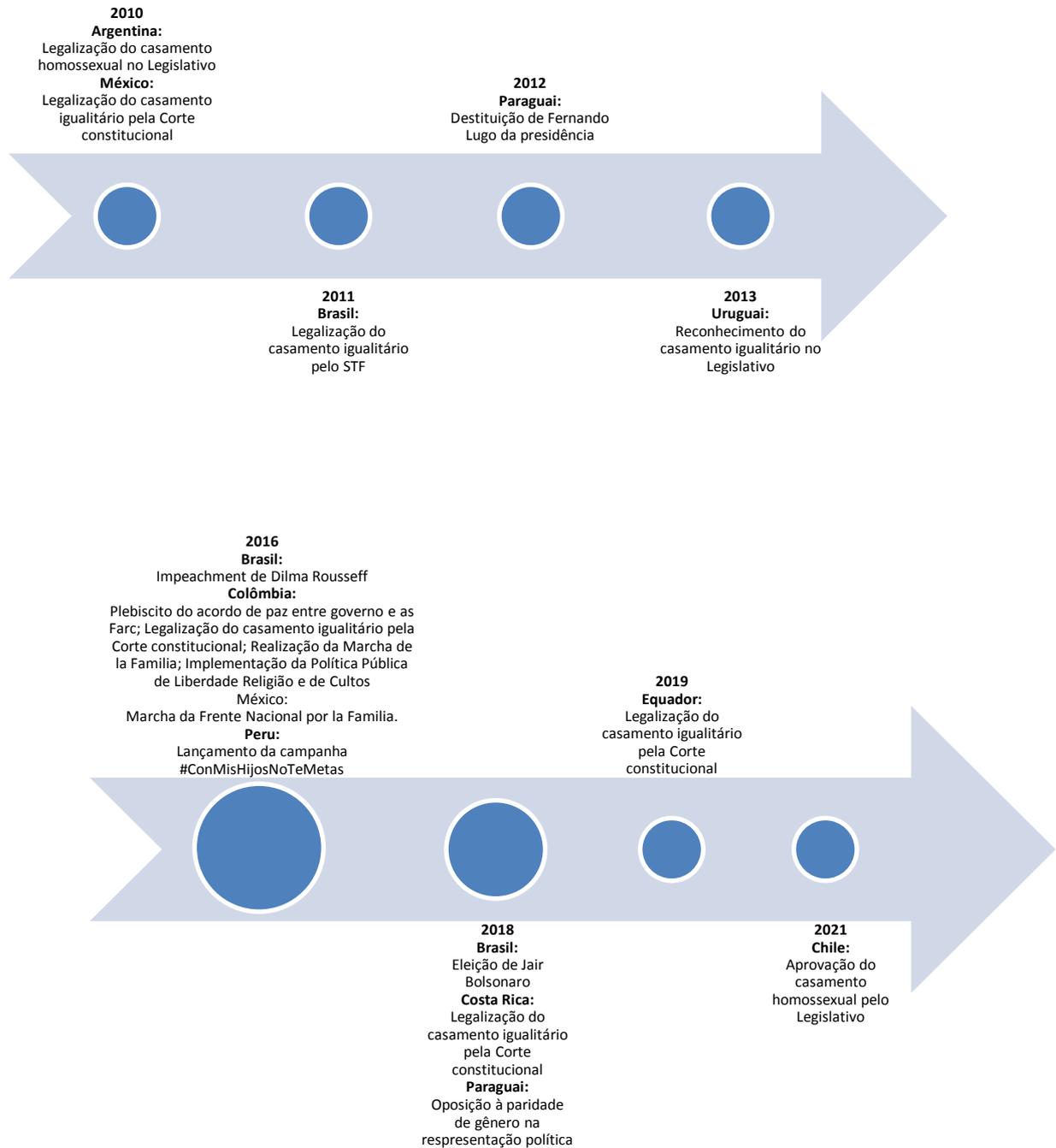
<sup>8</sup> A descriminalização do aborto na Cidade do México, alcançada em 2007, era relativa a qualquer aborto até a 12ª semana de gestação.

deveria ser equiparado legalmente ao casamento entre heterossexuais. Essas iniciativas geraram fortes mobilizações antigênero no Brasil. Em junho daquele mesmo ano, uma marcha reuniu cerca de 25 mil católicos e evangélicos em frente ao Congresso Nacional para protestar contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, contra o então projeto de lei que pretendia coibir homofobia e contra a legalização do aborto e da maconha (MARCHA..., 2011). Na ocasião, dezenas de deputados católicos e evangélicos acompanharam a marcha. O pastor Silas Malafaia, um dos líderes da manifestação, comentou à época, referindo-se à decisão do Supremo de reconhecer uniões estáveis homoafetivas como equiparadas às heteroafetivas: “O STF rasgou a Constituição”.

Como, mesmo depois das determinações do STF e do STJ, muitos cartórios apresentaram resistência a oficializar casamentos homossexuais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou em 2013 uma resolução que proibiu cartórios de todos o país de se recusar a registrar casamentos de pessoas do mesmo sexo (CASAMENTO..., 2018). Ainda em 2013, um novo grande protesto, liderado por igrejas evangélicas — tendo como porta-voz novamente Silas Malafaia —, conseguiu reunir cerca de 40 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, segundo a contagem da Polícia Militar (PROTESTO..., 2013). A manifestação era especificamente contra o casamento gay e o aborto, pautas muito frequentemente associadas por serem consideradas como duas grandes representantes da *ameaça da “ideologia de gênero”*. Como pontos centrais do discurso dos líderes da manifestação no local, estavam o argumento de maioria — isto é, a ideia de que a maioria da população não aprovaria nem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, nem o aborto, portanto não pode “se curvar à minoria” — e o argumento de que essas pautas ameaçam a liberdade de expressão e de religião. São duas justificativas às quais neoconservadores com frequência recorrem para respaldar suas críticas.

Muitos protestos também marcaram a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Uruguai (2013), na Colômbia (2016), na Costa Rica (2018) e no Equador (2019). Em um comunicado divulgado na semana da aprovação da lei no Uruguai, em abril de 2013, o Conselho Permanente da Conferência Episcopal uruguaia afirmou que, tal como o aborto que havia sido descriminalizado no país poucos meses antes, a lei do casamento igualitário seria “um novo retrocesso”. Os bispos citaram também declarações do então cardeal argentino Jorge Bergoglio — atual Papa Francisco —, dadas às vésperas da aprovação da mesma lei na Argentina três anos antes: “Está em jogo uma negação frontal à lei de Deus”, disse o então cardeal em 22 de junho de 2010 (URUGUAI..., 2013).

**Figura 1 - Linha do tempo de acontecimentos-chave do desenvolvimento da “ideologia de gênero” na América Latina.**



Fonte: elaboração própria.

Na Colômbia, já havia desde 2011 o entendimento da Corte Constitucional de que casais homossexuais tinham o direito de constituir família e, desde 2013, o entendimento de que eles deveriam ter o mesmo reconhecimento de casais heterossexuais, podendo constituir união civil. Mesmo assim, a união não era chamada legalmente de “casamento”. Em abril de 2016, foi decidido, também pela Corte Constitucional, que as uniões deste tipo deveriam ser transformadas em “casamento”, sem qualquer distinção em relação aos casais homoafetivos. A adoção de crianças por casais homossexuais chegou a ser permitida mesmo antes dessa decisão (COLÔMBIA..., 2016).

Seguindo-se a isso, foi realizada na Colômbia em agosto de 2016 a Marcha de la Familia. A manifestação reuniu milhares pais, professores, ativistas e jovens neoconservadores que pediam, entre outras demandas, a renúncia — apenas dois dias depois da manifestação — da então ministra da Educação, Gina Paridy, acusada de disseminar a “ideologia homossexual” nas escolas. Assim, o alvo do protesto aglutinava a aprovação judicial do casamento de pessoas do mesmo sexo e um suposto “incentivo” à homossexualidade entre crianças e adolescentes. Os manifestantes atribuíam equivocadamente ao Ministério a autoria de uma cartilha que trazia na capa a imagem de um casal gay e de um informe que havia sido na verdade elaborado pelas Nações Unidas (LOS TEMORES..., 2016). Considera-se na literatura sobre o tema (BIROLI, 2019) que a Marcha de la Familia e outros protestos realizados pelo país na esteira da campanha antigênero contribuíram para a vitória do “Não” no plebiscito sobre o acordo de paz entre o governo e as Farc, em 2 de outubro de 2016.

O ano de 2016 foi, aliás, o ano-chave para a campanha antigênero, com vários acontecimentos marcantes se desenrolando quase simultaneamente na América Latina (*ver Figura 1*). Além da grande Marcha de la Família, ocorrida na Colômbia, houve a Marcha Nacional por el Matrimonio, los Niños y la Familia, realizada em setembro na Cidade do México; e, em novembro, foi lançada no Peru a influente campanha *#ConMisHijosNoTeMetas*, contra as diretrizes definidas pelo governo para a educação sexual. Para autores como Flávia Biroli (2019), pode-se dizer que o ciclo de mobilização popular e de protestos de rua contra o gênero na América Latina tem início, de fato, em 2016.

Ainda abordando a Colômbia, vale ressaltar que, em fevereiro de 2022, o país descriminalizou o aborto até a 24ª semana de gestação, sendo o mais recente avanço na área na América Latina. Alguns especialistas em direitos humanos consideram que a decisão colombiana poderá ter um “efeito cascata” na região, reforçando o processo gradativo de despenalização latino-americano (MOLONEY, 2022), o que pode, por consequência, inflamar de forma crescente mobilizações antigênero.

A literatura mostra, ainda, que saídas de presidentes do poder também foram marcadas por manifestações de caráter antigênero. Um exemplo, ainda de 2012, foi a destituição de Fernando Lugo da presidência do Paraguai, quando, sob a genérica acusação de “mau desempenho”, ele foi retirado do poder num julgamento político que durou menos de 36 horas. O governo Lugo foi acusado, dentre outros aspectos, de corromper as crianças e “macular a soberania cultural” do país por meio da “perspectiva de gênero” (SZWAKO, 2014). Fatores de gênero e religiosos se combinaram para culminar no processo de *impeachment*, uma vez que Lugo, sendo ex-bispo, envolveu-se em escândalos de paternidades não reconhecidas. O discurso antigênero se misturou, assim, profundamente, ao discurso religioso que tirou do presidente legitimidade moral para governar, trazendo para a esfera pública controvérsias de sua vida privada, determinando dessa forma uma sentença de “mau desempenho” moral — e não político —, conforme analisa José Szwako (2014). O caráter transnacional da retórica antigênero já podia ser percebido nessa ocasião, dado que a campanha de oposição a Fernando Lugo foi muito reforçada pelo movimento “Queremos papá y mamá”, formado por organizações paraguaias pró-vida pouco após a aprovação do casamento entre homossexuais na Argentina, em 2010. O tema ainda passava longe de discussões no Legislativo paraguaio, mas já pautava a atuação de organizações neoconservadoras no país e já influenciava os rumos políticos de forma profunda.

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no Brasil, também atraiu forte discurso antigênero. No livro “Women’s empowerment and disempowerment in Brazil: The rise and fall of president Dilma Rousseff”<sup>9</sup>, lançado nos Estados Unidos, Farida Jalalzai e Pedro A. G. dos Santos (2021) afirmam que o julgamento do *impeachment* virou uma disputa por espaço a partir de um viés fundamentalmente sexista. Eles concluem que a misoginia foi um elemento essencial, embora não o único, no esforço de desempoderar Dilma — num movimento de “colocá-la em seu lugar”.

Com a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, fortalece-se o discurso de combate à suposta ameaça da “ideologia de gênero”. Em primeiro lugar, porque ele se apresentou na campanha eleitoral como um candidato “anti-ideologia de gênero”, crítico do material pejorativamente apelidado de “kit gay”, uma cartilha do programa “Escola Sem Homofobia” que neoconservadores atribuíam falsamente ao Ministério da Educação da era petista e que, segundo eles, teria o propósito de fazer crianças se transformarem em homossexuais (FIGUEIREDO, 2018). Em segundo lugar, porque, já durante seu mandato, ele colocou à frente

---

<sup>9</sup> Em tradução livre: Empoderamento e desempoderamento das mulheres no Brasil: Ascensão e queda da presidente Dilma Rousseff.

de ministérios estratégicos críticos ferrenhos da alegada “ideologia de gênero”, como Abraham Weintraub no MEC — seu segundo ministro da Educação — e Dameres Alves na posição de chefe de uma nova pasta: o que antes era o Ministério dos Direitos Humanos passou a se chamar Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos — sendo necessário destacar que a intenção inicial do presidente era intitular a pasta somente de Ministério da Família (BOLSONARO..., 2018a), o que destaca a importância do “familismo” na gestão bolsonarista.

Depois de tantos países na região já permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o ano de 2018 marcou a chegada dessa autorização judicial na Costa Rica. E, no ano seguinte, foi a vez do Equador. A essa altura, os protestos antigênero, com grande foco na crítica à regulamentação do casamento gay, mas também tendo como alvo as iniciativas de educação sexual nas escolas e a luta feminista pela legalização do aborto — alvos aos quais o neoconservadorismo se refere de forma genérica como “ideologia de gênero” —, já estavam altamente transnacionais. O movimento *#ConMisHijosNoTeMetas*, criado no final de 2016, organizou grandes manifestações especialmente em 2017 e 2018 em uma série de países no continente.

Alguns protestos ocorriam, simultaneamente, em cidades do Peru, da Argentina, da Bolívia e do Paraguai. O slogan do movimento remete à ideia de poder dos pais sobre os filhos, na defesa de que os pais possam educar as crianças em casa e decidir os conteúdos que elas aprendem, tendo em grande medida inspirado a atuação do movimento Escola Sem Partido, no Brasil. Aliás, em novembro de 2018, pouco após a eleição de Jair Bolsonaro, o *#ConMisHijosNoTeMetas* ensaiou uma aproximação com o presidente eleito, com o objetivo de realizar uma atuação conjunta em oposição às políticas de gênero em toda a América Latina. No dia da eleição, o grupo celebrou via Twitter a vitória de um chefe de Estado alinhado aos seus interesses: “O povo brasileiro luta pela verdade, a vida e a família”, acrescentando o tradicional bordão de ordem do movimento, “Gênero nunca mais” (PIRES, 2018). Apesar de existirem outros líderes na região que se identificam com a direita ou extrema direita sendo eleitos no mesmo período — como Sebastián Piñera, no Chile; e Mario Abdo Benítez, no Paraguai —, Bolsonaro é visto como um presidente neoconservador nos costumes, extremamente alinhado com a crítica à “ideologia de gênero” especificamente, por reproduzir com alta frequência e seus discursos a acusação de “doutrinação de esquerda” nas escolas.

A mais recente nação latino-americana a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi o Chile: a aprovação no Congresso veio em 7 de dezembro de 2021 (CONGRESSO..., 2021), com sanção do presidente, Piñera, dois dias depois (GALVANI, 2021). Proposta parecida já havia sido apresentada em 2017, mas na época não foi à frente. Agora, além de

permitir o casamento entre homossexuais, a lei permite a adoção de crianças por esses casais. A Igreja Católica chilena não reagiu bem, como de costume. Em junho, pouco após Piñera afirmar que daria urgência ao tema, a Conferência Episcopal divulgou um comunicado no qual dizia que “o matrimônio estabelecido por Deus é apenas entre um homem e uma mulher, numa comunhão que gera vida e fundamenta a família” (COLOMBO, 2021).

De modo geral, considera-se que o ciclo progressista da América Latina durou de 2000 a 2015 — com, por exemplo, governos de Hugo Chávez (Venezuela), Néstor Kirchner e Cristina Fernández (Argentina), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia), Lula e Dilma Rousseff (Brasil) —, tendo dado então lugar à ascensão de novas direitas autoritárias. Dois grandes exemplos que marcam essa mudança de rumos na região, na visão de Maristela Svampa (2020), são a posse do neoliberal Mauricio Macri como presidente da Argentina em dezembro de 2015 e o *impeachment* de Dilma Rousseff — classificado por Svampa como golpe parlamentar —, que teve início também em dezembro de 2015 e foi concluído em agosto de 2016, abrindo espaço para a eleição de um candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, dois anos depois. E é a partir de 2016 que discursos da extrema direita, incluindo particularmente a retórica da “ideologia de gênero”, vêm sendo intensificados e reiterados, ainda que conquistas feministas e LGBTQIA+ continuem sendo alcançadas, como a legalização do casamento homossexual no Equador (2019) e no Chile (2021). Vêm deste último país, porém, ventos de mudança, com a eleição em dezembro de 2021 de um político de esquerda, Gabriel Boric. Ele derrotou José Antonio Kast, precisamente um candidato de direita que tinha em seu programa de governo a promessa do “fim da ideologia de gênero” (SANTIAGO, 2021).

Com o triunfo de Boric no Chile, o pêndulo político-ideológico sul-americano deixa a posição de equilíbrio e volta a pender para a esquerda, com sete dos 12 países da região sendo governados por políticos de esquerda (além de Boric, Alberto Fernández, na Argentina; Luis Arce, na Bolívia; Pedro Castillo, no Peru; Nicolás Maduro, na Venezuela; Irfaan Ali, na Guiana; e Chan Santhoki, no Suriname), contra cinco de direita (Bolsonaro, no Brasil; Guillermo Lasso, no Equador; Iván Duque, na Colômbia; Mario Benítez, no Paraguai; e Luis Lacalle Pou, no Uruguai). Antes da vitória de Boric, a divisão era exatamente meio a meio (JORDÃO, 2021).

## 2.2 Para além dos direitos sexuais e reprodutivos

Com o fim do predomínio de governos progressistas na América Latina, na chamada *onda rosa* — período que teria início com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1999, e encontraria seu término com o *impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016 —, houve a expansão de um movimento neoconservador transnacional, reunindo tanto pessoas religiosas quanto leigas, baseado na denúncia de que existiria uma “colonização ideológica” feita por feministas e agências da ONU. A partir dessa perspectiva, as argentinas Constanza Tabbush e Mariana Caminotti (2020) traçam a hipótese de que esse avanço neoconservador mais recente se opõe — diferentemente do que acontecia até então — a direitos das mulheres em áreas que ultrapassam a identidade de gênero, a sexualidade e a saúde reprodutiva.

No artigo “Más allá del sexo: La ampliación de la oposición conservadora a las políticas de igualdad de género en América Latina” (2020), as autoras analisam a trajetória do ativismo contrário a políticas de gênero e sexualidade, desde seu surgimento no Vaticano em meio às Conferências da ONU nos anos 1990, destacando que o termo “ideologia de gênero” é uma resposta epistemológica aos feminismos e uma ferramenta política para desacreditar sua agenda política e concluem que “grupos conservadores estão ampliando seu campo de ativismo para além do sexo e da reprodução, [isto é,] para outras políticas que até então não haviam sido objeto de questionamento doutrinário ou moral” (CAMINOTTI e TABBUSH, 2020, p. 31).

Para discutir essa hipótese, elas se debruçam, então, sobre o caso do Paraguai. Entre os anos de 2008 e 2012, durante o governo Fernando Lugo, houve no Paraguai a elaboração do chamado Marco para a Educação Integral em Sexualidade, um documento que reunia diretrizes para a educação sexual em escolas regulares. Houve intenso debate, o documento foi fortemente criticado por parte significativa dos políticos e da população com base em argumentos *pró-família* e acabou sendo tornado sem efeito (SZWAKO, 2014). Alguns anos depois, em 2017, já no governo Horacio Cartes, de direita, uma resolução ministerial proibiu a difusão de “material alusivo à ‘ideologia de gênero’ nas escolas” (CAMINOTTI e TABBUSH, 2020, p. 30). Em 2018, no governo Mario Abdo Benítez — também de direita, do mesmo partido de Cartes, o Partido Colorado —, os argumentos *pró-família* passaram a ser usados para combater a paridade entre homens e mulheres na política, o que as autoras destacam que é uma novidade, uma vez que a representação na política não tem relação direta com questões de sexualidade ou reprodutivas. Os ativistas neoconservadores alegam que incentivar as mulheres a entrar na política representa um “‘colonialismo cultural’ e uma tentativa de dissolução da família tradicional” (CAMINOTTI e TABBUSH, 2020, p. 30). As autoras consideram que o Paraguai fornece um exemplo claro do que ocorre, talvez com mais sutileza, em outros países no que concerne o debate sobre gênero. Começa como uma espécie de reação a propostas progressistas

em relação ao modo como se lida com temas como educação sexual, passa pelo reforço do termo “ideologia de gênero” nas discussões do dia a dia da população e termina com o uso do *combate à “ideologia de gênero”* como justificativa para limitar o papel da mulher e de LGBTQIA+ nos mais diversos campos, mesmo naqueles que não eram os alvos tradicionais dos ativistas antigênero.

Nossa hipótese propõe que, em sua disputa política com os feminismos, o ativismo conservador radicaliza sua defesa da família tradicional e coloca um número crescente de propostas de igualdade de gênero como contrárias aos valores religiosos e nacionais. Esse novo enquadramento impulsiona uma oposição organizada a políticas que, até então, não despertavam antagonismo moral ou religioso ativo. (CAMINOTTI e TABBUSH, 2020, p. 27).

No artigo, as autoras ressaltam que, em ambas as Casas do Congresso, os argumentos usados por políticos neoconservadores contra a paridade entre homens e mulheres na política conectavam essa paridade com o avanço do casamento entre pessoas do mesmo sexo e do aborto (CAMINOTTI e TABBUSH, 2020, p. 30). Isto é, a descrição do caso paraguaio permitiu ver uma expansão do campo de ativismo antigênero.

Na América Latina, o atual posto avançado conservador afeta a definição de quais questões são consideradas contrárias à tradição ou à doutrina religiosa. O uso político da “ideologia de gênero” transforma em contracultura uma série de políticas que questionam o papel tradicional da mulher na sociedade. Além do sexo e da reprodução, que têm sido áreas privilegiadas de preocupação dos atores conservadores, a luta contra a chamada “ideologia de gênero” aproxima grupos religiosos e seculares e lhes permite disputar um leque cada vez mais amplo de direitos consagrados em marcos constitucionais, leis e convenções internacionais de direitos humanos. (CAMINOTTI e TABBUSH, 2020, p. 29)

Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 23) concordam com essa visão, ao dizer que “é importante retomar o argumento de que o recurso à ‘ideologia de gênero’ como estratégia política tem sido uma forma de incidir sobre processos políticos mesmo quando o que está em questão não são diretrizes públicas específicas”. Isto é, não é sequer necessário que haja uma política pública em particular a ser combatida — muito menos que ela se restrinja aos campos relacionados ao gênero diretamente —, mas basta que se classifique uma *ideia* como parte da “ideologia de gênero” para ela se tornar uma espécie de contracultura, de ameaça aos valores familiares. Isso pôde ser observado na Colômbia, em 2016, durante os debates sobre o plebiscito relacionado ao acordo de paz proposto entre governo e as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc). Na votação, em 2 de outubro de 2016, a maioria dos colombianos votou pelo “Não”. O resultado foi uma surpresa porque grande parte dos membros da política e da mídia

concordavam que o acordo era necessário, e as pesquisas de opinião apontavam para uma maioria a favor. Segundo Beltrán e Creely (2018), em um artigo no qual se dedicam a analisar os motivos que levaram à vitória do “Não” no plebiscito, as forças evangélicas pentecostais, fazendo uso da retórica de que é preciso combater a “ideologia de gênero”, foram decisivas para o resultado.

Esses líderes enxergavam a presença da “ideologia de gênero” no acordo, o que o tornava pérfido para o povo colombiano. Na verdade, os termos do acordo propunham incorporar uma perspectiva de gênero de forma transversal, em todas as seções do documento, para reconhecer que mulheres e pessoas LGBTQIA+ foram afetadas de modo diferenciado pelo conflito (BELTRÁN e CREELY, 2018, p. 2). Isso era considerado pelos grupos evangélicos como uma ameaça às crianças e à família, como um possível início de uma “colonização homossexual” (BELTRÁN e CREELY, 2018, p. 5). O que os autores do artigo postulam é que a ligação entre “gênero”, seu valor acadêmico neutro — que faz muitas vezes com que seja visto como um termo técnico isolado ao qual pessoas de fora da academia podem atribuir múltiplos significados, nem sempre coerentes com o que é elaborado dentro da academia — e o colonialismo, entre outros aspectos, permitem que “gênero” se torne “um proxy para uma ampla gama de insatisfações” (BELTRÁN e CREELY, 2018, p. 2).

O voto pelo “Não” venceu por uma margem bem pequena — pouco mais de 53 mil votos, ou 0,43% dos votos válidos totais —, o que indica uma virada de última hora. Os autores do artigo destacam, ainda, que nas eleições para o Senado colombiano realizadas em 2018, os grupos evangélicos pentecostais se saíram vitoriosos, amealhando quase um milhão de votos. Isto é, esses grupos foram favorecidos pelo resultado do plebiscito e ganharam muita visibilidade para as eleições seguintes. Sendo assim,

(...) uma possível interpretação dos acontecimentos aponta para a ideia de que a associação do acordo com a “ideologia de gênero” foi uma estratégia oportunista por parte dos setores conservadores e da direita colombiana para instrumentalizar o voto da população conservadora cristã, garantindo assim o triunfo do voto “Não”. Dessa forma, eles poderiam se posicionar politicamente para as eleições de 2018, objetivo que acabaram cumprindo (BELTRÁN e CREELY, 2018p. 14).

Na Colômbia, tanto durante os protestos neoconservadores de 10 de agosto quanto na campanha pelo “Não” no plebiscito, esse setor religioso articulou a ideia de que a educação sexual nas escolas e o enfoque de gênero presente no acordo era uma ameaça à liberdade religiosa, e obteve sucesso ao condicionar a revisão desse tema à renegociação do acordo de paz. “Assim, na versão final do acordo, as minorias religiosas foram classificadas como vítimas

do conflito e foram consideradas na mesma posição de vulnerabilidade que outras minorias, incluindo a população LGBTI” (BELTRÁN e CREELY, 2018, p. 15).

Entre suas conclusões, o artigo corrobora outros estudos, como os de García e Chicaíza (2018), Gómez-Suárez (2016) e Jimeno (2017). O trabalho de García e Chicaíza enfatiza similaridades entre a vitória do “Não” no plebiscito do acordo de paz colombiano, o Brexit — a saída do Reino Unido da União Europeia, também por meio de plebiscito — e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Todos esses eventos ocorreram em 2016, tiveram participação de setores neoconservadores e foram marcados por campanhas envoltas em *fake news*, que estabeleceram um tipo de debate altamente centrado nas emoções. Este último aspecto é o ponto central da conclusão dos trabalhos de Gómez-Suárez e Jimeno, que ressaltam o modo como fatores profundamente emocionais mobilizaram o eleitorado no caso do plebiscito da Colômbia. Os neoconservadores que lideraram a campanha contra o acordo foram capazes de fazer o debate público deixar de discutir o conteúdo do acordo e passar a discutir emoções associadas ao acordo. A campanha como um todo foi centrada nas emoções. Para conseguir isso, o argumento principal foi alegar que “o país viraria uma ditadura ateuista comunista e, como tal, a liberdade de religião seria restrita e a situação socioeconômica da Colômbia se deterioraria ao nível da Venezuela” (BELTRÁN e CREELY, 2018, p. 4). Não é à toa a semelhança dessa argumentação com a encontrada frequentemente no Brasil e em outros países da América Latina.

A propósito em especial do estudo de García e Chicaíza, que destaca a confluência de eventos *conduzidos* por neoconservadores no mesmo ano de 2016, vale destacar que, para vários autores, 2016 é um verdadeiro marco, uma divisão temporal. É essa a visão, por exemplo, de Caminotti e Tabbush (2020, p. 28), segundo as quais “2016 marca o início de uma série de campanhas públicas de movimentos religiosos e seculares contra a educação sexual integral nas escolas e em defesa da família “natural” (heterossexual)”, combinado a ações coordenadas que influenciam no debate público e impactam na política.

### 2.3 Trunfo decisivo no Brasil

O ano de 2016 foi muito significativo inclusive para o Brasil no que diz respeito à história da “ideologia de gênero” e seu impacto político, em especial porque aconteceu nesse

ano o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, conforme veremos mais à frente. No entanto, o princípio dessa história se dá alguns anos antes. Pode-se considerar um marco nesse assunto o ano de 2011, data em que o STF decidiu de forma favorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (SANTOS, 2011). Essa decisão mobilizou muitos integrantes do neoconservadorismo, que passaram a traçar estratégias para se contrapor à posição do Supremo. Na própria sessão do STF em que o tema foi votado, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi *amicus curiae*<sup>10</sup>, utilizando basicamente duas linhas de argumentação: a jurídica e a que se baseia em exageros retóricos em busca de traçar paralelos que geram pânico moral.

O advogado que representava a CNBB, Hugo José Cysneiros, iniciou sua fala, aliás, recorrendo a essa última linha argumentativa. “Poligâmicos, incestuosos, alegrai-vos. Afinal, vocês também procuram afeto”, afirmou ele, em contraponto à tese dos *amici curiae* favoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo alegando que o afeto não pode ter distinção entre homossexuais e heterossexuais. “A pluralidade tem limites”, disse Cysneiros. (HAIDAR, 2011). Em seguida, o advogado passou a destacar aspectos jurídicos, afirmando que “uma lacuna constitucional não pode ser confundida com não encontrar na Constituição aquilo que eu quero ler”. Para ele, o texto legal era claro no sentido de que a “união estável se dá entre o homem e a mulher”, e, por isso, não haveria espaço para interpretações (HAIDAR, 2011).

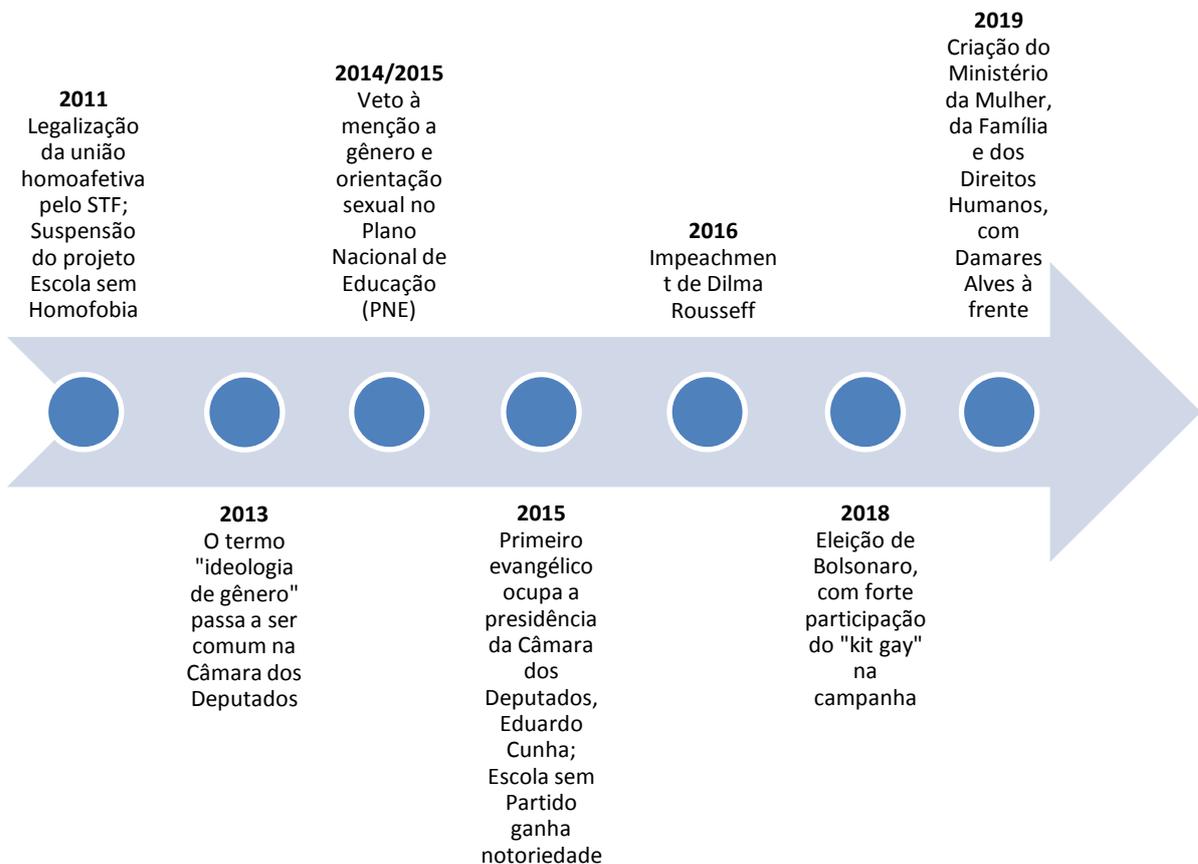
Se por um lado o movimento LGBTQIA+ se saiu vitorioso no STF, conquistando o direito do casamento igualitário, por outro sofreu naquele ano de 2011 um golpe que teria repercussões inimagináveis à época: o projeto Escola sem Homofobia, que fazia parte do programa Brasil sem Homofobia, foi vetado pela presidência às vésperas de ter seu material impresso para distribuição nos colégios. O objetivo do projeto — que nasceu de uma proposta legislativa e teria a logística de distribuição conduzida pelo Ministério da Educação, com o petista Fernando Haddad à frente — era combater a violência e o preconceito contra LGBTQIA+ no ambiente escolar, e o material foi desenvolvido por meio de um convênio firmado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No entanto, quando estava pronto para ser lançado, foi acusado por neoconservadores de estimular a homossexualidade entre crianças, sendo batizado pelo então deputado Jair Bolsonaro, de forma pejorativa, de “kit gay”. A polêmica e a pressão política foram tamanhas que o governo federal cedeu e suspendeu o projeto (SOARES, 2015). A ameaça de um “kit gay” seria retomada em

---

<sup>10</sup> Expressão em latim utilizada para designar instituições ou pessoas que se apresentam ao tribunal para fornecer informações e análises que possam respaldar a votação de um tema, seja de forma favorável ou contrária à aprovação do tribunal.

2018 por Jair Bolsonaro, então candidato à presidência, que, ao enfrentar nas urnas justamente Fernando Haddad, recorreu, com sucesso, à retórica do pânico moral para se contrapor ao adversário (BOLSONARO..., 2018b).

**Figura 2 - Linha do tempo de acontecimentos-chave do desenvolvimento da “ideologia de gênero” no Brasil.**



Fonte: elaboração própria.

A partir de 2011, os neoconservadores passaram a se organizar para defender politicamente que a entidade “família” não deveria comportar homossexuais. Assim, além de inflamar polêmicas midiáticas como a do “kit gay”, encamparam a iniciativa apresentada naquele ano apelidada de “cura gay”, que buscava sustar uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe o oferecimento de “tratamento e cura” para a homossexualidade (LACERDA, 2019, p. 69). Propuseram também o Estatuto da Família, projeto de lei apresentado em 2013 que figurou como uma das principais *reações* ao triunfo do movimento LGBTQIA+ no Judiciário. Aliás, a partir de 2013, “ideologia de gênero” se tornou um termo

frequente na Câmara dos Deputados, em Brasília (conforme veremos no próximo capítulo), sendo usado para rotular quem defendia o casamento entre homossexuais, educação sexual e outras bandeiras dos movimentos LGBTQIA+ e feministas. O Estatuto definia entidade familiar como o “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (PIMENTEL, 2017, p. 197). O projeto de lei ainda está em tramitação na Câmara, embora parado há alguns anos — sua última movimentação foi em fins de 2015, não à toa, com Eduardo Cunha à frente da Casa.

Também em 2013, alguns postos em comissões da Câmara dos Deputados bastante relevantes para o ativismo contra o gênero passaram a ser ocupados por neoconservadores, sendo o maior exemplo a posse do deputado Pastor Marco Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (LACERDA, 2019, p. 73). Os debates em torno do tema da suposta “ideologia de gênero” inflamaram no ano seguinte, 2014, quando houve a discussão sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), documento que reúne as diretrizes e metas da educação no país. O texto original do documento apresentado no Congresso foi acusado pelas bancadas religiosas de promover a “ideologia de gênero”, e acabou sendo vetado. A versão inicial estabelecia como meta “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. O PNE que foi aprovado, alguns meses depois, já em 2015, não trouxe qualquer menção aos dois últimos pontos — gênero e orientação sexual —, deixando assim a cargo dos estados e municípios a decisão de incluí-los ou não em seus planos regionais (MUNDIM, 2015). Nesse ínterim, naquele ano de 2015, passou a ganhar muita visibilidade o movimento Escola sem Partido, que já existia desde 2004, mas que conquistou maior adesão e destaque no debate público a partir do momento em que deixou de focar no “temor da ‘doutrinação marxista’, algo que estava presente desde o período da ditadura militar” (MIGUEL, 2016, p. 595) para se centrar num “terreno aparentemente ‘moral’ (em contraposição a ‘político’)” e tratar como pauta prioritária a “disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças” (MIGUEL, 2016, p. 596). Assim, somente quando o projeto principal do Escola sem Partido vira o combate à suposta “ideologia de gênero”, unindo-se à bandeira religiosa e neoconservadora — o que ocorre no início de 2015, durante as discussões em torno do PNE — é que o movimento ganha notoriedade.

A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer

conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. O foco principal é a “ideologia de gênero”, mas a regra contempla também as posições políticas sobre outras questões e mesmo a teoria da evolução das espécies ou o heliocentrismo. (MIGUEL, 2016, p. 601)

Ocorreu em 2015 também outro marco importante no que concerne ao avanço da retórica da “ideologia de gênero” no Brasil: a chegada de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados. Como evangélico neoconservador — aliás, primeiro evangélico a ocupar o posto — e como opositor ao governo Dilma Rousseff, Cunha passou a dar prioridade a colocar em votação pautas morais, *de costumes*, e fazer projetos deste tipo andarem mais rapidamente na Casa. Veio precisamente em 2015 a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de um projeto de lei de sua autoria, apresentado em 2013 (PL 5069/2013), que torna crime prestar qualquer auxílio a gestantes para que elas interrompam a gravidez e estipula um número maior de exigências para que se realize o aborto em casos de estupro, previsto em lei. O tema da interrupção da gravidez, além das questões de sexualidade, é um dos que mais mobiliza neoconservadores. Esta foi a primeira vez que houve aprovação em um colegiado de uma iniciativa para restringir o aborto legal (LACERDA, 2019, p. 79).

A vitória de Eduardo Cunha nessa ocasião foi fruto de um trabalho de longa data do parlamentar, que foi pioneiro em propor, ainda em 2006, uma iniciativa para tornar mais severa a legislação sobre aborto no país. O projeto objetivava tornar a interrupção da gravidez um crime hediondo, quando não pode haver fiança, indulto, anistia, e a progressão da pena encontra mais entraves. No ano seguinte, em 2007, Cunha apresentou ainda outra proposta, o Estatuto do Nascituro, que proibia a realização do aborto mesmo em caso de estupro — a legislação brasileira permitia naquela época aborto em casos de estupro e risco de morte da gestante, e hoje também existe a permissão, por decisão do STF, no caso de o feto sofrer de anencefalia<sup>11</sup>. O Estatuto definia que o feto teria direitos de cidadão desde sua concepção, e, por isso, interromper a gravidez seria equivalente a assassinato. A proposta previa uma espécie de pensão às crianças geradas após violência sexual, o que motivou feministas a apelidarem o Estatuto de “Bolsa Estupro” (LACERDA, 2019, p. 64).

Eduardo Cunha foi, ainda, central na condução do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Como presidente da Câmara, ele aceitou a denúncia contra a presidenta da República e deu andamento célere ao processo. Durante a votação que decidiria sobre a abertura formal do processo de afastamento de Dilma, em 17 de abril daquele ano, as menções a família, Deus e

---

<sup>11</sup> A anencefalia é uma má formação caracterizada pela ausência de partes fundamentais do cérebro humano, como o encéfalo e a calota craniana. Trata-se de uma condição não compatível com a vida.

moralidade foram dominantes nas falas dos parlamentares. A palavra “família” foi proferida 156 vezes; e “Deus”, 76 vezes, segundo as notas taquigráficas da Casa (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). O deputado Pastor Eurico (que à época era do PHS-PE), por exemplo, deu seu voto da seguinte forma: “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é ‘sim’” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 309).

Na percepção de Sívori e Szwako (2021), as falas no Congresso que levaram ao *impeachment* de Dilma Rousseff foram um *ponto de inflexão política* — a exemplo do que aconteceu na ocasião do *impeachment* de Lugo, no Paraguai. Para os autores, os discursos dos parlamentares representam o processo de “produção de pânico morais” e “fabricação discursiva da família como uma entidade sagrada” (SÍVORI e SZWAKO, 2021, p. 1).

Pode-se considerar que outro importante *ponto de inflexão política* é 2018, quando da campanha e posterior eleição de Jair Bolsonaro. Como já mencionado, o deputado pelo PSL-RJ e então candidato à presidência da República retoma a polêmica do “kit gay”, baseada em informações falsas, para reacender um pânico moral envolvendo sexualidade e papéis de gênero. O termo “kit gay” se popularizou na época e o temor em relação a uma possível *doutrinação de gênero* para as crianças ganhou terreno entre os eleitores. Uma ferramenta de monitoramento do Facebook, Twitter e Instagram chamada Crowdtangle rastreou os conteúdos com maior número de engajamento nessas três redes que mencionaram o “kit gay” na semana anterior à votação do primeiro turno e na seguinte. A conclusão foi que as postagens de maior engajamento foram de autoria de Jair Bolsonaro, seu filho Carlos (PSL-RJ) e pastor Silas Malafaia (FONSECA et al, 2018). Não é exagero afirmar que a ameaça do “kit gay” foi um argumento basilar da campanha de Bolsonaro.

De acordo com a análise de Lacerda (2019, p. 185), Jair Bolsonaro é um dos dois únicos deputados que preencheram, “sem exceção, todos os requisitos da defesa de uma agenda neoconservadora” entre 2000 e 2018, “seja nos temas de política interna, seja nas relações internacionais”. O outro é Marco Feliciano, cuja defesa da moral e dos bons costumes cristãos converge com a adotada por Bolsonaro, transformando-o em forte apoiador do atual presidente. Lacerda destaca que, ao analisar o conteúdo dos discursos de Bolsonaro ao longo desses 18 anos, compreende-se que o militarismo, o rigor penal e o antipetismo já faziam parte da sua plataforma desde o início. No entanto, o seu discurso parlamentar não era o de um típico defensor da família tradicional, nem da religião, o que só acontece a partir da legislatura iniciada em 2011, na qual ele conseguiu capitalizar tamanho eleitorado que foi capaz de quintuplicar seus votos para a eleição de deputado federal em 2014. Ele recebeu aproximadamente 120 mil

votos na eleição de 2010, enquanto na seguinte conseguiu 646 mil, um aumento de 436% (LACERDA, 2019, p. 186-187).

A expressiva acumulação de forças de Bolsonaro ocorre ao longo do período do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Desde então, são os seguintes eixos do discurso parlamentar: militarismo, antipetismo/corrupção, rigor penal e “kit gay”. O diferencial de sua atuação nesses anos é justamente a mobilização dos temas relacionados à moral sexual, que não compunham seu repertório anteriormente. É também o período no qual Bolsonaro se batiza evangélico, pelas mãos do Pastor Everaldo, no Rio Jordão em Israel (LACERDA, 2019, p. 187).

Assim, sendo defensor de primeira hora do punitivismo e do militarismo, além de antipetista e anticomunista, Bolsonaro encarna uma série de pautas neoconservadoras, mas cresce exponencialmente ao agregar o elemento “antigay” e abraçar o discurso evangélico. Mais tarde na campanha, ele incluirá o elemento neoliberal, o que completará a agenda neoconservadora.

Com o resultado das eleições, favorável a Bolsonaro, houve uma corrida de pessoas LGBTQIA+ a cartórios em busca de oficializar casamentos antes que o novo presidente tomasse posse. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil aumentou 61,7% em 2018, em relação a 2017 — o salto foi de 5.887 registros civis para um total de 9.520 de um ano para o outro (NÚMERO..., 2019). E, ainda de acordo com o próprio levantamento do IBGE, esse significativo aumento foi puxado pelos últimos meses do ano, correspondentes ao período entre a eleição e a posse do novo presidente. Se compararmos somente os meses de novembro e dezembro dos dois anos, em 2018 foram registrados 4.027 matrimônios homoafetivos, uma alta de 340% em comparação com o ano anterior, quando esses registros somaram apenas 1.193 (NÚMERO..., 2019). Esse salto expressivo nos números reflete a preocupação da população LGBTQIA+ frente a possíveis retrocessos da gestão Bolsonaro na área.

Já durante o mandato, a composição ministerial de Bolsonaro se destaca por incluir vários ministros abertamente dedicados a impedir que demandas dos movimentos feminista e LGBTQIA+ avancem. Na pasta diretamente ligada à questão, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, entrou Damares Alves, que também é pastora. Declaradamente contrária à descriminalização do aborto e defensora da *família tradicional*, a ministra já se tornou um dos assuntos mais comentados nas redes sociais brasileiras no dia de sua posse, quando, ao receber apoiadores numa sala do ministério, ela comemorou, entre muitos aplausos, gritando “Menino veste azul, menina veste rosa”. Esse momento foi capturado em

vídeo, e, depois que as imagens viralizaram, Damares disse à imprensa que seu objetivo, com a fala, era deixar claro que travaria uma luta a partir dali contra a “ideologia de gênero”: “Fiz uma metáfora contra a ideologia de gênero, mas meninos e meninas podem vestir azul, rosa, colorido, enfim, da forma que se sentirem melhores” (ALÉM..., 2019).

A ministra também explicitou que, entre os desafios de sua gestão, estariam desfazer a ideia de uma “falsa guerra entre cristãos e LGBT”, que teria se criado no Brasil de acordo com ela, e pôr fim ao que ela chamou de “abuso de doutrinação ideológica” (ALÉM..., 2019), sinalizando desde sua posse que iria trabalhar em conjunto com o MEC para influenciar em temas ligados à educação de crianças. Essa agenda, a propósito, tem seguido forte desde o início da gestão Damares: em março de 2021, por exemplo, a secretária da Família, Ângela Gandra, ligada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, participou de um evento com representantes de partidos de extrema-direita da Europa em que discursou sobre estratégias para impor a agenda ultraconservadora por meio da implementação de programas supostamente direcionados a atender as famílias, embora o foco, na verdade, seja combater a “ideologia do gênero” (CHADE e TREVISAN, 2021).

Um episódio marcante da atuação de Damares à frente da pasta ocorreu em 2020, quando ela tentou impedir que uma menina de 10 anos que havia engravidado após ser estuprada por um tio não-consanguíneo fizesse um aborto (VILA-NOVA, 2020). A criança se enquadrava nos dois requisitos para a prática de aborto legal previstos no Código Penal brasileiro: em caso de violência sexual e de risco de morte para a gestante, dada a tenra idade da menina. A terceira condição para interromper legalmente uma gravidez foi assegurada pelo Judiciário, em 2012, que é em caso de anencefalia do feto.

A equipe de Damares fez videochamadas com conselheiros tutelares que acompanhavam o caso da menina a fim de influenciá-los. A própria ministra participou de ao menos uma dessas reuniões, conforme mostram fotos obtidas pela jornalista Carolina Vila-Nova (2020), do jornal Folha de S. Paulo. O objetivo da operação conduzida por Damares era transferir a criança da cidade de São Mateus (ES), onde vivia, para um hospital em Jacareí (SP), onde aguardaria a evolução da gestação, apesar do risco para a vida da menina — além dos possíveis danos psicológicos. A identidade da criança também foi alvo de vazamento nas redes sociais, assim como o endereço da unidade de saúde na qual ela se encontrava no Espírito Santo. Isso levou muitos militantes antiaborto a fazerem protestos na frente do hospital, chegando a impedir a passagem de profissionais de saúde. Essa exposição da menina desprezava o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e fez surgir ameaças à sua família. Para pessoas envolvidas no processo, representantes da ministra Damares Alves teriam sido os responsáveis pelo

vazamento do nome da criança à extremista Sara Giromini — antes conhecida como Sara Winter e, na época, apoiadora do governo Bolsonaro —, que o divulgou em redes sociais (VILA-NOVA, 2020). Após vir à tona, o caso passou a ser investigado pela Procuradoria-Geral da República (FALCÃO e VIVAS, 2020), ainda sem conclusão divulgada até o momento.

Outros dois ministérios também passaram a ter, no governo Bolsonaro, atuações fortemente ligadas ao tema de gênero e sexualidade: o Ministério da Educação (MEC), em especial sob o comando de Abraham Weintraub e depois sob Milton Ribeiro, e o das Relações Exteriores, sob a chefia de Ernesto Araújo. No caso do MEC, Weintraub sublinhou, em reunião com o presidente Bolsonaro em início de 2020, que a eliminação da “ideologia de gênero” orientava políticas públicas de sua pasta. “(O programa de leitura do MEC) busca justamente valorizar o papel da família com as crianças pequenas nesses primeiros momentos. Sai o kit gay e entra a leitura em família”, disse o ministro (SANCHEZ, 2020). Esse tipo de declaração era comum durante sua gestão, que foi de abril de 2019 a junho de 2020. Durante uma palestra na Conferência Política de Ação Conservadora (CPAC), ainda em 2019, na qual ele justificava a necessidade de se combater a “ideologia de gênero”, afirmou: “Estão destruindo a diferença entre sexos, estão quebrando a nossa identidade individual, porque se eu não sei quem eu sou, por que eu vou lutar? Destroem a nossa identidade familiar. Se eu não tenho filhos, por quem eu vou lutar?” (SANCHEZ, 2020). Juntamente com Damares, Weintraub se mostrou favorável à implantação da educação domiciliar — chamada também pelo termo em inglês *homeschooling* —, na qual a família teria mais autonomia para decidir o que ensinaria às crianças, o que poderia incluir criacionismo, em contraposição à teoria da evolução das espécies, por exemplo. Atualmente, proposta sobre o tema tramita no Congresso, formulada por parlamentares ligados a Bolsonaro e com o apoio declarado do governo. O objetivo é alterar o Código Penal, ao impedir que pais ou responsáveis sejam punidos por abandono intelectual caso optem pela modalidade de educação domiciliar<sup>12</sup> (BIMBATI, 2021).

Em abril de 2021, sob influência de Damares junto ao MEC — a essa altura já chefiado pelo pastor evangélico Milton Ribeiro —, a professora Sandra Ramos, da Universidade Federal do Piauí, passou a chefiar a Coordenação Geral de Materiais Didáticos. Essa foi uma das vitórias do neoconservadorismo no governo, uma vez que, como ela é evangélica e egressa do movimento Escola sem Partido, seria uma pessoa-chave para ajudar a definir os rumos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a política brasileira de compra de material

---

<sup>12</sup> A legislação atualmente vigente criminaliza como “abandono intelectual” a conduta de quem “deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”, conforme o art. 246 do Código Penal.

escolar, que orienta, em suma, todo o conteúdo que as crianças e os adolescentes aprendem na educação formal (FERRAZ, 2021).

Por fim, na seara do Ministério das Relações Exteriores, o então ministro Ernesto Araújo — no cargo de janeiro de 2019 a março de 2021 — foi responsável por inserir a política externa como um novo front na guerra contra a “ideologia de gênero”. Considerado como pertencente da *ala ideológica* do governo, assim como Weintraub e Damares, Araújo deu, por exemplo, instruções expressas a diplomatas para que, em negociações em foros multilaterais, reiterassem “o entendimento do governo brasileiro de que a palavra gênero significa o sexo biológico: feminino ou masculino” (ITAMARATY..., 2019). O próprio Araújo declarou, em *live* ao lado de Jair Bolsonaro, que se dedicaria a lutar contra a “ideologia de gênero” na ONU e que a “ideologia de gênero é um rato ideológico, tem que tacar fogo” (DIAS, 2019).

Assim, da mesma forma que internamente o governo brasileiro fica cada vez mais associado à política antigênero, o Brasil fica de forma crescente conhecido internacionalmente por adotar posições avessas a demandas progressistas no que diz respeito a sexualidade, educação sexual, reprodução, aborto, igualdade de gênero e o próprio uso da palavra “gênero”. Após tratarmos do contexto do tema no mundo, na América Latina e no Brasil nos anos recentes, o próximo capítulo abordará de que forma essa discussão se faz presente especificamente em uma das Casas do Parlamento brasileiro, a Câmara dos Deputados.

### **3 O RECURSO À “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2011-2021)**

Após contextualizar o surgimento do debate sobre “ideologia de gênero” e discutir suas múltiplas formas de difusão na América Latina e no Brasil, este capítulo pretende responder, de forma mais específica, a seguinte questão: como a noção de “ideologia de gênero” foi usada para defender ou atacar que tipos de tema nas últimas três legislaturas<sup>13</sup> na Câmara dos Deputados? Isto é, no período de 2011-2021, esse conceito comumente empregado para afirmar uma ofensiva antigênero foi base para propostas legislativas em quais áreas (educação, direitos

---

<sup>13</sup> Duas legislaturas completas (2011-2014 e 2015-2018) e a última legislatura ainda parcial, iniciada em 2019 e analisada até o fim de 2021, escopo possível para esta pesquisa, que tem sua apresentação à banca examinadora em fevereiro de 2022.

sexuais e reprodutivos, representatividade política), com que frequência e sob qual lógica argumentativa?

O trabalho se justifica porque a “ideologia de gênero” engloba um conjunto de ideias e regimes discursivos que aparece como base de argumentação para várias propostas de políticas públicas que têm o potencial de afetar o dia a dia da população. Sendo assim, não é um tema de interesse exclusivo da academia: mesmo quem está fora das universidades é passível de ser impactado. Tampouco se trata de uma questão meramente quantitativa (quantas vezes aparece ou foi mobilizado o termo), mas sim de uma forma de compreender como este debate se integra nas disputas políticas contemporâneas no Brasil. Minha contribuição reside em pesquisar como tem se dado a instrumentalização política desse conceito, o que pode sugerir associações importantes entre a forma como um conjunto de ideias se desenvolve ao longo da História recente na sociedade civil e o seu uso político-institucional.

### 3.1 Nota metodológica

Para este estudo, foi analisado o conteúdo de todas as propostas legislativas apresentadas na Câmara dos Deputados entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021. Proposta legislativa é um termo genérico que inclui 12 categorias<sup>14</sup>, dentre elas projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias e requerimentos de informação. Todas foram consideradas na busca, via site oficial da Câmara dos Deputados<sup>15</sup>, que retornou um total de 66 propostas contendo a expressão “ideologia de gênero” em sua ementa ou inteiro teor.

Certamente, ao fazer a opção pelo rastreamento somente da expressão exata, muitas propostas legislativas que tenham a ver com o combate à “ideologia de gênero” mas não utilizem o termo propriamente dito ficam de fora. Portanto, o número de iniciativas de parlamentares ligadas a esse tema é, definitivamente, maior. No entanto, a opção por delimitar e restringir o corpus desta forma se justifica tendo em vista duas frentes. A primeira é tornar a pesquisa mais objetiva

---

<sup>14</sup> As 12 categorias são as seguintes: Proposta de Emenda à Constituição (PEC); Projeto de Lei Complementar (PLP); Projeto de Lei (PL); Medida Provisória (MPV); Projeto de Lei de Conversão (PLV); Projeto de Decreto Legislativo (PDL); Projeto de Resolução (PRC); Requerimento (REQ); Requerimento de Informação (RIC); Requerimento de Instituição de CPI (RCP); Mensagem (MSC) e Indicação (INC).

<sup>15</sup> A página da busca simplificada do portal da Câmara dos Deputados, utilizada nesta pesquisa, é <<https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>>.

e pragmática<sup>16</sup>. A segunda é viabilizar o mapeamento exato de todas as vezes em que o termo “ideologia de gênero” foi usado justamente para que seja possível compreender melhor em que contexto esse uso específico se insere e como ele é feito. Esses dados podem oferecer um panorama de como a noção de “ideologia de gênero” vem sendo empregada, de modo explícito, na tentativa de definir políticas públicas.

Além das propostas legislativas, serão analisados os discursos de deputados, proferidos em plenário no mesmo período — de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2021 —, que contenham a expressão “ideologia de gênero”. Na busca, também via portal da Câmara<sup>17</sup>, foram contabilizados 261 discursos enquadrados nesse perfil. O primeiro foi o do Pastor Eurico (PSB-PE), em 22 de novembro de 2013. O mais recente foi o de Otoni de Paula (PSC-RJ), em 25 de novembro de 2021.

Para além das propostas legislativas formais, estudar os discursos em plenário será importante para permitir analisar de modo mais profundo os grandes temas nos quais a noção de “ideologia de gênero” é utilizada e perceber como o termo é trabalhado oralmente pelos parlamentares, o que muitas vezes traz mais espontaneidade e transparência.

### 3.2 Propostas legislativas

Entre todas as propostas legislativas apresentadas na Câmara dos Deputados de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2021, 66 contêm, textualmente, a expressão “ideologia de gênero”. O número é diminuto em relação ao total real de iniciativas que têm como embasamento esse combate a uma suposta ameaça de gênero. Porém, para reforçar o que foi dito na seção anterior, este estudo tem a intenção de compreender em que contextos essa expressão *exata* é utilizada e canalizada no cenário institucional.

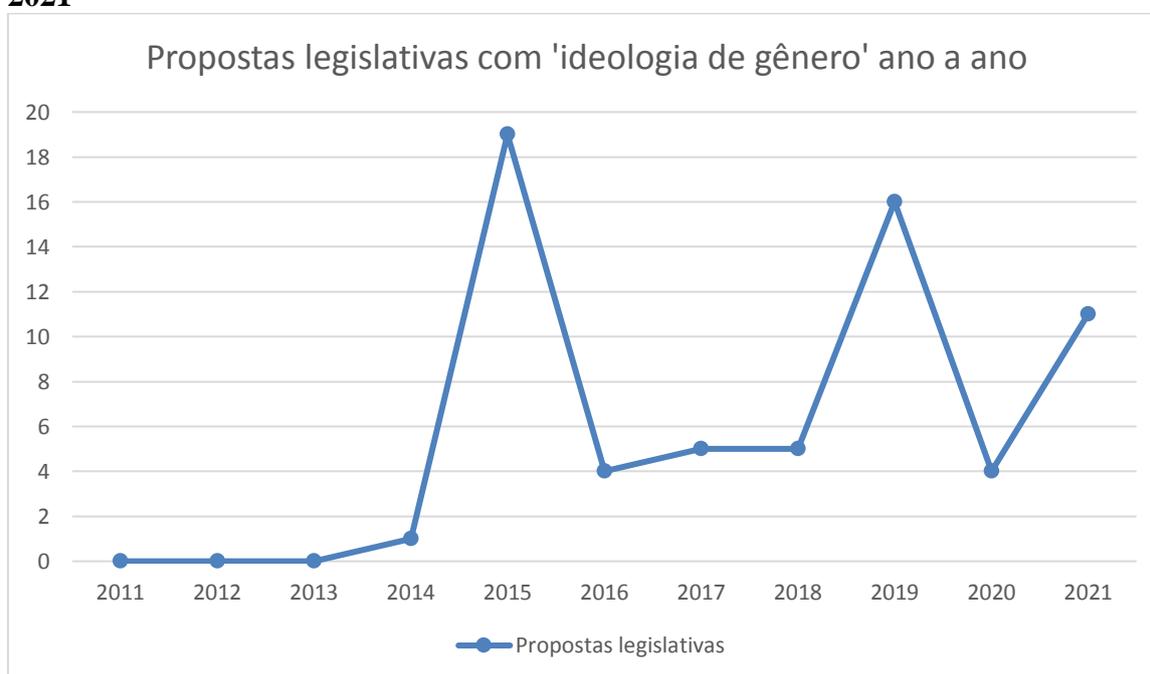
---

<sup>16</sup> A palavra “gênero” existe em diversos outros contextos — por exemplo, “gênero alimentício” —, então realizar uma busca de propostas legislativas e discursos na Câmara simplesmente com essa palavra-chave tornaria a filtragem dos dados muito mais complicada e demorada, o que poderia inviabilizar a pesquisa. Além disso, há propostas e discursos que são neoconservadores e que se colocam numa posição antigênero sem, no entanto, citar nem a expressão “ideologia de gênero”, nem a palavra “gênero”. Porém, incluir esse tipo de propostas e discursos levaria a pesquisa para um campo de interpretação subjetiva que poderia prejudicar seus resultados. Por isso, a opção considerada mais adequada foi se ater exclusivamente aos discursos e propostas que incluíam expressamente o termo “ideologia de gênero”.

<sup>17</sup> A página da Câmara dos Deputados em que se pode buscar os discursos dos parlamentares é <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>>.

Dessa forma, analisando-se as 66 propostas apresentadas por parlamentares, chama atenção a divisão dessas iniciativas ano a ano. Nota-se que a primeira vez que a expressão “ideologia de gênero” surgiu na ementa ou no inteiro teor de uma proposta legislativa foi em 2014 — e houve apenas uma naquele ano. Entretanto, já no ano seguinte, há um expressivo salto no uso dessa expressão, chegando a 19 ocorrências. Depois, entre 2016 e 2018, o uso parece se estabilizar em quatro ou cinco por ano, até chegar a um novo pico em 2019, quando são apresentadas 16 propostas contendo “ideologia de gênero”. Em 2020, o número retorna para o patamar anterior (4), e em 2021 volta a subir, embora não tanto (11). Essa variação anual pode ser observada no Gráfico 1, a seguir.

**Gráfico 1. Número de propostas legislativas contendo, em sua ementa ou inteiro teor, a expressão “ideologia de gênero” apresentadas na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2021**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Como pode-se observar, são identificados dois picos no período: 2015 e 2019. Ambos os anos marcam o início de novas legislaturas, e numa composição que é considerada mais conservadora do que as de eleições anteriores. Não é difícil esboçar, portanto, a hipótese de que a alta do primeiro ano esteja relacionada à chegada do deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) à presidência da Câmara. Ele assume o posto em 1º de fevereiro de 2015 — para o biênio 2015-

2016 — e, a partir de então, faz um esforço direcionado para pautar a agenda de interesse dos grupos neoconservadores, em especial da bancada evangélica. Logo em seu primeiro mês à frente da Câmara, tal como a literatura especializada tem mostrado, Cunha pediu o desarquivamento de uma série de propostas contra demandas feministas e LGBTQIA+ — incluindo todas as propostas que haviam sido feitas até então pelo próprio Cunha —, o que foi aprovado pela Presidência da Câmara, comandada por ele mesmo (BEDINELLI, 2015).

Um desses desarquívamentos permitiu a recriação da comissão para discutir o Projeto de Lei (PL) 6583 de 2013, conhecido como Estatuto da Família, documento que define a entidade familiar como a “união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos” (CÂMARA..., 2015) e que, durante sua tramitação na Câmara, ganhou um adendo que previa tornar mais difícil a adoção de crianças por casais homossexuais. Entre 2013 e 2015, o Partido dos Trabalhadores (PT) vinha impedindo a sua votação por meio de manobras regimentais, no entanto a criação da comissão foi uma forma de Cunha acelerar os trâmites (BEDINELLI, 2015). Em outubro de 2015, o Estatuto da Família foi aprovado na Câmara e dali seguiu para análise do Senado (CÂMARA..., 2015). Foi promulgado e virou lei em junho de 2018 (ALMEIDA, 2018).

Cunha também desarquivou o PL 7382/2010, que propunha penalizar a discriminação contra heterossexuais e determinar políticas públicas para evitar o alegado preconceito contra o grupo. Foi ainda por iniciativa dele que voltou à pauta o PL 1672/2011, que pretende instituir o Dia do Orgulho Hétero, em contraposição ao Dia Internacional do Orgulho Gay, celebrado em 28 de junho. No texto de justificativa para a criação da data comemorativa, o deputado alega o seguinte: “No momento em que discute o preconceito contra homossexuais, acabam criando outro tipo de discriminação contra os heterossexuais e, além disso, o estímulo da ‘ideologia gay’ supera todo e qualquer combate ao preconceito” (BEDINELLI, 2015).

Foram desarquivadas, também, quatro medidas contrárias ao aborto. O PL 7443/2006, que pedia que a interrupção da gravidez fosse incluída entre os crimes considerados hediondos; o PL 1545/2011, que previa uma pena de prisão de seis a 20 anos ao médico que praticasse o aborto fora das hipóteses previstas em lei; a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 164/2012, segundo a qual a inviolabilidade do direito à vida é garantia de todos “desde a concepção” (BEDINELLI, 2015), incluindo, portanto, o feto; e o PL 5069/2013, que considera crime contra a vida o anúncio de qualquer substância ou objeto destinado à interrupção da gravidez, assim como qualquer orientação a gestantes para o procedimento, com pena de até dez anos de prisão. Esses são apenas alguns exemplos das medidas retomadas por Eduardo

Cunha à frente da Câmara dos Deputados em 2015, o que corrobora o pico da presença de “ideologia de gênero” nos textos das propostas legislativas apresentadas naquele ano.

Também nessa época a discussão sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) se torna substancialmente acalorada, com a fama crescente do movimento Escola sem Partido, o que motivou muitos deputados a levarem o tema da educação sexual para dentro da Câmara, sob a forma de propostas legislativas. Os grupos neoconservadores da Casa, ao fim e ao cabo, foram bem-sucedidos em conseguir o veto a qualquer referência a gênero, orientação sexual ou sexualidade no texto final do PNE em agosto de 2015 (MUNDIM, 2015). Isso ajuda a explicar o contexto da Câmara naquele ano e por que às menções à “ideologia de gênero” se apresentam tão fora da curva no Gráfico 1.

Uma plausível explicação adicional para o pico de animosidade em relação a pautas de gênero na Câmara em 2015 pode ser a baixa popularidade de Dilma Rousseff — a mandatária chegou a ter 71% de reprovação e apenas 8% de aprovação em agosto daquele ano (8% APROVAM..., 2015) —, acrescida de um escasso apoio parlamentar. Mesmo ela tendo conquistado a reeleição em 2014, os ataques que se seguiram foram grandes, muitos deles de cunho sexista. É preciso lembrar, ainda, que em 2015 se iniciou uma nova legislatura na Câmara, com um número maior de deputados conservadores (SANTOS, 2014). O mesmo acontece, aliás, em 2019, quando se inicia 56ª legislatura, batendo novo recorde de parlamentares conservadores — juntamente com o Senado, a Câmara passa então a formar “o Congresso mais conservador dos últimos 40 anos” (QUEIROZ, 2018).

Não é coincidência, além disso, que 2019 seja o primeiro ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro. De extrema direita, ele criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tendo à frente Damares Alves, que é advogada e pastora evangélica. “A aproximação de Bolsonaro com os evangélicos — grupo no qual sua taxa de aprovação é maior — se dá desde a escolha de nomes conservadores para o governo a promessas contra pautas ligadas, por exemplo, a gênero” (COUTO, GUERRA e ZARUR, 2019). Uma dessas promessas constantes tem sido a proibição da “ideologia de gênero no ensino fundamental — o que ele chamou de “coisa do capeta” durante sua participação, em junho de 2019, na Marcha para Jesus. Aquela foi, aliás, a primeira vez que um presidente do país participou de um evento deste tipo (COUTO, GUERRA e ZARUR, 2019). O intento de Bolsonaro de se manter próximo a evangélicos e neoconservadores quanto a discussões sobre gênero, em especial no que diz respeito a políticas para educação infantil, mostrou-se, assim, claro desde seus primeiros meses de mandato. Isso reflete, em grande medida, a tentativa de atender às expectativas do grupo de eleitores que mais

foi responsável pela sua vitória nas urnas. Seus aliados na Câmara dos Deputados fizeram esforços também nesse mesmo sentido.

É possível observar no Gráfico 1 que, em 2020, há uma queda no número de propostas legislativas, quando comparado a 2019, o que pode ser explicado, ao menos em parte, pelo início da pandemia de covid-19, um estado de emergência de saúde pública que pode ter feito os esforços legislativos se voltarem para outras questões, distanciando-os dos assuntos relacionados diretamente a gênero. É uma hipótese que pode ser testada em futuros estudos. Nota-se, porém, que a quantidade de iniciativas dos parlamentares que trazem a expressão “ideologia de gênero” formalmente escrita volta a aumentar em 2021, sugerindo que, ainda que o estado pandêmico tenha permanecido ao longo daquele ano, deputados encontraram mais espaço e/ou houve mais demandas do movimento antigênero para que eles pudessem abordar mais o tema na Câmara. Se for assim, a tendência é que, em 2022, último ano do mandato de Bolsonaro, a exploração do tema na Casa se intensifique.

**Gráfico 2. Número de propostas legislativas que incluem o termo “ideologia de gênero”, distribuídas pelos partidos políticos que as apresentaram (2011-2021)**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Em relação a quais partidos políticos apresentam com mais frequência esse tipo de proposta, é possível constatar que, no topo da lista, com 37 propostas legislativas entre os anos de 2011 e 2021, aparece o Partido Social Liberal (PSL), legenda pela qual Bolsonaro se elegeu. Originalmente, o partido se dedicava à promoção do social-liberalismo, entendido como uma participação pequena do Estado na economia, mas acabou atraindo muitos candidatos de extrema direita nas eleições de 2018, como o próprio Bolsonaro. Virou, assim, “fortaleza política” da extrema direita e passou a servir “de palanque para a onda conservadora que percorre o país” (CONHEÇA..., 2018). Em 2018, o número de cadeiras que a legenda tinha na Câmara dos Deputados passou de uma para 52, transformando-se na segunda maior bancada do Congresso Nacional. A pauta do combate à “ideologia de gênero” tem sido uma das mais presentes no PSL como um todo, mesmo após a desfiliação de Jair Bolsonaro ao final de 2019 — mais especificamente, em 19 de novembro daquele ano (BOLSONARO..., 2019). O presidente ficou sem partido por dois anos, até que, em 30 de novembro de 2021, filiou-se ao Partido Liberal (PL) — nona legenda na carreira política de Bolsonaro (BOLSONARO..., 2021). O PL é o 13º partido a propor mais iniciativas que contêm a expressão “ideologia de gênero” em sua justificativa.

Entre os que mais propuseram iniciativas deste tipo, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Social Cristão (PSC) aparecem em segundo e terceiro lugares, com 23 e 16 ocorrências, respectivamente. Enquanto o último se situa num espectro político semelhante ao do PSL, sendo um partido evangélico e conservador quando trata de pautas *morais*, o PSB se localiza próximo ao campo das esquerdas, tendo em seus quadros membros das famílias Campos e Arraes de Pernambuco, o atual governador do Maranhão, Flávio Dino, e o atual deputado federal pelo Rio de Janeiro Marcelo Freixo, por exemplo.

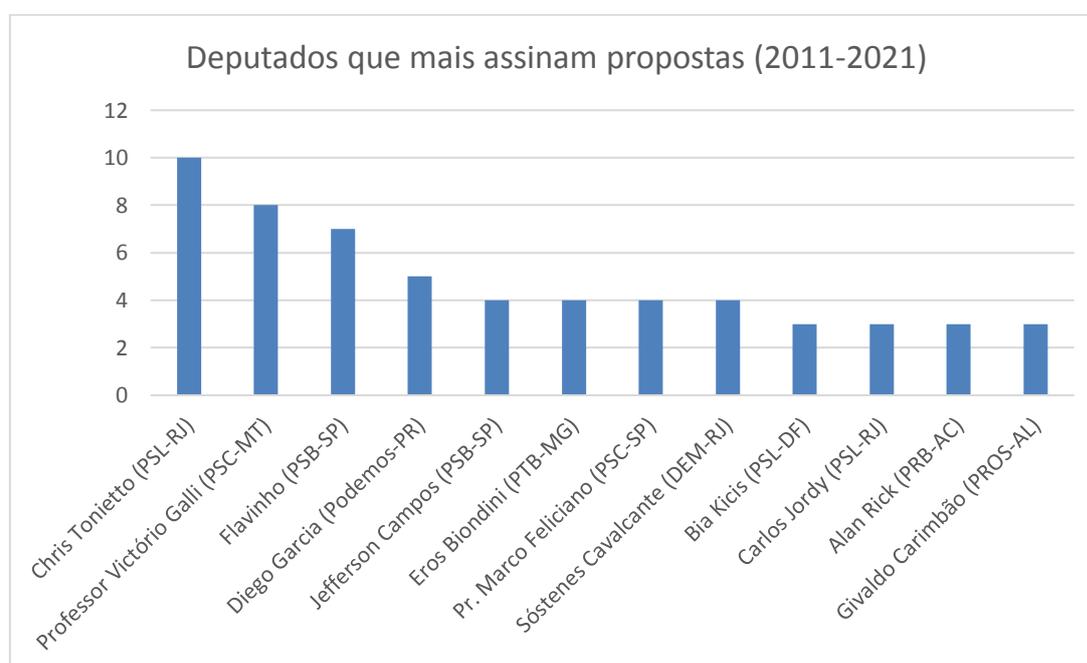
Uma das iniciativas que conta com a assinatura de algum deputado do PSB é o requerimento (REQ 1657/2021) de uma moção de repúdio à “promoção de ideologia de gênero” por meio de emojis em plataformas digitais na internet, apresentada em 2021 por Jefferson Campos (PSB-SP) — proposta esta que já se encontra arquivada. Campos é, aliás, o 5º deputado que mais propôs medidas de combate à “ideologia de gênero” na última década, conforme mostra o Gráfico 3.

Isso evidencia como o tema é marcado por controvérsias: embora a grande maioria dos proponentes de iniciativas de combate à “ideologia de gênero” façam parte das direitas, não se trata de uma divisão exata entre direitas e esquerdas. Alguns partidos que ao menos em tese não são de direita incluem parlamentares que, por diversos motivos, alinham-se ao neoconservadorismo e tratam a “ideologia de gênero” como um alvo a ser atacado. É possível

observar que também Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) aparecem na lista, ainda que tenham apresentado pouquíssimas iniciativas “anti-ideologia de gênero” nesses dez anos — duas cada. O PT, maior partido no campo da esquerda do país, fica de fora. Seu rival histórico, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) — compreendido como a *direita clássica* — surge como 5º colocado, com 16 propostas legislativas.

A parlamentar líder em quantidade de iniciativas para barrar o que considera “ideologia de gênero” é Chris Tonietto (PSL-RJ), eleita pelo mesmo partido que elegeu Jair Bolsonaro. Ela tem, ao todo, dez propostas. São dela, por exemplo, propostas para realizar uma sessão solene que celebre o Dia do Combate à Ideologia de Gênero (REQ 136/2019), para solicitar informações ao MEC sobre a realização de um webinar acerca de gênero conduzido pelo Núcleo Elos - Núcleo de Estudos e Ações em Gênero e Sexualidades do Colégio Pedro II (RIC 741/2020) e para solicitar, também ao MEC, informações sobre o “Manual de Sobrevivência da Primeira Vez”, produzido e divulgado pelo Laboratório de Comunicação Publicitária Aplicada à Saúde e à Sociedade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RIC 803/2021).

### Gráfico 3. Deputados com maior número de propostas contendo “ideologia de gênero” na Câmara (2011-2021)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Atrás de Chris Tonietto, aparece o Professor Victório Galli (PSC-MT), com oito propostas legislativas. Uma delas, por exemplo, prevê que o MEC baixe uma resolução para “deixar claro para as Câmaras de Vereadores Municipais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal que a ‘Ideologia de Gênero’ foi extirpada do texto inicial do PNE/2010, aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei 13.005/2014” (INC 578/2015)<sup>18</sup>. Tal proposta já foi arquivada pela Casa. Outro exemplo de iniciativa do deputado é um projeto de lei que pretende tornar contravenção, como “perturbação do sossego alheio”, o uso de banheiro público por qualquer pessoa que não seja do mesmo sexo biológico para quem o determinado banheiro é destinado (PL 5774/2016). Esse projeto ainda aguarda a designação de um relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)<sup>19</sup>.

**Gráfico 4. Estados aos quais pertencem os deputados que fizeram propostas de combate à “ideologia de gênero” (2011-2021)**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Completando o top 5, temos Flavinho (PSB-SP), Diego Garcia (Podemos-PR) e Jefferson Campos (PSB-SP). No Gráfico 3, entrariam inicialmente os dez parlamentares com

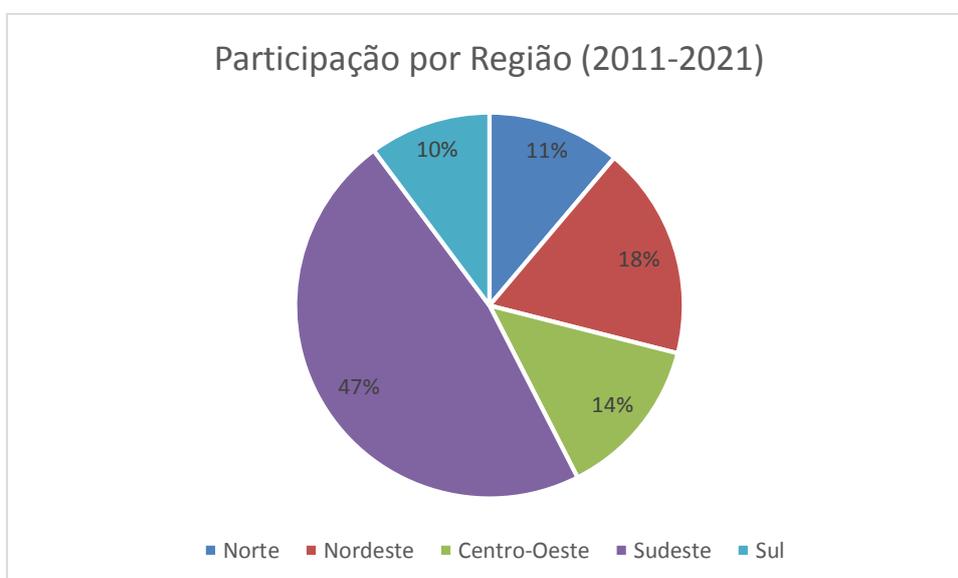
<sup>18</sup> O texto entre aspas consta da ementa da proposta, encontrada via busca avançada no site da Câmara dos Deputados, pesquisando pela expressão exata “ideologia de gênero” no período de 01.01.2011 a 31.12.2021: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>.

<sup>19</sup> O status do projeto de lei — aguardando designação de relator — se mantém assim ao menos até o último dia de janeiro de 2021, quando essa consulta foi feita pela última vez antes da conclusão deste trabalho.

maior número de propostas contendo a expressão “ideologia de gênero”, no entanto os dois últimos empataram com três propostas cada, mesmo número atingido pelo 11º e 12º colocados. Assim, figuram no gráfico os 12 parlamentares que mais frequentemente fizeram iniciativas deste tipo. Aliás, vale destacar que, desses 12 deputados com mais propostas, 10 são homens. Temos, no total, três deputados do PSL, dois do PSB e dois do PSC — exatamente os três partidos que aparecem em primeiro no Gráfico 2, que contabiliza a participação geral das legendas. Os outros partidos do Gráfico 3 aparecem uma única vez. São eles: Podemos, PTB, DEM, PRB e PROS.

Em relação aos estados da federação de onde vêm as propostas de combate à “ideologia de gênero”, a hegemonia de São Paulo e Rio de Janeiro se mantém. Seus representantes são, nesta ordem, os que mais propõem iniciativas sobre o tema — São Paulo tem 45 e o Rio, 32, como pode-se observar no Gráfico 4. Minas Gerais vem na sequência, com 17 propostas, sendo seguida por Paraná, com 13, e Ceará, com 11. Os estados do Amapá, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Mato Grosso do Sul e Tocantins se posicionam no outro extremo, com até duas iniciativas somente. O Piauí foi o único estado que não teve nenhum registro de proposta legislativa sobre “ideologia de gênero” no período analisado.

**Gráfico 5. Distribuição, por Região, da origem das propostas contra “ideologia de gênero” (2011-2021)**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Nota-se que quase metade das propostas (47%) tiveram origem na Região Sudeste, com grande predominância de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em segundo lugar vem o Nordeste (18%), seguido por Centro-Oeste (14%) e um quase empate entre Norte (11%) e Sul (10%). Para colocarmos esses dados em perspectiva, porém, é preciso que se compare os resultados obtidos com as proporções esperadas a partir da quantidade total de deputados por Região. Ao todo, na Câmara, existem 513 parlamentares, e a divisão regional é a seguinte: 35% de todos os deputados são do Sudeste; 29,4% são dos estados do Nordeste; 8% vêm do Centro-Oeste; 12,6%, do Norte; e 15%, do Sul. Com isso, percebe-se, conforme a Tabela 1, que o Sudeste e o Centro-Oeste propõem mais iniciativas de combate à “ideologia de gênero” do que o número que seria esperado, levando-se em conta critério estritamente matemático. Sendo assim, não é incorreto afirmar que Sudeste e Centro-Oeste alavancam essas iniciativas antigênero, concentrando grande parte dos parlamentares envolvidos na campanha de combate à “ideologia de gênero. Do mesmo modo, pode-se afirmar que, embora seja a segunda Região com mais iniciativas deste tipo na Câmara, o Nordeste ainda realiza bem menos propostas legislativas antigênero do que seria esperado, caso a proporção fosse aproximadamente a mesma da de deputados nordestinos. Sul e Norte também seguem essa linha, ainda que seus percentuais estejam mais próximos dos esperados.

**Tabela 1. Comparação entre os percentuais atuais de deputados de cada Região e os percentuais de iniciativas antigênero originadas em cada Região de 2011 a 2021**

Regiões	Percentual de deputados*	Percentual de iniciativas antigênero	Diferença
Sudeste	35%	47%	
Nordeste	29,4%	18%	
Sul	15%	10%	
Norte	12,6%	11%	
Centro-Oeste	8%	14%	

Legenda:  
 : Desempenho na proposição de iniciativas antigênero é maior do que o matematicamente esperado.  
 : Desempenho na proposição de iniciativas antigênero é menor do que o matematicamente esperado.  
 \*Percentual atual de deputados da legislatura iniciada com a eleição de 2018.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Com relação à temática das propostas legislativas, elas foram separadas em seis grandes temas, conforme o Gráfico 6. O que concentra a esmagadora maioria das iniciativas é educação sobre gênero nas escolas — com 34 propostas —, muito alavancado pelas discussões sobre a presença questões de gênero e sexualidade no PNE ao longo de 2014 e 2015. Mesmo depois da resolução final sobre o PNE, que acabou por excluir qualquer menção a gênero do documento, o assunto continuou sendo alvo dos parlamentares. Dois projetos de lei tentaram, por exemplo, alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para vedar a “doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas”<sup>20</sup>. Esses projetos eram o PL 10659/2018, do Delegado Waldir (PSL-GO), e o PL 258/2019, do Pastor Eurico (Patriota-PE). Este último propunha acrescentar um inciso à Lei para deixar claro que deveria haver “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”, impedindo assim “a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar”<sup>21</sup>.

**Gráfico 6. Divisão das propostas legislativas apresentadas no período 2011-2021 de acordo com seis grandes temas.**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

<sup>20</sup> O texto entre aspas consta da ementa do PL 10659/2018, do Delegado Waldir (PSL-GO), identificado via pesquisa no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>.

<sup>21</sup> O texto entre aspas consta da ementa do PL 258/2019, do Pastor Eurico (Patriota-PE), identificado via pesquisa no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>.

Também influenciou o alto número de propostas sobre educação a grande preocupação que evangélicos tradicionalmente têm com o tema: uma vez que este grupo teve significativa responsabilidade pela vitória bolsonarista nas urnas em 2018, ele tem ganhado mais força e conseguido pautar mais a Câmara. A movimentação evangélica e neoconservadora fora da Casa tem crescido e, assim, influenciado de forma crescente o conteúdo das propostas legislativas e dos discursos oficiais. Além disso, a gestão de Bolsonaro vem, desde sua posse, fazendo esforços para contemplar as demandas dos neopentecostais, que formam ainda forte base popular do presidente.

Na segunda posição, ainda que bem atrás, aparece o combate à pedofilia — com sete propostas —, agenda bolsonarista com grande ressonância. Vale lembrar que o senador e pastor evangélico Magno Malta (PR-ES), que criou e presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia — que mais tarde teve o nome mudado para CPI dos Maus-Tratos —, foi durante boa parte de 2018 altamente cotado para ser vice na chapa com Bolsonaro. Ao longo das atividades na CPI, criada em 2008, Malta fazia questão de associar a pedofilia com uma suposta “ideologia de gênero”, de modo a afirmar que esta última era a causadora, a origem, dos crimes cometidos por pedófilos. Em novembro de 2018, veio à tona que um dos casos que mais rendeu visibilidade para a CPI — e, por tabela, para o próprio Magno Malta — era, na verdade, uma mentira. Em abril de 2009, o senador havia acionado diversos veículos da imprensa para expor um ex-cobrador de ônibus acusado de estuprar a própria filha. O homem foi preso, torturado — a ponto de ficar cego do olho direito e perder 75% da visão do olho esquerdo — e, seis anos depois, foi inocentado, o que o levou a processar o senador e os delegados envolvidos no caso, que permitiram que Malta conduzisse o interrogatório no lugar deles (GALVÃO, 2018).

Depois do combate à pedofilia, a disputa pelo uso da palavra “sexo” em vez de “gênero”, muito cara a neoconservadores, aparece empatada com pedidos de restrição da abordagem de gênero em meios de comunicação, com quatro iniciativas cada. A proposição de leis mais severas contra quem faz apologia à alegada “ideologia de gênero” foi o tema de três iniciativas; enquanto houve dois pedidos de criminalização da imposição da “ideologia de gênero” — que, no Gráfico 6, aparece categorizado apenas como “Gênero”, por mera economia de espaço.

Um exemplo da disputa entre “sexo” e “gênero” é o projeto de lei que determina que a definição de masculino e feminino no Brasil deve se dar somente pelo sexo biológico e por características sexuais primárias e cromossômicas (PL 2578/2020), de autoria dos deputados Major Fabiana (PSL-RJ) e Filipe Barros (PSL-PR). Essa proposta ainda aguarda que seja designado um relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). Já sobre a

ameaça da “ideologia de gênero” nos meios de comunicação, um exemplo é o PL 2594/2021, do Pastor Gil (PL-MA), que pretende alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para vedar publicidade infantil na televisão e no rádio com temas relacionados, de qualquer modo, a “a gênero e a ideologia de gênero, orientação sexual ou diversidade”<sup>22</sup>.

Já no rol das leis de caráter punitivo contra a “ideologia de gênero”, houve, por exemplo, a proposição já mencionada anteriormente de tornar contravenção o uso de um banheiro público que não condiga com o sexo biológico do usuário (PL 5686/2016), de autoria do Professor Victório Galli (PSC-MT). Também foi apresentado na Câmara um projeto de lei que, entre alguns aspectos, objetiva alterar a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para “incluir o homicídio contra criança e adolescente para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos”<sup>23</sup>. Trata-se do PL 3492/2019, proposto pelos deputados Bia Kicis (PSL-DF), Carla Zambelli (PSL-SP), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e Ottaci Nascimento (Solidariedade-RR). Por fim, há caso em que o pleito é por uma criminalização do “gênero” em si, como a proposta do Dr. Jaziel (PL-CE) de tornar crime “a conduta de quem ministra conteúdo nas dependências dos estabelecimentos de ensino relacionado a ideologia de gênero”<sup>24</sup> (PL 4520/2021).

A análise das propostas deixa evidente, portanto, que influenciar e controlar a formação infantil é o principal foco de atenção da campanha antigênero dentro da Câmara, no que diz respeito ao menos a iniciativas parlamentares por escrito — excluindo-se debates orais. A esmagadora maioria das propostas está relacionada diretamente ao combate ao ensino de questões de gênero ou educação sexual nas escolas, o que por si só já seria o suficiente para fazer a afirmação que abre este parágrafo. Entretanto, há ainda outros três grandes temas que se cruzam com este tópico: o suposto combate à pedofilia, afinal trata-se de associar a “ideologia de gênero” a riscos à integridade física das crianças; a abordagem de questões de gênero na mídia, uma vez que as propostas têm como alvo especificamente a programação infantil; e as iniciativas de criminalização, já que elas se referem basicamente a quem tenta ensinar sobre gênero ou *fazer apologia* desse assunto para crianças.

---

<sup>22</sup> O texto entre aspas consta da ementa do PL 2594/2021, do Pastor Gil (PL-MA), identificado via pesquisa no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>.

<sup>23</sup> O texto entre aspas consta da ementa do PL 3492/2019, de autoria de Bia Kicis (PSL-DF), Carla Zambelli (PL-SP), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e Ottaci Nascimento (Solidariedade-RR), identificado via pesquisa no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>.

<sup>24</sup> O texto entre aspas consta da ementa do PL 4520/2021, do Dr. Jaziel (PL-CE), identificado via pesquisa no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>.

### 3.3 Discursos em plenário

Até 2013, a expressão “ideologia de gênero” havia aparecido três vezes em discursos no plenário da Câmara dos Deputados: nos anos de 2003, 2004 e 2010 (LACERDA, 2019, p. 72). Mas foi em 22 de novembro de 2013 que o deputado Pastor Eurico (PSB-PE) resgatou o termo e o inseriu de vez no vocabulário da Casa. Desde então, até 31 de dezembro de 2021, foi registrado um total de 261 discursos mencionando “ideologia de gênero”.

Conforme o Gráfico 7 permite observar, houve uma curva de crescimento entre 2014 e 2017, período em que o plenário discutiu muitos assuntos que, na visão de neoconservadores, estão estreitamente associados a chamada “ideologia de gênero”, como o PNE e o Estatuto da Família. Em 2018, ano da campanha presidencial de Jair Bolsonaro — que se posiciona de forma alinhada à campanha antigênero —, surpreendentemente o número de menções à expressão no plenário caiu, para depois voltar a subir no ano seguinte, no início do mandato do novo presidente. Assim, 2017 e 2019 são, empatados, os anos de ápice de menções a “ideologia de gênero” em discursos na Câmara.

**Gráfico 7. Quantidade, ano a ano, de discursos de deputados em plenário contendo a expressão “ideologia de gênero” (2011-2021)**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

O ano de 2020 marca basicamente um retorno ao estágio de 2014, com poucas citações. Uma hipótese para a queda brusca é a pandemia de covid-19, que pode ter redirecionado as atenções dos parlamentares para outros assuntos. Estudos adicionais seriam necessários para aprofundar a análise daquele ano especificamente. O dado é que, em 2021, a “ideologia de gênero” volta a aparecer com mais frequência no plenário da Casa, no entanto ainda não está claro se a tendência é de aumento para os próximos anos ou se os altos e baixos registrados entre 2018 e 2021 devem se repetir.

Se compararmos o Gráfico 7 com o Gráfico 1 — que era o de propostas legislativas que incluíam a expressão “ideologia de gênero” —, podemos perceber que o crescimento registrado em 2015 e em 2019 é identificado em ambos. A diferença é que, no Gráfico 1, esses dois picos se distanciam muito dos demais anos, enquanto que no Gráfico 7 a impressão que fica é que o intenso uso de “ideologia de gênero” nos discursos feitos em 2015 reverbera nos anos seguintes, fazendo com que esta seja uma expressão comum do vocabulário neoconservador também ao longo de 2016 e 2017. O que é inegavelmente similar entre os dois gráficos é o comportamento a partir de 2019: há uma queda repentina em 2020 e, no ano seguinte, as menções — tanto em discursos quanto em propostas por escrito — não chegam a voltar para o patamar de 2019, mas se recuperam consideravelmente.

Um dado notável é que os dois primeiros discursos que citam “ideologia de gênero”<sup>25</sup> se incluem na discussão sobre a prática dever ou não ser transformada em crime — o que o STF fez mais tarde, em 13 de junho de 2019, equiparando a homofobia ao crime de racismo. O tema dos direitos LGBTQIA+, no qual a criminalização da homofobia se insere, também abarca o casamento entre pessoas do mesmo sexo, que foi autorizado pelo Supremo em 2011, gerou uma onda de protestos e pode ser considerado o marco inicial da onda neoconservadora brasileira — não à toa foi decisivo para a escolha do período analisado pelo presente trabalho. Portanto, é significativo que, mesmo em 2013, os primeiros discursos que trazem à tona a chamada “ideologia de gênero” versem, também, sobre direitos LGBTQIA+, questão responsável pelo estopim dessa nova onda.

Pastor Eurico (PSB-PE) pôs a “ideologia de gênero” no centro das discussões, em 22 de novembro de 2013, ao discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 122/2006, que propunha a criminalização da homofobia e havia sido colocado dias antes na pauta de votação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Ele chama atenção para “perigos” escondidos por trás da noção da chamada “ideologia de gênero”, recorrendo a um

---

<sup>25</sup> Dentro do período analisado neste trabalho, que é de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2021.

pânico moral ao afirmar que o projeto de lei em questão “pretende colocar os religiosos e os pais em todo o Brasil na cadeia ao se manifestarem contra a prática da homossexualidade”. É interessante notar que Pastor Eurico usa, desde já, o termo “kit gay”, que seria mais tarde tão popularizado por Jair Bolsonaro durante sua campanha presidencial, e que faz uso da retórica de classificar o tema como uma “bomba-relógio”, algo que será repetido por outros deputados com ideias afins, de modo a dar senso de urgência para a questão e já indicando que havia, em fins de 2013, um discurso montado por neoconservadores para abordar o tema.

Preciso aqui lembrar aos nobres Parlamentares que, por trás do uso sempre mais difundido da expressão “gênero”, no lugar da expressão “sexo”, esconde-se uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. A **ideologia de gênero** é um sistema fechado contra o qual não há como argumentar. Existem muitas pessoas que não estão ainda cientes dos perigos dessa nova proposta. [...] Não tenho dúvida de que a ideologia de gênero está sendo introduzida na legislação como uma **bomba-relógio**, com o objetivo de destruir o conceito tradicional da família como a união de um homem e uma mulher vivendo com compromisso de criar e educar filhos. A **bomba-relógio** trazida pelo PLC 122, de 2006, está armada, para ser detonada o mais rápido possível.[...] Com a ideologia de gênero imposta pela lei na educação, os **kits gay**, bissexual, transexual, lésbico etc. serão obrigatórios para as crianças em idade escolar. Com esses kits, já barrados pela Presidenta da República, que deixaram chocados todos que o assistiram, ou seja, será ensinado como elas devem fazer sexo, ao passo de fazer o proselitismo sobre o homossexualismo, isso tudo para as nossas crianças. Lamentavelmente, essa tendência já está sendo imposta em âmbito internacional. (Deputado Pastor Eurico, PSB-PE, discurso em plenário em 22/11/2013; grifos meus).

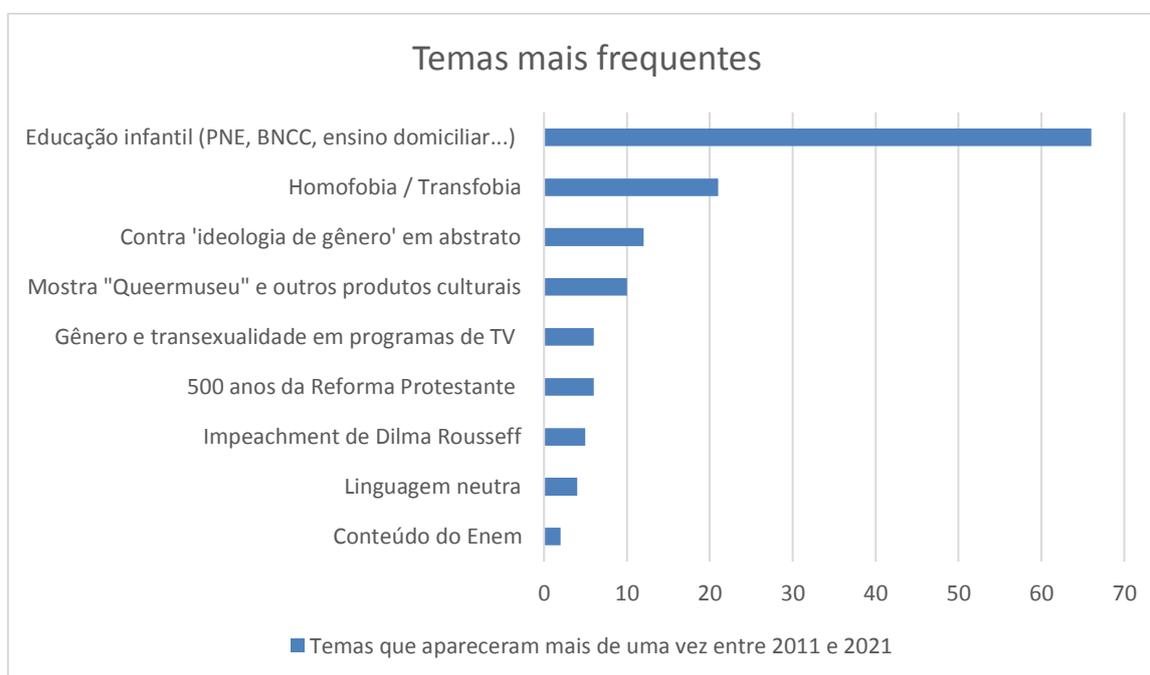
Discurso extremamente similar é o do Deputado Takayama (PSC-PR), por exemplo — não à toa, o segundo a ser proferido no plenário da Câmara mencionando a expressão “ideologia de gênero”. A retórica é a mesma. Ambos invocam valores religiosos e a importância da família tradicional enquanto instituição para repudiar o entendimento da homofobia como crime. Trazem também o recurso do exagero, para traçar suposições que extrapolam o caso em discussão e dialogam com o pânico moral em relação à educação de crianças, como pode ser observado no trecho abaixo:

Enquanto os militantes gays terão liberdade de dizer e fazer o que quiserem em todo e qualquer lugar fora das igrejas, os cristãos estarão totalmente impedidos fora das igrejas; se quiserem se expressar, deverão ir a um templo religioso para desabafar o que pensam. [...] Desse modo, a ideologia de gênero está sendo introduzida na legislação como uma **bomba relógio**, com o objetivo de destruir o conceito tradicional da família como a união de um homem e uma mulher vivendo com compromisso de criar e educar filhos. [...]. A continuar assim, em breve todos os alunos serão obrigados a aprender nas escolas a **ideologia de gênero**, que apresenta como sexualidade toda a abundância de opções fora dos padrões relacionados com a construção de uma família tradicional, uma instituição que não tem qualquer sentido dentro da ideologia

de gênero. Com a ideologia de gênero imposta pela lei na educação, os **kits gays**, bissexuais, transexuais, lésbicos etc. serão obrigatórios para as crianças em idade escolar. (Deputado Takayama, PSC-PR, discurso em plenário em 03/12/2013; grifos meus).

A questão do que é ou não ensinado a crianças em idade escolar logo ganharia a centralidade dos debates, como pode ser visto no Gráfico 8, que reúne os grandes temas mais recorrentes no plenário da Câmara, dentre os discursos sobre “ideologia de gênero”. Se a expressão começou a ser abordada em meio a discussões sobre direitos LGBTQIA+, em pouco tempo dispararam na frente os impasses em torno de educação sexual nas escolas, abordagem da perspectiva de gênero em material didático, ensino domiciliar — ou *homeschooling* —, entre outros assuntos afins.

**Gráfico 8. Temas de maior incidência nos discursos que continham a expressão “ideologia de gênero” feitos em plenário pelos deputados (2011-2021)**



*Obs.: Entre os anos de 2020 e 2021, houve 20 discursos cujas íntegras não foram disponibilizadas no sistema da Câmara dos Deputados, impedindo, assim, que se pudesse analisar os seus respectivos conteúdos.*

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

O debate se iniciou com a deliberação sobre o Programa Nacional de Educação (PNE), que teria de ser renovado para o período 2015-2025. Com isso, ao longo de 2014, as discussões

foram intensas, e o aspecto que mais dominou a pauta foi a inclusão das palavras “gênero” e “orientação sexual” no texto final — o que não aconteceu, uma vez que os neoconservadores conseguiram retirar esses termos do documento. Mesmo depois que obtiveram vitória no PNE, os grupos que se posicionavam antigênero seguiram discursando sobre o tema no plenário porque muitos municípios e estados estavam mantendo as palavras vetadas em seus planos municipais e estaduais de educação.

Depois disso, em 2017, houve muitos discursos centrados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com exigência de muitos deputados para que se retirasse do texto expressões como “identidade de gênero” e “orientação sexual”, além de uma discussão sobre incluir ou não regras novas para o ensino religioso, que o deixariam mais restrito.

A educação infantil é tema, por exemplo, de um discurso do deputado Professor Victório Galli (PSC-MT) em 2015, no qual ele reforça a retórica adotada por Pastor Eurico e Takayama, de que os que não concordarem — naquela ocasião, com a criminalização da homofobia, e, neste caso, com a educação sobre gênero nas escolas — podem sofrer penalizações. Essa argumentação ajuda a dar às questões de educação sexual contornos de ameaça à integridade — até mesmo física — dos conservadores, além de ameaça a tradições.

Caso esse desastre chegue às escolas estaduais, distritais e municipais de nosso País, acontecerá que todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas e que precisam inventar um gênero para si mesmas. Para isso, receberão materiais didáticos destinados a deformar sua identidade. E isso seria obrigatório, por força de lei. Os pais que se opusessem poderiam ser criminalizados. (Deputado Professor Victório Galli, PSC-MT, discurso em plenário em 21/05/2015).

A bancada evangélica da Câmara fez intensa campanha contra a inclusão da abordagem de “gênero” no PNE e na BNCC, mas é importante destacar que o papel da bancada católica também foi muito relevante, mostrando que, assim como foi decisiva para a criação da expressão “ideologia de gênero”, ainda nos anos 1990, a Igreja Católica continua tendo importância significativa para a disseminação dessa ideia. Juntas, as duas bancadas religiosas da Câmara conseguiram fazer grande pressão, como demonstra o discurso do deputado Eros Biondini sobre a votação relativa ao PNE:

Sras. e Srs. Deputados, quero falar em nome da bancada católica. Nós tivemos um pronunciamento do Cardeal Dom Orani Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, alertando todos sobre tema que temos acompanhado em relação ao Plano Nacional de Educação, que é o nosso posicionamento contrário à inclusão da ideologia de gênero no Plano. Portanto, Sr. Presidente, aqui fica este alerta aos Deputados da bancada católica: a não inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação. Esse é o posicionamento e a orientação

do cardeal; esse é o posicionamento da CNBB e também o nosso de bancada católica. (Deputado Eros Biondini, PTB-MG, discurso em plenário em 26/03/2014).

O tema da educação infantil é o que mais tem encontrado ressonância fora da Câmara também, em movimentos e associações neoconservadores. Assim sendo, é uma espécie de eco das ruas, o que estimula parlamentares a se dedicarem muito ao assunto, já que sabem que a repercussão para fora da Casa costuma ser grande. Para Luis Felipe Miguel (2016, p. 599), muito embora a campanha antigênero atinja de forma transversal políticas governamentais, a principal preocupação de neoconservadores religiosos ainda é, de longe, a educação, e em menor medida os meios de comunicação de massa. De fato, pode-se perceber no Gráfico 8 que a educação aparece muito à frente dos demais assuntos, tendo três vezes mais incidência do que o segundo colocado (Homofobia/Transfobia). Os meios de comunicação de massa aparecem na quinta colocação, com discursos que repudiam a abordagem de gênero e sexualidade em programas TV, especialmente os matinais, mais assistidos por crianças, e os da Rede Globo, alvo costumeiro entre neoconservadores. Isso se explica, de acordo com Miguel (2016, p. 599), porque os atuantes na campanha antigênero entendem “que as crianças seriam as mais vulneráveis à ‘ideologia de gênero’, que impediria a consolidação da identidade masculina ou feminina”.

O ponto focal do embate entre neoconservadores e ativistas da igualdade de gênero reside, ainda, na frase mais emblemática do feminismo, o “não se nasce mulher: torna-se mulher” de Simone de Beauvoir (1949, vol. II, p.15). A afirmação se justifica pelo entendimento de que o que define a identidade feminina e o que é esperado de uma mulher não é o órgão reprodutor e a anatomia do corpo dela (aquilo com o qual “se nasce”), mas a construção que foi socialmente feita em torno dela, criando papéis, estímulos e oportunidades diferenciadas em relação aos homens. “É essa reflexão que fica condensada no conceito de ‘gênero’”, diz Miguel (2016, p.597). O autor lembra, inclusive, que o termo “gênero”, embora rapidamente difundido, não é uma unanimidade entre as próprias feministas, mas por razões bem diversas das dos neoconservadores. “Feministas como Sheila Jeffreys julgam que a linguagem do ‘gênero’ retira centralidade da categoria ‘mulher’ e, assim, contribui para invisibilizar a dominação masculina” (MIGUEL, 2016, p. 597). Por sua vez, o movimento conservador reinterpreta o que Simone de Beauvoir queria dizer com sua célebre frase e vê a questão do gênero como uma “ameaça única, indistinta, de subversão dos arranjos familiares que são vistos, a um só tempo, como naturais, de origem divina e indispensáveis à reprodução da vida social” (MIGUEL, 2016, p. 597).

Não é apenas em conteúdos didáticos que neoconservadores identificam essa “ameaça”, mas em diversos aspectos comportamentais dentro do ambiente escolar. Um dos exemplos mais marcantes foi o caso do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que permitiu a seus alunos meninos incluírem a saia entre suas opções de uniforme. Além disso, alguns professores tiveram a autonomia de colocar termos como “alunx” em vez de “aluno(a)” no cabeçalho de exames escolares. Isso motivou discursos inflamados de parlamentares do Rio de Janeiro como Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), especialmente no ano de 2016.

Eu acreditava que isso era só bandeira do PT, mas o Governo do PT já foi, agora é o Governo do Presidente Michel Temer. Eu, honestamente, venho à tribuna e inclusive faço um apelo ao Ministro da Educação, o nosso colega Deputado Mendonça Filho, que é do meu partido. Ministro Mendonça Filho, eu gostaria que V.Éxa. tomasse as providências, porque isso é uma afronta às famílias dos alunos de bem do Colégio Pedro II. Se essa moda pegar no Brasil, onde é que nós vamos parar? (Deputado Sóstenes Cavalcante, DEM-RJ, discurso em plenário em 20/09/2016).

Fazendo coro com Cavalcante, o então deputado Jair Bolsonaro, que na época pertencia ao PSC-RJ, foi além e disse considerar “um balão de ensaio o que estão fazendo no Colégio Pedro II”, que estaria “totalmente tomado por marginais do MST”, dando a entender que haveria algum tipo de conspiração para que as escolas, a começar pelo Colégio Pedro II, fossem usadas como laboratório de algo *maligno* vindo das esquerdas:

Nós conhecemos a máxima de Lenin de que não se tomem quartéis, mas sim escolas. Eles agora estão mostrando realmente a que vieram, estão ocupando escolas e, lá dentro, um verdadeiro bunker, estão promovendo o desrespeito à constituição, o desrespeito à família, baseado na ideologia de gênero. (Deputado Jair Bolsonaro, PSC-RJ, discurso em plenário em 18/10/2016).

É interessante notar que, por vezes, discursos tão veementes contra o modo como a educação brasileira é conduzida na ponta, nos estados e municípios, fogem do controle dos próprios deputados que incitaram um pânico moral entre muitos pais. Isso pode ser observado, por exemplo, em uma fala de 2019 do deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), um dos parlamentares que até hoje mais recorreram à alegação de “ideologia de gênero” no plenário (conforme o Gráfico 9). Em seu discurso, ele lamenta que uma mãe de Mangaratiba — município cujo prefeito é um aliado de Otoni — tenha denunciado nas redes sociais o que ela considerou ser uma “doutrinação de ideologia de gênero” na escola de seu filho.

Sr. Presidente, o vídeo de uma mãe reclamando de uma suposta tentativa de ideologia de gênero em uma escola municipal em Mangaratiba está circulando

nas redes sociais. **Na verdade, essa mãe está confundindo o que é uma doutrinação de ideologia de gênero, que existe, com o ensino de Biologia**, que é o que acontece na escola municipal em Mangaratiba. Eu liguei para o meu querido Prefeito Alan Bombeiro, e ele está a par de toda a situação. Quero apenas fazer o esclarecimento de que o que a escola está ensinando é completamente normal para uma criança daquela idade. Portanto, parabéns aos professores da rede municipal de Mangaratiba e ao Prefeito Alan Bombeiro, pela seriedade da condução do Município. (Deputado Otoni de Paula, PSC-RJ, discurso em plenário em 03/09/2019; grifo meu).

Para além dos temas envolvendo educação, que de fato centralizam muito da pauta neoconservadora, aparecem em destaque temas como o repúdio à “ideologia de gênero” como um todo, em abstrato, que é quando os parlamentares se dirigem ao plenário simplesmente para manifestar repúdio ao uso da perspectiva de gênero — e muitas vezes ao uso da palavra “gênero” em si —, de forma geral. Outro assunto relevante identificado no mapeamento feito nesta pesquisa foi o ataque a artistas e produções culturais, em especial à mostra “Queermuseu”, realizada em algumas cidades do país entre 2017 e 2018. Muitos grupos antigênero viram na exposição apologia à pedofilia e à zoofilia, fazendo até mesmo com que a primeira mostra, sediada em Porto Alegre (RS), fosse fechada às pressas pelo Santander Cultural. Após tanta polêmica, foi considerada “a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos” (CARNEIRO, 2018).

Entre os temas de ainda pouca incidência quando se refere a “ideologia de gênero”, está a chamada linguagem neutra — mais comumente, o uso de “x” ou “e” nas terminações das palavras, numa tentativa de desassociar aquelas palavras com um gênero específico, em geral o padrão masculino. Esse tema só chegou aos discursos no plenário da Câmara em 2021<sup>26</sup>, e observa-se certa indicação de que ele possa aparecer mais e mais. A linguagem é vista, neste caso, como mais uma ferramenta para promover a doutrinação da “ideologia de gênero”. Os alvos preferenciais seriam, mais uma vez, os estudantes, como destaca em seu discurso o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ):

A linguagem neutra é mais uma tática de destruição da família e seus valores. Aí me perguntam: "Como?". Movimentos antifamília tradicional, como o movimento LGBTQI+ e o feminismo, querem impor à sociedade uma destruição de valores que passa também pela linguagem, que, ainda que não seja adotada pela sociedade, poderá ser adotada pela geração que foi idiotizada pela Esquerda. Aí está o alvo. Esses movimentos antifamília e anticristo querem atingir a nova geração. É por isso que o PT destruiu a educação de base e transformou as universidades em um campo de formação política e

---

<sup>26</sup> Antes disso, o debate sobre o uso de “alunx” em algumas provas do Colégio Pedro II já havia chegado à Câmara em 2016, mas se inscrevia em um cenário de ataque ao colégio em si, enquanto instituição, por estar associado a valores de esquerda, na visão de neoconservadores. Portanto, a questão da chamada linguagem neutra ainda não representava, naquele momento, um debate sobre o qual parlamentares se debruçavam.

ideológica hostil aos conservadores, a fim de formar profissionais de educação militantes e tão idiotizados quanto a geração que a eles cabe idiotizar. (Deputado Otoni de Paula, PSC-RJ, discurso em plenário em 18/11/2021).

No entanto, há temas que, em tese, não deveriam ser ligados diretamente a questões de gênero, como o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, realizado em 2016, e as homenagens aos 500 anos da Reforma Protestante, celebrados em 2017. Nas duas oportunidades, deputados aproveitaram seu momento de discurso para bradar contra a alegada “ideologia de gênero”, como foi o caso de Stefano Aguiar (PSD-MG), que, em seu discurso na véspera da votação, afirmou que não iria se ater “a detalhes sobre o crime de responsabilidade, que já foi demasiadamente discutido [...]. Quero citar os crimes de irresponsabilidade. Pelo menos um deles, o que eu acho mais grave, que é o **crime de irresponsabilidade** contra a família brasileira” (Deputado Stefano Aguiar, PSD-MG, discurso em plenário em 15/04/2016; grifo meu). Nessa mesma linha, seguiu Arolde de Oliveira (PSC-RJ), que disse considerar que a introdução da “ideologia de gênero” nas escolas faz parte de um projeto “marxista-leninista” ou “gramscista-marxista”, e que só poderia ser interrompido com a saída de Dilma do poder:

O voto favorável ao afastamento de S.Exa., a Presidente da República, garante também a interrupção de um processo marxista-leninista na sociedade brasileira que já está em estágio muito avançado. A esquerda está no poder há mais de 13 anos [...] e ensaia a última etapa do processo gramscista-marxista. Temos que interromper esse processo. [...] A decomposição da família natural, depois do kit gay, da substituição do Dia dos Pais pelo Dia do Cuidador, da Lei da Palmada, etc., passa a ser intensificada em escala avassaladora pela introdução da ideologia de gênero nas escolas. Através dela, deixam de existir meninos e meninas, e passam a ser apenas crianças. A identidade sexual virá com o tempo, e, enquanto isso, são liberados os fundamentos do homossexualismo, provável caminho para a promiscuidade sexual. (Deputado Arolde de Oliveira, PSC-RJ, discurso em plenário em 16/04/2016).

Numa tentativa de se contrapor às falas de apoiadores da presidente Dilma Rousseff, que tratavam o *impeachment* como golpe, o Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) destacou em plenário, no dia mesmo da votação pelo afastamento da mandatária, que “golpe foram eles que deram, ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças com a abordagem de assuntos sexuais, para crianças com menos de 4 anos de idade, com a sepultada – graças a Deus – ideologia de gênero” (Deputado Marco Feliciano, PSC-SP, discurso em plenário em 16/04/2016).

Não é, portanto, sem razão que determinada parte da literatura sobre campanhas antigênero já identificam o *impeachment* da presidente brasileira como um momento-chave

importante na trajetória da narrativa sobre a “ideologia de gênero”. Ainda que o assunto não fosse diretamente relacionado a questões de gênero, a postura das esquerdas em geral em relação a gênero — e especificamente do PT, que na visão de neoconservadores sintetiza as esquerdas, mesmo que ele esteja de fato mais alinhado à centro-esquerda — era extremamente desaprovada por setores neoconservadores e serviu para inflamar a repulsa a qualquer possibilidade de governo de esquerda. Do mesmo modo que se alegou na Colômbia que o acordo de paz entre o governo e as Farc escondia, de modo obscuro, reais intenções de implantar a “ideologia de gênero” e controlar os cidadãos, também no Brasil se alegou com frequência que o afastamento de Dilma era necessário porque o plano de poder do PT incluía usar a “ideologia de gênero” para doutrinar as pessoas de modo a controlá-las — ainda que em mais de uma década no poder o partido não tivesse feito algo assim.

Os temas do *impeachment* e do aniversário da Reforma Protestante não são os únicos, porém, que se distanciam das discussões originalmente travadas em relação a gênero. Existem alguns outros assuntos que não aparecem no Gráfico 8 porque foram mencionados, cada um, em somente um discurso. Mas, se vistos em conjunto, esses temas revelam um panorama de ampliação do escopo que a retórica da “ideologia de gênero” atinge. A partir de 2016 — ano tão emblemático para as campanhas antigênero no Brasil e na América Latina, dadas as diversas iniciativas nessa seara —, passou a ser frequente que a “ideologia de gênero” fosse mencionada em discursos sobre temas distantes das questões que envolvem gênero.

Um exemplo é o discurso de Lincoln Portela (PRB-MG), em 2016, sobre a escalada da violência nas grandes cidades e a falta de segurança pública. Ele argumenta que os governos do PT foram responsáveis pelo aumento da violência, que seria motivada pela “inversão de valores”. Portela afirma que, dentre os episódios de violência dos anos recentes, destacam-se episódios de violência dentro do ambiente escolar, envolvendo alunos que agredem fisicamente professores. “Eles [os governos petistas] foram responsáveis por colocar goela abaixo a ideologia de gênero nas escolas dos nossos filhos! Isso é uma violência contra a Nação brasileira, é uma violência contra os professores” (Deputado Lincoln Portela, PRB-MG, discurso em plenário em 10/05/2016).

O mesmo parlamentar também recorreu à “ideologia de gênero” para construir sua argumentação em meio à votação de uma emenda sobre precatórios da União, questão econômica que, *a priori*, em nada se relacionavam com a pauta de gênero.

Sr. Presidente, aproveitando o entrevero aqui no plenário, eu quero dizer que a questão da ideologia de gênero foi abarcada por aqueles que seguem Marcuse, Engels, Marx ou outros. Porém, a ideologia de

gênero não é uma coisa da Esquerda. Ela, lamentavelmente, nasce no empresariado americano, europeu, um grande comércio mundial. E o Brasil é terreno fértil [...]. (Deputado Lincoln Portela, PRB-MG, discurso em plenário em 03/10/2017).

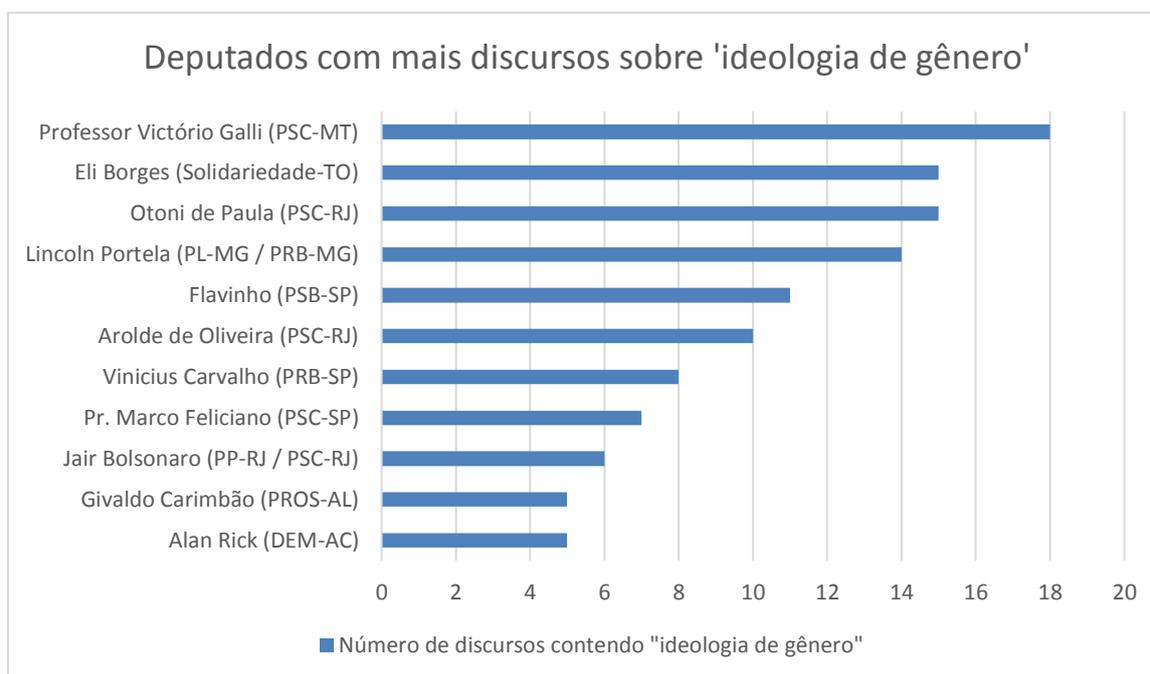
Ainda na seara econômica, em 2021 a Câmara dos Deputados aprovou um acordo de livre comércio entre Brasil e Chile, acordo este que havia sido negociado e assinado em 2018 pelo então presidente Michel Temer e pelo presidente chileno Sebastián Piñera, atualizando o Acordo de Complementação Econômica de 1996 (CÂMARA..., 2021). A ideia principal seria incentivar o comércio de eletrônicos e telecomunicações e facilitar a circulação de pessoas entre esses dois países. O acordo também previa que as duas nações se dediquem a incorporar as contribuições dos povos indígenas e das comunidades tradicionais para o desenvolvimento sustentável, entre outras diretrizes comuns de caráter mais social. No entanto, alguns parlamentares viram na proposta aspectos que remeteriam à “ideologia de gênero”, o que classificaram como “jabutis” — termo político que se refere à inserção de elementos alheios ao tema principal da proposta. Por isso, ao responder à presidência da Câmara como o PSL votava, o deputado Carlos Jordy liberou a bancada para não seguir um voto único uma vez que o partido prepararia ainda uma emenda sobre o tema:

Presidente, o PSL entende a importância das relações comerciais do Brasil com o Chile, entende que a economia entre os dois países será fomentada com esse acordo, mas libera a bancada por termos alguns jabutis no acordo, envolvendo questões como ideologia de gênero e feminismo. Iremos apresentar uma emenda com uma cláusula interpretativa para que esses trechos não sejam interpretados como se nós estivéssemos adotando a ideologia de gênero e o feminismo. (Deputado Carlos Jordy, PSL-RJ, discurso em plenário em 03/03/2021).

De fato, tais discursos corroboram a percepção de Caminotti e Tabbush (2020; p. 31) de que grupos neoconservadores “estão expandindo seu campo de ativismo para além do sexo e da reprodução, em direção a outras políticas que até agora não haviam sido objeto de questionamento doutrinário ou moral”. A noção de “ideologia de gênero” tem sido usada mesmo quando não se trata de políticas específicas de gênero e mesmo quando o macrotema que está em discussão pouco ou nada tem a ver, originalmente, com a ideia de gênero. Assim, “o ativismo conservador radicaliza sua defesa da família tradicional e coloca um número crescente de propostas de igualdade de gênero como contrárias aos valores religiosos e nacionais” (CAMINOTTI e TABBUSH, 2020, p. 27). Esse novo quadro, de expansão dos alvos

possíveis das campanhas antigênero, suscita antagonismos morais ou religiosos antes não visíveis — e torna a *ameaça do gênero* uma espécie de ameaça onipresente.

**Gráfico 9. Deputados que mais fizeram discursos em plenário que incluíam o termo “ideologia de gênero” (2011-2021)**



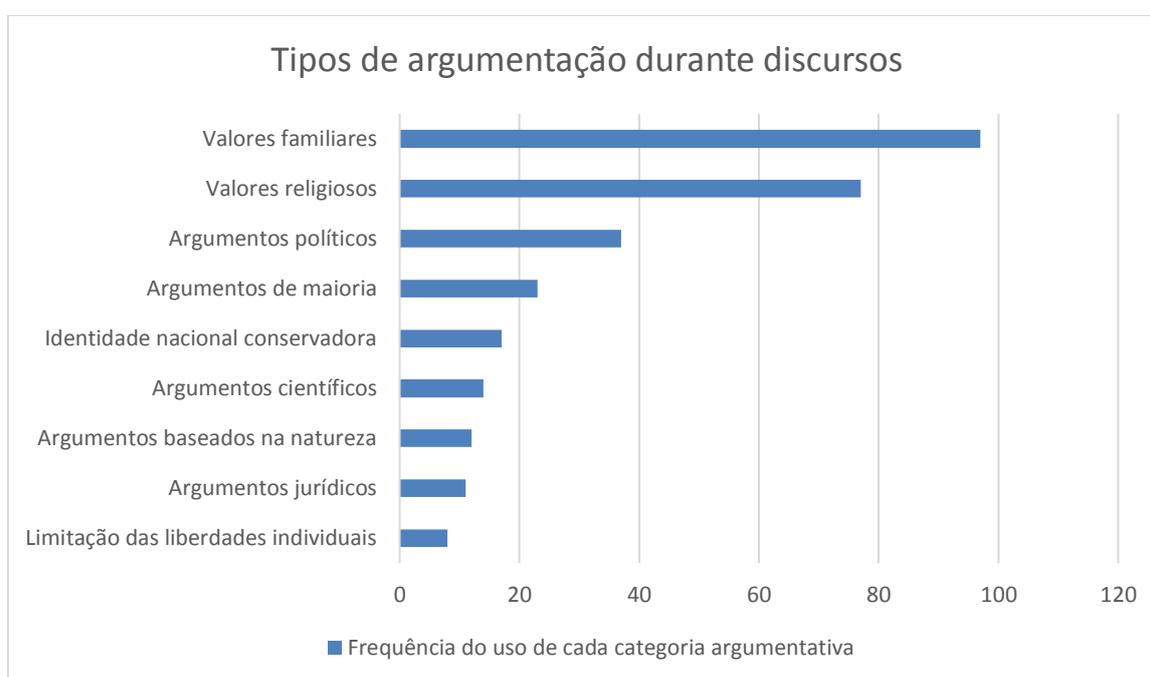
Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Muitos dos deputados já citados neste trabalho estão entre os que mais recorreram à expressão “ideologia de gênero” em seus discursos na Câmara. O líder desse ranking é o Professor Victório Galli (PSC-MT), seguido por Eli Borges (Solidariedade-TO) e Otoni de Paula (PSC-RJ). A maioria dos parlamentares integra o PSC, partido ao qual pertenceu Jair Bolsonaro de 2016 a 2018, quando então se filiou ao PSL. Bolsonaro, aliás, aparece em nono lugar na lista, sendo precedido pelo Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), outro importante e popular nome da ofensiva antigênero no país.

Vale destacar os tipos de argumentos utilizados por esses deputados em seus discursos. Nesta pesquisa, foram classificadas nove categorias argumentativas: valores familiares; valores religiosos, argumentos políticos; argumentos de maioria; identidade nacional conservadora; argumentos científicos; argumentos baseados na natureza; argumentos jurídicos; e limitação das liberdades individuais. A cada discurso foi atribuída uma ou mais categorias, sem limite

estabelecido. Enquanto alguns discursos se encaixaram em apenas uma forma de argumentação, outros podem ser enquadrados em cinco categorias, por exemplo. Isso vale especialmente para os discursos mais longos. Essa análise resultou no Gráfico 10, que pode ser visto abaixo, indicando que os valores familiares e religiosos permanecem como os principais e mais recorrentes argumentos na hora de se manifestar em repúdio à “ideologia de gênero”. Apesar disso, é possível notar também que argumentos científicos e jurídicos, por exemplo, vêm ganhando força, em especial nos últimos anos.

**Gráfico 10. Categorias argumentativas utilizadas por deputados que discursaram em plenário contra a “ideologia de gênero” (2011-2021)**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Desde 2014, são usados por vezes argumentos baseados na natureza, destacando que homens e mulheres são como são e têm os papéis sociais que têm porque isso é o “natural”, porque foi assim que eles nasceram. Porém, é a partir de 2017 que argumentos científicos ganham espaço, com deputados trazendo para o plenário estudos acadêmicos e argumentos que recorrem à ciência, mais especificamente à biologia e à psicologia, para repudiar o uso da palavra “gênero” em qualquer política pública. E apenas o uso feito nesses últimos anos já foi

responsável por colocar esse tipo de argumento em sexto lugar na lista dos mais utilizados nos discursos em plenário, ultrapassando os baseados na natureza.

Essa constatação vai ao encontro da tese de que o discurso neoconservador antigênero tem se secularizado aos poucos, travando um esforço para substituir, em determinados momentos, seus argumentos religiosos por científicos. O que este trabalho permite observar, no entanto, é que o cenário é ainda mais complexo. Não se trata meramente de trocar uma forma de argumentação que remete ao divino por uma forma secular, mas, sim, imbricar uma na outra. Assim, ao contrário de reforçar o embate histórico entre ciência e religião, grupos antigênero fazem uso de pressupostos científicos específicos, escolhidos a dedo, para corroborar ideias religiosas, e, assim, unir os dois argumentos. É isso o que vemos, por exemplo, em um discurso do deputado Eli Borges (Solidariedade-TO), que define a “família tradicional” como algo tão cientificamente descrito como bíblicamente ordenado:

Ocorre, Sr. Presidente, que a criança tem a fase cognitiva e, nessa fase, está despreparada para o debate que acontece na escola, até porque de um lado há um adulto, que é o professor, e ela é apenas uma criança na fase cognitiva. As crianças, como dizem os psicólogos, não sabem discernir entre orientação, mandamento e sugestão. Elas não estão preparadas para esse debate. A biologia, que já é ensinada nas escolas — e não estamos contra a biologia, que é ciência —, traz as etapas desse ensinamento, compreendendo também as etapas do crescimento psíquico-emocional das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Fica o registro, fica a minha posição. Queria externar o meu repúdio a pessoas que insistem nisso, em detrimento da imensa maioria dos brasileiros, que está dizendo: “Respeitem a família tradicional, **nos moldes da ciência e da criação**”. (Deputado Eli Borges, Solidariedade-TO, 03/09/2019).

Muitos parlamentares têm trazido também, nos últimos anos, argumentos jurídicos, alegando que o ativismo de gênero desrespeita a Constituição ou leis específicas. É comum, ainda, argumentar que a identidade nacional é intrinsecamente conservadora e que, por isso, não combinaria com políticas progressistas no que diz respeito a gênero. Essa categoria argumentativa aparece frequentemente associada a outra, a do argumento de maioria, que é aquele que usa como justificativa para suas defesas a alegação de que está seguindo o que a maioria da população deseja. Aparece muito combinado também com argumentos religiosos, quando, por exemplo, deputados afirmam que os cristãos formam a maioria do Brasil e por isso suas interpretações de mundo precisam ter maior peso.

Também argumentos políticos surgem com frequência: são casos, por exemplo, em que os parlamentares destacam que o Poder Judiciário está usurpando alguma competência do Poder Legislativo, ou quando afirmam que determinada votação vai contra o regimento interno da

Câmara. Por fim, a categoria argumentativa que, neste trabalho, ganhou o nome de “limitação das liberdades individuais” ocorre quando a alegação do deputado é de que a aprovação de alguma política pró-gênero impede a livre manifestação dos grupos neoconservadores — como no debate sobre a criminalização da homofobia, quando parlamentares afirmaram que tal lei cercearia o direito de religiosos se manifestarem publicamente contra casais do mesmo sexo. Nesta categoria, recorre-se com muita frequência ao conceito de liberdade de expressão.

Tendo em vista essas observações, é possível afirmar que a forma de argumentação antigênero tem se diversificado, especialmente a partir de 2017, incorporando com maior frequência argumentos que vão além da defesa da *família tradicional* acima de tudo e de valores religiosos. Esses dois aspectos se mantêm, mas se unem a outros recursos retóricos de modo a dar força ao discurso antigênero e fazer com que ele adquira capilaridade em um número maior de setores da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa identificou a existência de dois períodos de pico de propostas legislativas antigênero na Câmara dos Deputados na última década. São eles os anos de 2015 e 2019, ambos com muito mais iniciativas de combate à suposta “ideologia de gênero” do que qualquer outro período. Há alguns aspectos que podem ajudar a explicar por que isso ocorreu precisamente nesses dois momentos. Um deles é que ambos os anos marcaram inícios de legislaturas, e, em ambos os casos, a nova leva de deputados que chegava tornava a Casa mais conservadora do que na legislatura anterior. Outro aspecto fundamental a se levar em conta é que 2015 também marca a chegada do deputado Eduardo Cunha à presidência da Câmara, tornando-se o primeiro evangélico a ocupar o posto. Ele desarquiva uma série de propostas de interesse da bancada evangélica — dentre elas, algumas pedindo que se restrinja direitos LGBTQIA+ e que o aborto seja criminalizado em determinados casos em que hoje ele é legal, como na ocorrência de uma gravidez após estupro, por exemplo. Cunha passa a dar celeridade a todas as pautas deste tipo, que conseguem então tramitar muito rapidamente na Câmara. Ele passa, assim, a ser peça-chave na mobilização neoconservadora no cenário político.

Além disso, o ano de 2015 foi o primeiro após a reeleição de Dilma Rousseff, que à essa altura sofria de baixíssima popularidade e escasso apoio no Congresso, sendo alvo de frequentes ataques sexistas, o que pode ter aumentado a animosidade da Câmara com relação a pautas pró-gênero. É preciso lembrar que boa parte dos novos deputados que passaram a compor a Câmara naquele ano tinha origem justamente na mobilização neoconservadora e religiosa que fazia oposição a Dilma. Essa oposição havia participado de protestos nos anos imediatamente anteriores clamando por mais espaço para pautas de costumes e associando a imagem da presidente — a primeira presidente mulher do Brasil — a um fracasso político e econômico. Simbolicamente, a imagem de Dilma — não só como governante, mas como mulher — sofria um desgaste crescente. Cabe supor que isso tenha respingado nos posicionamentos dos parlamentares frente a demandas feministas, em especial quando se observa que a votação do *impeachment* da presidente, depois de apenas um ano de mandato, seria marcada por discursos de tom religioso, em defesa da *família tradicional* e com características marcadamente misóginas (ARGOLO e RUBIM, 2018, *passim*).

É, ainda, em 2015 que realmente fica acalorada a discussão sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), cujo texto final viria a ser aprovado naquele mesmo ano com veto aos termos “gênero” e “orientação sexual”. Tendo todos esses aspectos em vista, é possível afirmar que é

a partir de 2015 que a mobilização anti-“ideologia de gênero” de fato adquire protagonismo na cena política brasileira.

O ano de 2019, por sua vez, além de também ser o início de uma nova legislatura, ainda mais conservadora que a anterior, é o primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro, presidente de extrema direita. Uma maior disposição da nova Câmara na ofensiva antigênero pode estar relacionada a um esforço de corresponder à expectativa de eleitores que deram a vitória não só a Bolsonaro, mas também a parte significativa dos parlamentares.

Para tentar manter fiel esse eleitorado, o tema central abordado pelos deputados neoconservadores — considerando-se somente o campo do combate à “ideologia de gênero” —, é a educação infantil, tanto nas propostas legislativas quanto nos discursos em plenário. O pânico moral em torno da educação sexual para crianças é altamente explorado, e a maioria dos outros assuntos que motivam iniciativas relacionadas à “ideologia de gênero” acabam por orbitar em torno da educação. Um exemplo é o combate à pedofilia, que, para esses deputados, só será resolvida com a eliminação de qualquer ensino com perspectiva de gênero nas escolas.

Entretanto, apesar do foco na educação infantil, chama atenção que a “ideologia de gênero” é mencionada em meio a discussões sobre assuntos *a priori* totalmente descolados das questões tradicionalmente atacadas por ofensivas antigênero, como direitos sexuais e reprodutivos ou direitos LGBTQIA+. Por exemplo, em um discurso em plenário, a “ideologia de gênero” foi mencionada na argumentação de um deputado como sendo uma das responsáveis pela escalada da violência urbana. Já em outro discurso, ela foi citada como sendo um “jabuti” — isto é, uma intenção escusa, algo escondido — em um acordo de livre comércio entre Brasil e Chile no âmbito do Mercosul, assinado em 2018. Como a proposta do acordo trazia em seu texto a menção à responsabilidade dos dois países de buscar o desenvolvimento sustentável, que dentre outros aspectos inclui a igualdade de gênero, isso levantou a suspeita de neoconservadores de que o acordo poderia ter um enfoque de gênero que seria prejudicial às suas causas. Esses episódios sugerem que o escopo da retórica da “ideologia de gênero” e da ofensiva antigênero como um todo tem aumentado, incidindo sobre algumas áreas de forma inédita. Há precedente para isso, por exemplo, na Colômbia, onde a argumentação sobre a “ideologia de gênero” foi peça-chave para o triunfo do “não” ao acordo de paz do governo com as Farc, em um plebiscito de 2016. Segundo Rondón (2017, p. 139-140), o fato de o acordo reconhecer que o conflito armado impactou de modo diferente homens, mulheres e a população LGBTQIA+ fez com que grupos neoconservadores se mobilizassem para a sua rejeição.

Em relação aos tipos de argumentos utilizados por deputados brasileiros para justificar o repúdio à chamada “ideologia de gênero”, os valores familiares e religiosos ainda se mostram

como os principais. No entanto, pode ser observada uma tendência de misturá-los a argumentos *seculares*, como científicos, jurídicos e políticos. Destacam-se os discursos em que “a ciência e a criação”<sup>27</sup> são colocadas como irmãs, já que muitos deputados têm recorrido a aspectos biológicos na tentativa de corroborar a visão cristã de que os papéis de gênero são *naturais* — e não uma construção social — porque dependem da anatomia do corpo do homem e da mulher. A biologia também é muito usada para afirmar que a noção de “gênero” é uma falácia, existindo apenas o sexo masculino e o feminino, destinados a procriar. O esforço para *secularizar* a argumentação se mostra útil para que o discurso encontre boa aceitação mesmo entre setores não religiosos da população. Ainda assim, os elementos religiosos não são abandonados. A partir da análise do conteúdo dos discursos feitos em plenário, o que se percebe é uma imbricação de ambos, de modo que eles soam como um só aos ouvidos dos brasileiros. Assim, os ativistas e defensores de pautas de igualdade de gênero seriam vistos como contrários não só às religiões católica e evangélica, mas também à ciência.

Já sobre o número de discursos citando “ideologia de gênero” no plenário da Câmara, fica explícita uma curva crescente de 2013 até 2017, quando ela atinge seu ápice. Depois disso, há uma queda expressiva em 2018, um retorno ao ápice em 2019, uma nova queda em 2020, e uma subida modesta em 2021. O quadro não nos permite avaliar se esses altos e baixos se manterão pelos próximos anos ou se surgirá alguma estabilidade. É possível que a pandemia de covid-19 tenha exercido alguma influência sobre esses números, ao redirecionar a atenção de muitos parlamentares. Uma análise mais aprofundada sobre a mobilização em torno de pautas antigênero durante a pandemia pode ajudar a revelar se a calamidade sanitária impactou nessa mobilização e, se sim, como exatamente. Outro dado relevante é que as Regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que mais se destacaram na quantidade de propostas legislativas para combater a “ideologia de gênero”. Nessa seara, abre-se também uma nova agenda de pesquisa que venha a se debruçar sobre os motivos que levam a esse cenário. A expectativa é de que o presente trabalho consiga contribuir com essas e outras possibilidades de pesquisa dentro do campo dos estudos de gênero.

Em suma, o estudo realizado ao longo destas páginas mostra que foi a partir de 2015 que a retórica da “ideologia de gênero” adquiriu papel fundamental na Câmara dos Deputados e, desde então, vem influenciando pautas cada vez mais diversas e com mais argumentos seculares unidos aos religiosos, ampliando seu escopo de atuação, que inicialmente se concentrava na área dos direitos sexuais e reprodutivos.

---

<sup>27</sup> As aspas remetem à fala do deputado Eli Borges (Solidariedade-TO), durante discurso no plenário da Câmara em 03/09/2019.

Num esforço de reflexão mais ampla sobre o atual cenário, conectando os achados da pesquisa com os debates globais e latino-americanos que perpassam o estudo, percebe-se que a trajetória da “ideologia de gênero” no Brasil tem, de certo modo, caminhado junto com o restante da América Latina. Enquanto a movimentação em torno do tema se intensificou na Europa em 2010, em parte expressiva dos países da América Latina isso ocorreu em meados da década, embora acontecimentos importantes já tivessem se dado. Uma confluência é observada por volta de 2015 e 2016 em países como Brasil, Argentina, Peru e Colômbia.

Esse contexto pavimentou, em grande medida, a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Outro aspecto importante para pavimentar esse caminho foi uma radical mudança religiosa-cultural desde a década de 1980, com o declínio do cristianismo de libertação (LÖWY, 1997) — do qual a teologia da libertação foi a expressão mais marcante — e a ascensão das igrejas neopentecostais conservadoras, bem como de grupos católicos conservadores (PLEYERS, 2020). Isso forneceu uma forte base moral para o espectro político conservador, colocando questões morais como aborto e homossexualidade como ponto central de sua agenda. Apesar de essa movimentação não parecer ter efeitos em curto prazo sobre as políticas públicas, já que a América Latina experimentou um ciclo progressista nos anos 2000, há indícios de que a mudança religiosa-cultural teve impactos de longo prazo, sentidos somente em anos recentes.

Ademais, neoconservadores têm seguido uma tendência de identificar a ameaça da “ideologia de gênero” em um número crescente de agendas. Isto é, a tal “cola simbólica” mencionada por Grzebalska, Kováts e Petö (2017) tem servido para *colar* um número cada vez maior de pautas e atores. É também notável a importância da religião para se compreender o avanço da noção de “ideologia de gênero” e suas consequências políticas. Apesar de um uso crescente de argumentos seculares, como científicos e jurídicos, os atores políticos no Brasil têm unido esse tipo de argumentação àquela fundamentada em aspectos religiosos. Assim, a religião segue tendo papel fundamental. É importante, aliás, que, apesar da tendência de secularização nas análises acadêmicas, os cientistas sociais não desconsiderem o estudo das religiões como aspecto relevante para compreender avanços neoconservadores e reacionários. Vale destacar ainda que, embora sejam de grande importância os estudos sobre atores progressistas e movimentos sociais progressistas, é essencial que se pesquise também sobre atores conservadores e suas mobilizações políticas e sociais. Conhecer esses aspectos pode ser de grande valia, não só academicamente, mas também para a tomada de posição dentro de movimentos sociais.

Os dados empíricos obtidos nesta pesquisa mostram que a ascensão da “ideologia de gênero” no Brasil está fortemente relacionada a momentos-chave da política institucional entre

2011 e 2021. Mas o estudo também permite compreender que essa ascensão está ligada a um alongado processo que vai muito além das últimas disputas eleitorais. Trata-se de um efeito social, religioso e cultural de longo prazo: a mobilização foi iniciada nos anos 1990 e parte significativa de suas consequências foram sentidas duas décadas mais tarde. Tendo isso em vista, a renovação de movimentos feministas observada ao longo da década de 2010 (BUARQUE DE HOLLANDA, 2018; DAFLON, 2019), com intensa participação de jovens, dá certa esperança de que haja também possíveis impactos de longo prazo no perfil cultural-político brasileiro, tornando-o mais progressista daqui a algumas décadas, à semelhança do que a mobilização católica e neopentecostal conservadora conseguiu alcançar no salto dos anos 1990 aos anos 2010.

## REFERÊNCIAS

- 8% APROVAM e 71% reprovam governo Dilma, diz Datafolha (2015). *GI*. Publicado em 06 Ago 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>>. Acesso em 09 Fev. 2022.
- ALÉM do azul e rosa: outras opiniões de Damares Alves (2019). *Veja*. Publicado em 03 Jan. 2019. Disponível: <<https://veja.abril.com.br/politica/alem-do-azul-e-rosa-outras-opinioes-de-damares-alves/>>. Acesso em 10 Jan. 2022.
- ALMEIDA, Suzano (2018). Estatuto da Família é promulgado pela Câmara Legislativa e vira lei. *Metrópoles*. Publicado em 28 Jun. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/estatuto-da-familia-e-promulgado-pela-camara-legislativa-e-vira-lei>>. Acesso em 17 Jan. 2022.
- ALVAREZ, Sonia (2014). *Para além da sociedade civil*: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu, n. 43, p. 13-56.
- ANTUNES, Leda (2021). Marco histórico: há dez anos STF reconheceu união homoafetiva e mudou a vida das famílias LGBT+ no Brasil. *O Globo*. Publicado em 05 Mai. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/marco-historico-ha-dez-anos-stf-reconheceu-uniao-homoafetiva-mudou-vida-das-familias-lgbt-no-brasil-25002549>>. Acesso em 18 Dez. 2021.
- APÓS 14 horas de debate, Senado da Argentina aprova casamento gay (2010). *GI*. Publicado em 15 Jul. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/senado-da-argentina-aprova-o-casamento-gay.html>>. Acesso em 18 Dez. 2021.
- ARGENTINA: manifestantes protestam contra casamento gay (2010). *GI*. Publicado em 13 Jul. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/argentina-manifestantes-protestam-contra-casamento-gay.html>>. Acesso em 18 Dez. 2021.
- ARGOLO, Fernanda; RUBIM, Linda (Org.) (2018). *O golpe na perspectiva de gênero*. Coleção Cult. Salvador: Edufba.
- BEDINELLI, Talita (2015). Pautas conservadoras ganham fôlego na Câmara de Eduardo Cunha. *El País Brasil*. Puvlicada em 15 Fev. 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/13/politica/1423839852\\_990180.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/13/politica/1423839852_990180.html)>. Acesso em 15 Jan. 2022.
- BELTRÁN, William Mauricio; CREELY, Sian (2018). *Pentecostals, gender ideology and the peace plebiscite*: Colombia 2016. Publicada em 16 Dez. 2018. Religions, 9, 418; doi:10.3390/rel9120418.
- BENTO XVI (2008). *Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana por ocasião dos votos de Feliz Natal*. Cidade do Vaticano, 22 Dez. Disponível em <[https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/december/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20081222\\_curia-romana.html](https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20081222_curia-romana.html)>. Acesso em 01 Nov. 2021.

BENTO XVI (2012). *Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios*. Cidade do Vaticano, 21 Dez. Disponível em <[https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20121221\\_auguri-curia.html](https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html)>. Acesso em 01 Nov. 2021.

BIMBATI, Ana Paula (2021). Homeschooling: Kicis avança, mas governo deve priorizar projeto de Canziani. *UOL*. Publicado em 10 Jun. 2021. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/10/ccj-aval-projeto-homeschooling-bia-kicis-bolsonaristas-psl.htm>>. Acesso em 10 Jan. 2022.

BIROLI, Flávia (2019). *A reação contra o gênero e a democracia*. Nueva Sociedad. Tema Central – Nuso, nº 2019, Dezembro 2019. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>>. Acesso em 20 Dez. 2021.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.

BOLSONARO anuncia mudança no Ministério dos Direitos Humanos: o nome (2018a). *Revista Veja Online*. Publicado em 30 Nov. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-anuncia-mudanca-no-ministerio-dos-direitos-humanos-o-nome/>>. Acesso em 22 Dez. 2021.

BOLSONARO assina desfiliação e deixa o PSL (2019). *Revista Exame*. Publicado em 19 Nov. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-assina-desfiliacao-do-psl/>>. Acesso em 28 Jan. 2022.

BOLSONARO ignora TSE e volta a falar em ‘kit gay’ na campanha (2018b). *Brasil de Fato*. Publicado em 25 Out. 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2018/2018/10/bolsonaro-ignora-tse-e-volta-a-falar-em-kit-gay-na-campanha/>>. Acesso em 07 Jan. 2022.

BOLSONARO se filia ao PL, após dois anos sem partido (2021). *G1*. Publicado em 30 Nov. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/11/30/bolsonaro-se-filia-ao-pl-apos-dois-anos-sem-partido.ghtml>>. Acesso em 28 Jan. 2022.

BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David (2016). *Unpacking the Sin of Gender*. *Religion and Gender* 6 (2): 143-154.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. (org.). (2018). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

CÂMARA aprova Estatuto da família formada a partir de união entre homem e mulher (2018). *Migalhas*. Publicado em 09 Out. 2015. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/228224/camara-aprova-estatuto-da-familia-formada-a-partir-de-uniao-entre-homem-e-mulher>>. Acesso em 17 Jan. 2022.

CÂMARA aprova acordo de livre comércio entre Brasil e Chile (2021). *Agência Brasil*. Publicado em 30 Jun. 2021. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-06/camara-aprova-acordo-de-livre-comercio-entre-brasil-e-chile>>. Acesso em 07 Fev 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil) (2016). Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Sessão 091.2.55.O - Deliberativa Extraordinária - CD. 17 Abr. 2016. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>>. Acesso em 09 Jan. 2022.

CAMINOTTI, Mariana; TABBUSH, Constanza (2020). *Más allá del sexo: La ampliación de la oposición conservadora a las políticas de igualdad de género em América Latina*. LASA Fórum 51:2. pp 27-31. Disponível em: <<https://forum.lasaweb.org/files/vol51-issue2/Dossier1-4.pdf>>. Acesso em 01 Dez. 2021.

CAMPANA, Maximiliano; MISKOLCI, Richard (2017). “*Ideologia de gênero*”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Soc. Estado. [online], vol.32, n.3, pp.725-748.

CARNAC, R. (2014). *L'Église catholique contre “la théorie du genre”*: construction d'un objet polémique dans le débat public français contemporain. SynergiesItalie, Sylvains les Moulins/Turin, 10, 125-143.

CARNEIRO, Julia Dias (2018). ‘Queermuseu’, a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos, reabre no Rio. *BBC News Brasil*. Publicada em 16 Ago. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>>. Acesso em 07 Fev. 2022.

CASAMENTO gay não é lei, mas é direito garantido pela Justiça; entenda (2018). *Folha de S. Paulo*. Publicado em 05 Nov. 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/casamento-gay-nao-e-lei-mas-e-direito-garantido-pela-justica-entenda.shtml>>. Acesso em 20 Dez. 2021.

CASE, Mary Anne (2016). *The role of the popes in the invention of complementarity and the Vatican's anathemization of gender*. Religion and Gender, Gent, 6(2),155-172.

CHADE, Jamil; TREVISAN, Maria Carolina (2021). Governo usa “família” para combater o que chama de “ideologia de gênero”. *UOL*. Publicado em 17 Abr. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/17/governo-usa-familia-para-impor-politicas-contrai-ideologia-de-genero.htm>>. Acesso em 10 Jan. 2022.

CHETCUTI, Natacha (2014). *Quand les questions de genre et d'homosexualités deviennent un enjeu républicain*. In: Les Temps Modernes. 678 (2), 241-253.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro (2009). *A esquerda ontem e hoje: o dilema entre igualdade e liberdade*. Soc. estado. 24 (2). Ago 2009. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/se/a/phnz98T5pysQ9mYtQFCdwJN/?lang=pt>>. Acesso em 26 Jan. 2022.

COLÔMBIA aprova casamento entre pessoas do mesmo sexo (2016). *GI*. Publicado em 08 Abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/colombia-aprova-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo.html>>. Acesso em 20 Dez. 2021.

COLOMBO, Sylvia (2021). Chile aprova casamento gay e adoção de filhos por casais do mesmo sexo. *Folha de S.Paulo*. Publicado em 07 Dez. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/chile-aprova-casamento-gay-e-adocao-de-filhos-por-casais-do-mesmo-sexo.shtml>>. Acesso em 03 Jan. 2022.

COLPANI, Gianmaria (2017). *Queer Hegemonies: Politics and Ideology in Contemporary Queer Debates*. PhD diss. University of Verona and Utrecht University.

CONGRESSO aprova casamento entre pessoas do mesmo sexo no Chile (2021). *G1*. Publicado em 07 Dez. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/12/07/senado-aprova-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-no-chile.ghtml>>. Acesso em 03 Jan. 2022.

CONGRESSO mexicano rejeita o casamento gay (2016). *O Globo*. Publicado em 10 Nov. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/congresso-mexicano-rejeita-casamento-gay-20444101>>. Acesso em 18 Dez. 2021.

CONHEÇA a origem do PSL e como se transformou depois de Jair Bolsonaro (2018). *Justificando*. Publicado em 11 Out. 2018. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2018/10/11/conheca-a-origem-do-psl/>>. Acesso em 28 Jan. 2022.

CORRÊA, Sonia (2019). *A “política do gênero”: um comentário genealógico*. cadernos pagu (50), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero/Pagu/Unicamp 2018 [[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000200401&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000200401&script=sci_arttext)]. Acesso em 18 Ago 2021.

CORRÊA, Sonia. et al. (2021). *Políticas antigênero na América Latina: Estudos de caso* [livro eletrônico]. Editado por Sonia Corrêa; tradução Nana Soares - 1. ed. - Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA.

COUTO, Marlem; GUERRA, Rayanderson; ZARUR, Camila (2019). Primeiro ano de mandato de Bolsonaro foi de acenos sob medida a grupos específicos. *O Globo*. Publicado em 22 Dez. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/primeiro-ano-de-mandato-de-bolsonaro-foi-de-acenos-sob-medida-grupos-especificos-24154329>>. Acesso em 27 Jan. 2022.

CRISE financeira: um colapso que ameaçou o capitalismo (2021). *BBC News Brasil*. Publicado em 10 Out. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55966588>>. Acesso em 26 Nov. 2021.

DAFLON, Verônica Toste (2019). *Dilemas e perspectivas dos feminismos no Brasil contemporâneo*. Resenhas, Sociol. Antropol. 9 (1). Jan-Apr. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9i116>>. Acesso em 26 Fev. 2022.

DEAR, Belinda (2018). *Anti-“Gender Ideology” Campaigns in Hungary and their Impact on LGBTI Activism*. Dissertação de mestrado. Gender Studies. Universiteit van Utrecht.

DIAS, Surenã (2019). Em live de Bolsonaro, ministro diz que vai lutar contra ideologia de gênero na ONU. *UOL*. Publicado em 12 Jul. 2019. Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/em-live-de-bolsonaro-ministro-diz-que-vai-lutar-contra-ideologia-de-genero-na-onu>>. Acesso em 10 Jan. 2022.

DIP, Andrea e VIANA, Natalia (2019). Os pastores de Trump chegam à Brasília de Bolsonaro. *Agência Pública*. Publicado em 12 Ago. 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/08/os-pastores-de-trump-chegam-a-brasilia-de-bolsonaro/>>. Acesso em 20 Nov. 2021.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda (2020). PGR apura se ministra Damares tentou impedir aborto de menina de 10 anos no ES. *G1*. Publicado em 09 Nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/09/pgr-apura-se-ministra-damares-tentou-impedir-aborto-de-menina-de-10-anos-no-es.ghtml>>. Acesso em 10 Jan. 2022.

FERRAZ, Ricardo (2021). Bolsonaro marcha firme para impor agenda ideológica no ensino. *Revista Veja*. Publicado em 07 Abr. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/bolsonaro-marcha-firme-para-impor-agenda-ideologica-no-ensino/>>. Acesso em 10 Jan. 2022.

FIGUEIREDO, Patrícia (2018). Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou ‘kit gay’. *El País Brasil*. Publicado em 13 Out. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381\\_052616.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html)>. Acesso em 22 Dez. 2021.

FONSECA, Bruno et al. (2018). A eleição do “kit gay”. *Agência Pública*. Publicado em 17 Out. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/a-eleicao-do-kit-gay/>>. Acesso 09 Jan. 2022.

FRANCISCO I (2016). *Exortação apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia do Santo Padre Francisco*. Cidade do Vaticano, 19 Mar 2016. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20160319\\_amoris-laetitia.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html)>. Acesso em 11 Nov. 2021.

GALVANI, Giovanna (2021). Piñera sanciona lei que permite casamento entre casais homoafetivos no Chile. *CNN Brasil*. Publicado em 09 Dez. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/pinera-sanciona-lei-que-permite-casamento-entre-casais-homoafetivos-no-chile/>>. Acesso em 03 Jan. 2022.

GALVÃO, Paulo (2018). “Eles iam me matar”: O depoimento do ex-cobrador que acusa Magno Malta de mandar prendê-lo e tortura-lo. *The Intercept Brasil*. Publicado em 28 Nov. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/11/28/magno-malta-cobrador-acusa-tortura/>>. Acesso em 31 Jan. 2022.

GARCÍA, Mario; e CHICÁÍZA, Liliana (2018). *Brexit, paz y Trump: Enseñanzas para los economistas*. *Revista de Economía Institucional* 20: 129–56.

GARBAGNOLI, Sara (2016). *Against the Heresy of Immanence: Vatican’s “Gender” as a New Rhetorical Device Against the Denaturalization of the Sexual Order*. *Religion and*

Gender 6 (2): 187-204. Disponível em: <[https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p187\\_4.xml?language=en](https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p187_4.xml?language=en)>. Acesso em 26 Out. 2021.

\_\_\_\_\_ (2014b). *Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire*. Synergies Italie, Sylvains les Moulins/Turin, 10, 145-167.

\_\_\_\_\_ (2014a). “*L'ideologia del genere*”: l'irresistibile ascesa di un'invenzione retorica vaticana contro la denaturalizzazione dell'ordine sessuale. *AG About Gender*, Genova, 3(6), 250-263.

GÓMEZ-SUÁREZ, Andrei (2016). *El Triunfo del no: La paradoja emocional detrás del plebiscito*. Bogotá: Ícono.

GRABOWSKA, Magdalena (2012). *Bringing the Second World In: Conservative Revolution(s), Socialist Legacies, and Transnational Silences in the Trajectories of Polish Feminism*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 37 (2): 385–411.

GRZEBALSKA, Weronika (2016). *Why the War on “Gender Ideology” Matters, and not just to Feminists*. *Visegrad Insight*. Publicado em 07 Mar. 2016. Disponível em: <http://visegradinsight.eu/why-the-war-on-gender-ideology-matters-and-not-just-to-feminists/>>. Acesso em 16 Nov. 2021.

GRZEBALSKA, Weronika; KOVÁTZ, Eszter e PETÖ, Andrea (2017). *Gender as symbolic glue: how “gender” became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order*. *Krytyka Polityczna (Political Critique)*. Disponível em <<http://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order/>>. Acesso em 26 Set 2021.

Haidar, Rodrigo (2011). Supremo Tribunal Federal reconhece união estável homoafetiva. *Consultor Jurídico*. Publicado em 5 Mai. 2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2011-mai-05/supremo-tribunal-federal-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva>>. Acesso em 05 Jan. 2011.

HAMLIN, Cynthia Lins (2020). *Gender ideology: an analysis of its disputed meanings*. *Sociologia & Antropologia*. Set-Dec 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10310>. Acesso em 17 Ago. 2021.

HANSEN, Malte Breiding (2021). *Between Two Ills: Homonationalism, Gender Ideology and the Case of Denmark*. *Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory* 24(1): 60–75. DOI: <https://doi.org/10.33134/rds.339>. Acesso em 23 Nov. 2021.

ITAMARATY orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico (2019). *Folha de S. Paulo*. Publicado em 26 Jun. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml>>. Acesso em 10 Jan. 2022.

JALALZAI, Farida; SANTOS, Pedro A. G. dos (2021). *Women's Empowerment and Disempowerment in Brazil: The Rise and Fall of President Dilma Rousseff*. Temple

University Press. Disponível em: <<https://tupress.temple.edu/book/2000000009614>>. Acesso em 21 Dez. 2021.

JIMENO, Myriam (2017). *Emotions and politics: A commentary on the accord to end the conflict in Colombia*. *Journal of the American and Caribbean Anthropology* 22: 161–63.

JOÃO PAULO II (1994). *Carta do Papa João Paulo II às famílias - Gratissimam Sane*. Roma, 2 feb. Disponível em < [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1994/documents/hf\\_jp-ii\\_let\\_02021994\\_families.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1994/documents/hf_jp-ii_let_02021994_families.html) >. Acesso em 07 Nov. 2021.

JORDÃO, Fernando (2021). América do Sul vive “empate entre esquerda e direita; veja mapa. *SBT News*. Publicado em 13 Jun. 2021. Disponível em: <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/mundo/170347-america-do-sul-vive-empate-entre-esquerda-e-direita-veja-mapa>>. Acesso em 03 Jan. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. (2018). *A invenção da “ideologia de gênero”*: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502.

KOVÁTS, Eszter (2016). *Solidarity in Struggle: Feminist Perspectives on Neoliberalism in East-Central Europe*. Friedrich-Ebert-Stiftung Budapest. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/budapest/12796.pdf> (4.3.2018)>. Acesso em 01 Dez. 2021.

\_\_\_\_\_ (2018a). *Conservative Counter-Movements? Overcoming Culturalising Interpretations of Right-Wing Mobilizations Against “Gender Ideology”*. IN: *Angriff auf die Demokratie*. Femina Politica. Ed. Verlag Barbara Budrich. Jan/2018. pp. 76-88.

\_\_\_\_\_ (2018b). *Questioning Consensuses: Right-Wing Populism, Anti-Populism, and the Threat of “Gender Ideology”*. *Sociological Research Online*. DOI: 10.1177/1360780418764735. Acesso em 01 Nov. 2021.

KOVÁTS, Eszter; PÖIM, Maari (eds.) (2015). *Gender As Symbolic Glue*. Budapest: Foundation for European Progressive Studies.

KRASTEV, Ivan (2010). *Deepening Dissatisfaction*. *Journal of Democracy* 21 (1): 113–19.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (eds.) (2017). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality*. London: Rowman & Littlefield International Ltd.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (2018). *“Ideologia de gênero” em movimento*. *Psicologia Política*. vol. 18. nº 43. pp. 503-523. set-dez.

LACERDA, Marina Basso (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Zouk (1ª Edição): Porto Alegre.

LEITE, Vanessa (2019). *“Em defesa das crianças e da família”*: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero

e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*. nº 32, ago 2019. pp. 119-142.

LÓPEZ TRUJILLO, Alfonso (2005). *Préface*. In: *Lexique des termes ambigus et controversés sur la famille, la vie et les questions éthiques*. Conseil Pontifical pour la Famille. Paris: Pierre Téqui. 7–14.

LOS TEMORES detrás de la marcha por la familia (2016). *El Espectador*. Publicado em 11 Ago. 2016. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/bogota/los-temores-detras-de-la-marcha-por-la-familia-article-648506/>>. Acesso em 20 Dez. 2016.

LÖWY, Michael (1997). *La guerre des dieux*. Paris: Éditions du Félin.

MACIEL, Alice (2019). Emissários evangélicos de Trump atuaram para mudar embaixada brasileira em Israel. *Agência Pública*. Publicado em 12 Ago. 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/08/emissarios-evangelicos-de-trump-atuaram-para-mudar-embaixada-brasileira-em-israel/>>. Acesso em 20 Nov. 2021.

MARCHA de evangélicos e católicos protesta contra aborto, casamento gay e legalização da maconha (2011). *Revista Veja*. Publicado em 01 Jun. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcha-de-evangelicos-e-catolicos-protesta-contra-aborto-casamento-gay-e-legalizacao-da-maconha/>>. Acesso em 20 Dez. 2011.

MÉXICO descriminaliza o aborto após decisão judicial histórica (2021). *El País Brasil*. Publicada em 07 Set. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-07/mexico-descriminaliza-o-aborto-apos-decisao-judicial-historica.html>>. Acesso em 18 Dez. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe (2016). *Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”*: Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 590-621, set. 2016. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em 01 set. 2021.

MOLONEY, Anastasia (2022). Colômbia reforça processo gradativo de descriminalização do aborto na América Latina; veja lista. *O Globo*. Publicado em 22 Fev. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/colombia-reforca-processo-gradativo-de-descriminalizacao-do-aborto-na-america-latina-veja-lista-25405252>>. Acesso em 25 Fev 2022.

MORO contra o aborto e a “ideologia de gênero” (2022). *O Antagonista*. Publicado em 31 Jan. 2022. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/moro-contra-o-aborto-e-a-ideologia-de-genero/>>. Acesso em 08 Fev. 2022.

MOUFFE, Chantal (2013). *Agonistics: Thinking the World Politically*. Londres: Verso.

\_\_\_\_\_ (2005). *For an Agonistic Public Sphere*. In: *Radical Democracy: Politics between Abundance and Lack*, edited by Lars Tønder and Lasse Thomassen, 123–132. Manchester e Nova York: Manchester University Press.

\_\_\_\_\_ (2000). *The Democratic Paradox*. Londres: Verso.

\_\_\_\_\_ (2016). *The Populist Challenge*. Publicado em 09 Jan. 2018. Disponível em: <[www.opendemocracy.net/democraciaabierta/chantal-mouffe/populist-challenge](http://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/chantal-mouffe/populist-challenge)>. Acesso em 01 Dez. 2021.

MUNDIM, Izabelle (2015). O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal? *UOL*. Publicado em 11 Ago. 2015. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>>. Acesso em 07 Jan. 2022.

NÚMERO de casamentos LGBT cresceu 340% após eleição de Bolsonaro (2019). *Revista Exame*. Publicado em 04 Dez. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/casamento-lgbt-salta-60-em-2018-novembro-e-dezembro-lideram-registros/>>. Acesso em 10 Jan. 2022.

O'LEARY, Dale (1997). *The Gender Agenda: Redefining Equality*. Lafayette: Vital Issues.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1995). *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*: Pequim, 1995. Disponível em: <[www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf)>. Acesso em 04 Nov 2021.

\_\_\_\_\_ (1994). *Relatório da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento*: Plataforma de Cairo, 1994. Disponível em: <[www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf)>. Acesso em 04 Nov 2021.

PAPA declara apoio a manifestação contra casamento gay no México (2016). *O Globo*. Publicado em 25 Set. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/papa-declara-apoio-manifestacao-contracasamento-gay-no-mexico-20176130>>. Acesso em 18 Dez. 2021.

PATERNOTTE, David (2015). *Habemus gender! Autopsie d'une obsession vaticane*. In: Paternotte, D.; Van Der Dussen, S. & Piette, V. (Dir.). *Habemus gender! Déconstruction d'une risposte religieuse*. Bruxelles: EUB. 7-22.

PAYNE, Jenny Gunnarsson (2019). *Challenging "Gender Ideology": (Anti-)Gender Politics in Europe's Populist Moment*. The New Pretender. Disponível em: <<http://new-pretender.com/2019/02/10/challenging-gender-ideology-anti-gender-politics-in-europes-populist-moment-jennygunnarsson-payne/>>. Acesso em 01 Dez. 2021.

PERREAU, Bruno (2016). *Queer Theory: The French Response*. Stanford/California.

PIMENTEL, Mariana Barsaglia (2017). *Backlash às decisões do Supremo Tribunal Federal sobre união homoafetiva*. Revista de Informação Legislativa: RIL, v. 54, n. 214, p. 189-202, abr./ jun. 2017. Disponível em: <[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/214/ril\\_v54\\_n214\\_p189.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/214/ril_v54_n214_p189.pdf)>. Acesso em 6 Jan 2022.

PINTO, Ana Estela de Sousa (2020). Mundo vive onda de desdemocratização, afirma estudo. *Folha de S.Paulo*. Publicado em 12 Set. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/mundo-vive-onda-de-desdemocratizacao-afirma-estudo.shtml>>. Acesso em 30 Nov. 2021.

PINTO, Céli (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Breiller (2018). ‘Não se meta com meus filhos’: movimento contra políticas de gênero na América Latina corteja Bolsonaro. *El País Brasil*. Publicado em 15 Nov. 2018. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/internacional/1542229156\\_126326.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/internacional/1542229156_126326.html)>. Acesso em 23 Dez. 2021.

PLEYERS, Geoffrey (2020). A "guerra dos deuses" no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. Dossiê: Movimentos Sociais e Transformações do Ativismo Contemporâneo. *Educ. Soc.* 41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.233566>>. Acesso em 26 Fev. 2022.

PROTESTO contra o casamento gay e o aborto reúne milhares em Brasília (2013). *G1*. Publicado em 05 Jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/protesto-contr-o-casamento-gay-e-o-aborto-reune-milhares-em-brasilia.html>>. Acesso em 20 Dez. 2021.

QUEIROZ, Antônio Augusto de (2018). O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Publicado em 05 Nov. 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>>. Acesso em 09 Fev. 2022.

RASMUSSEN, Lars Løkke (2018). *Statsminister Lars Løkke Rasmussens Tale Ved Copenhagen Pride Den 18. August 2018*. Statsministeriet. Copenhagen: Statsministeriet. Disponível em: <<https://www.stm.dk/statsministeren/taler/statsminister-lars-loekke-rasmussens-tale-ved-copenhagen-pride-den-18-august-2018/>>. Acesso em 23 Nov. 2021.

RATZINGER, Joseph (1996). *Salz der Erde: Christentum und katholische Kirche im neuen Jahrtausend — Ein Gespräch mit Peter Seewald*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt.

RAWLUSZKO, Marta (2019). *And If the Opponents of Gender Ideology Are Right? Gender Politics, Europeanization, and the Democratic Deficit*. *Politics & Gender*. pp: 1-23.

ROBCIS, Camille (2015). *Catholics, the “theory of gender,” and the turn to the human in France: a new Dreyfus Affair?* *The Journal of Modern History*, Chicago, 87(4), 892-923

RONDÓN, Manuel Alejandro Rodríguez (2017). *La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética en la política colombiana*. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*. n. 27.

SANCHEZ, Mariana (2020). Ideologia de gênero, indígenas, China: as contradições entre o que pensam Weintraub e o Banco Mundial. *BBC News Brasil*. Publicado em 20 Jun. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53117616>>. Acesso em 10 Jan. 2022.

SANTIAGO, Lorenzo (2021). Das ruas às urnas: chilenos escolhem 1º presidente depois dos protestos de 2019. *Poder 360*. Publicado em 19 Dez. 2021. Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/internacional/das-ruas-as-urnas-chilenos-escolhem-1o-presidente-depois-dos-protestos-de-2019/>>. Acesso em 03 Jan. 2021.

SANTOS, Débora (2011). Supremo reconhece união estável de homossexuais. *GI*. Publicada em 05 Mai. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/supremo-reconhece-uniao-estavel-de-homossexuais.html>>. Acesso em 05 Jan. 2021.

SANTOS, Mariana (2014). Eleição deixa Congresso mais conservador. *Deutsche Welle (DW)*. Publicado em 07 Out. 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/elei%C3%A7%C3%A3o-deixa-congresso-mais-conservador/a-17981539>>. Acesso em 09 Fev 2022.

SCALA, Jorge (2010). *La ideología del género. O el género como herramienta de poder*. Rosario: Ediciones Logos.

SOARES, Wellington (2015). Conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011. *Nova Escola*. Publicado em 01 Fev. 2015. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>>. Acesso em 07 Jan. 2022.

SUPREMA Corte valida casamento gay na Cidade do México (2010). *O Globo*. Publicado em 05 Ago. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/suprema-corte-valida-casamento-gay-na-cidade-do-mexico-2969310>>. Acesso em 18 Dez. 2021.

SVAMPA, Maristella (2020). *Lo que las derechas traen a la región latinoamericana*. IN: Nuevas derechas autoritarias: Conversaciones sobre el ciclo político actual em América Latina. 1a. Edición Fundación Rosa Luxemburg/Ediciones Abya-Yala. Quito.

SZWAKO, José (2014). *O ‘mau desempenho’ de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia*. *Opin. Pública* 20 (1). Abril 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/YGXZFbhkbyjwbFfDRC3vWGs/?lang=pt>>. Acesso em 20 Dez. 2021.

TARROW, Sidney (2012). *Dynamics of Diffusion: Mechanisms, Institutions, and Scale Shift*. IN: *The Diffusion of Social Movements: Actors, Mechanisms, and Political Effects*. Editado por KOLINS, Rebecca Givan; ROBERTS, Kenneth M.; e SOULE, Sarah A. Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511761638>.

TWITTER remove post de Malafaia que chama vacinação de “infanticídio” (2022). *Poder 360*. Publicado em 11 Jan. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/tweet-de-malafaia-que-chama-vacinacao-de-infanticidio-e-removido/>>. Acesso em 08 Fev. 2022.

URUGUAI se torna 2º a aprovar casamento gay na América do Sul (2013). *BBC News Brasil*. Publicado em 10 Abr. 2013. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130410\\_uruguai\\_casamentogay\\_pai\\_d](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130410_uruguai_casamentogay_pai_d)>. Acesso em 20 Dez. 2021.

VAGGIONE, J. M. (2013). *Las ovejas rosas*. Página 12. “Suplemento SOY”. Publicado em 22 Mar. 2013. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-2862-2013-03-22.html>>. Acesso em 11 Nov. 2021.

VILA-NOVA, Carolina (2020). Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. *Folha de S.Paulo*. Publicado em 20 Set. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>>. Acesso em 10 Jan. 2022.